

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 355
30 de Outubro de 1980

Preço: 12\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

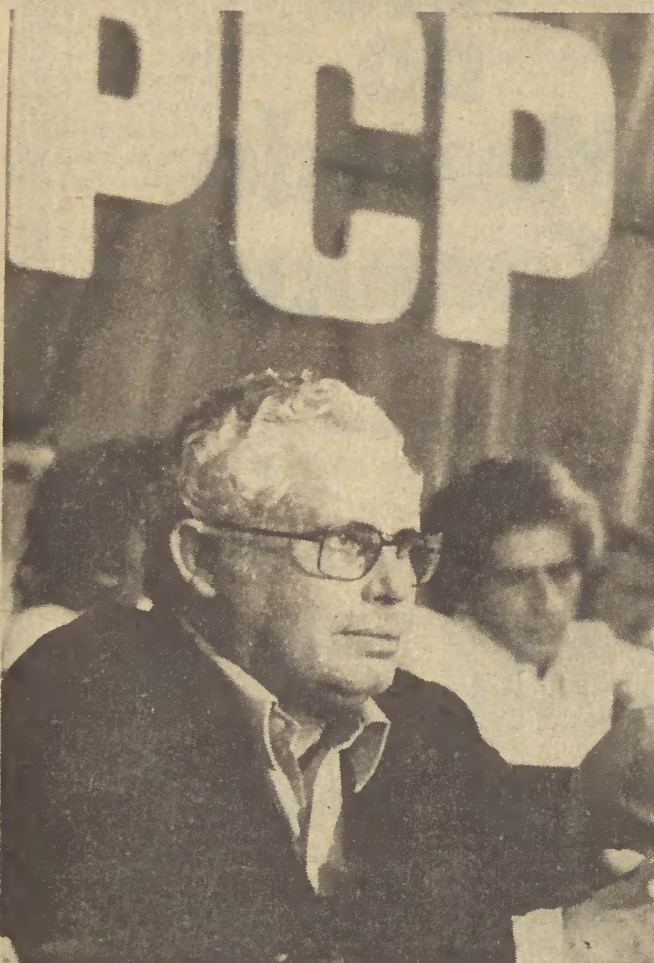
Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

Os objectivos estão definidos!



A Conferência Nacional do PCP reunida na passada terça-feira apreciou o balanço do amplo debate travado no Partido sobre a actual situação política e aprovou os grandes objectivos da acção do PCP expressos na Resolução aprovada e na comunicação apresentada pelo camarada Álvaro Cunhal. Reportagem, intervenções e resolução nas págs. 3,4,5,6,7,8,9 e 12

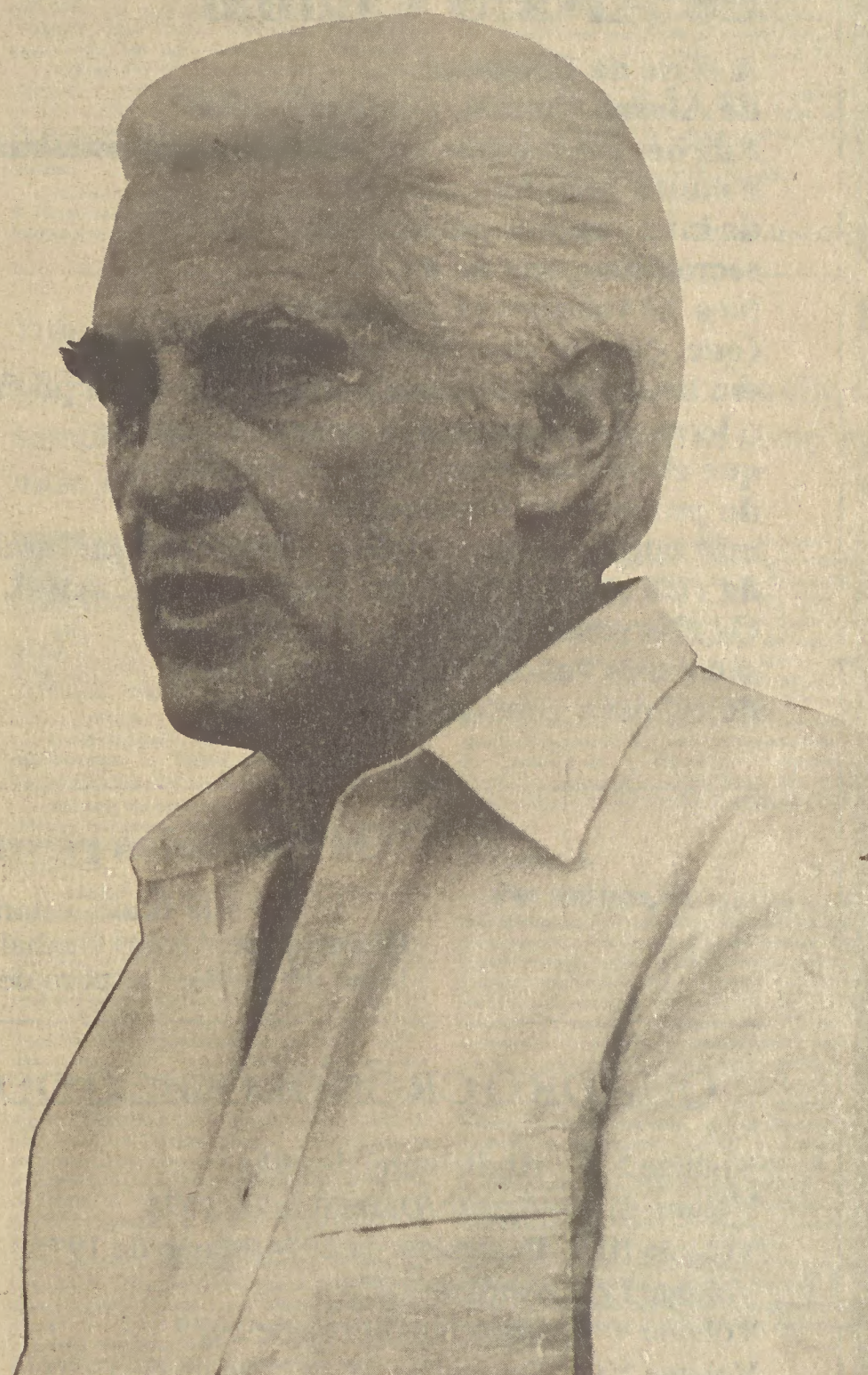


«A Conferência Nacional, examinando a situação política e todas as questões contraditórias relativas às eleições presidenciais, decide promover a apresentação de um candidato do PCP. A Conferência Nacional designa como candidato do PCP nas eleições presidenciais de 1980 o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.»

Pág. 12

RESOLUÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Pág. 12



«No momento actual, como sempre sucede nas grandes batalhas políticas, é essencial definir o inimigo principal e a direcção do golpe principal.

O inimigo principal nas próximas eleições presidenciais é o general Soares Cameiro. O golpe principal deve ter em vista a sua derrota.»

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL
DO PCP NAS RÁGINAS CENTRAIS

Editorial

A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP

Editorial

A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP

EM cumprimento das decisões do Plenário do Comité Central de 13 e 14 do mês corrente, reuniu-se a Conferência Nacional do Partido Comunista Português para exame da situação política e as eleições presidenciais.

Numa tarde apenas encerrou-se um vasto debate de 15 dias realizado em todo o Partido durante o qual foram postos à prova os atributos de um grande partido da classe operária e a sua capacidade para chegar rapidamente a conclusões práticas para a acção.

Nos quinze dias que medelam desde a reunião Plenária de 13 e 14 até à Conferência Nacional dezenas de milhares de camaradas de todos os pontos do Continente e das Regiões Autónomas e mesmo da emigração debateram a situação política nacional depois das eleições legislativas, o positivo e o negativo; debruçaram-se sobre as novas tarefas que se colocam ao Partido e a todo o movimento popular e democrático, designadamente as que se ligam com a eleição do Presidente da República em 7 de Dezembro; designaram e mandaram delegados à Conferência Nacional para que dela saísse suficientemente elaborada e largamente participada uma orientação segura para o enfrentamento da nova situação.

Mais de 1000 delegados trouxeram à Conferência Nacional a prova provada de que operosidade e democracia interna não são factores inconciliáveis mesmo numa situação intrínseca e erçada de dificuldades como a que nos dias actuais vivemos em Portugal.

Numa tal situação é compreensível e natural a existência de concepções diferentes e que soluções diversas e até contraditórias sejam apontadas.

Trazê-las a debate, confrontá-las, determinar na discussão colectiva o seu valor relativo, as que servem e as que não servem parcial ou totalmente à actividade diária do Partido é uma prática profundamente revitalizadora e salutar.

As diferenças de opinião, mesmo uma ou outra divergência de fundo surgidas ao longo deste debate de quinze dias, algumas das quais apareceram na própria Conferência, não impedem que o Partido como um todo se lance ao trabalho e enfrente como uma grande força colectiva, organizada e coesa os obstáculos e dificuldades da natureza dos que actualmente se levantam na nossa luta revolucionária e na resolução das grandes tarefas que se colocam ao Partido.

A Conferência Nacional do PCP encorou as eleições presidenciais de 7 de Dezembro à luz dos resultados e das consequências das eleições legislativas de 5 de Outubro.

Os debates no seio do Partido e da própria Conferência Nacional confirmaram a justeza das teses anteriormente avançadas quanto à importância determinante dos resultados das eleições de 5 de Outubro para uma exacta dimensão política das eleições presidenciais de Dezembro que adquirem agora um novo e importante significado.

Para as forças reacçãoárias e o seu Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, que viram alargada a sua anterior maioria parlamentar através da violação do carácter democrático das eleições de 5 de Outubro, o controlo absoluto do poder político tornou-se mais viável com o resultado das eleições.

A conquista dos dois restantes órgãos de poder político — Presidência da República e Conselho da Revolução — está agora na mira e mais ao alcance das forças reacçãoárias.

A candidatura de Soares Carneiro — um general cujo ideário e cujo passado político fascizantes constituem uma ameaça directa à democracia — integra-se nos grandes objectivos imediatos e a médio prazo da reacção: abrir o caminho ao poder político do grande capital e dos latifundiários, à revisão inconstitucional da Constituição, ao restabelecimento do capitalismo monopolista do Estado, à limitação e por último a supressão das liberdades e direitos dos cidadãos, à liquidação das conquistas de Abril, à crescente submissão aos senhores do Pentágono e da guerra.

Derrotar Soares Carneiro nas eleições presidenciais tornou-se o objectivo central, imediato e prioritário das forças democráticas portuguesas.

É a este objectivo que a Conferência Nacional subordinou toda a acção e a tática do Partido para as eleições presidenciais; é na avaliação da necessidade e das possibilidades de derrotar Soares Carneiro que a Conferência se debruçou sobre os meios e as formas de alcançar esse objectivo prioritário.

Para o alcançar as forças democráticas são mais amplas e mais fortes que as forças reacçãoárias.

Ao mesmo tempo, a Conferência Nacional concluiu que um tal objectivo não pode ser alcançado sem uma acção dinâmica, independente, esclarecedora e mobilizadora do Partido da classe operária portuguesa — o PCP.

A reacção, consciente da força e da influência do PCP desencadeia um ataque feroz nos planos político e ideológico contra os comunistas. As forças reacçãoárias ambicionavam encerrar o PCP na indecisão e na indefinição políticas, buscaram e buscam por todos os meios calar e isolar o PCP, principal força da democracia portuguesa.

A Conferência Nacional constituiu uma vigorosa afirmação da independência política dos comunistas, da sua autoridade como grande Partido da classe operária, da sua clareza política.

No conjunto dos meios e das formas para alcançar a derrota do candidato da reacção, Soares Carneiro, a Conferência procedeu a uma criteriosa avaliação de forças, avançou com uma decisão imprescindível para afirmar com independência a política do Partido — a designação de um candidato próprio, o camarada Carlos Brito.

A candidatura de Carlos Brito não é uma iniciativa defensiva mas uma afirmação positiva e necessária da política do PCP.

Os objectivos políticos da candidatura do PCP foram rigorosamente delimitados pela Conferência Nacional. Nenhuma ilusão eleitoralista presidiu à designação de um candidato do Partido.

Para derrotar o candidato da reacção e do fascismo nas condições actuais só um candidato aparece com reais probabilidades de êxito — o actual Presidente da República, general Ramalho Eanes.

O general Ramalho Eanes, como Presidente da República actuou em numerosos casos de maneira oposta aos interesses do movimento operário e popular, não granjeou em questões essenciais a simpatia dos democratas portugueses.

Mas pese esses aspectos negativos e apesar de notórias insuficiências e contradições o mandato do general Eanes teve um papel positivo na defesa do regime democrático.

O Partido Comunista Português está à vontade para situar no contexto das exigências prioritárias actuais de defesa da democracia a afirmação de que o general Ramalho Eanes é o único candidato com condições para derrotar o candidato da reacção.

Entretanto, nenhum outro grande partido político, pelo seu programa e pelos seus objectivos, se distancia tanto da orientação e dos objectivos programáticos do actual Presidente da República como o PCP.

Estes três factores — derrotar Soares Carneiro como objectivo prioritário, apontar o general Ramalho Eanes como único candidato com possibilidades de o derrotar, afirmar a política independente do PCP apresentando um candidato próprio — impuseram-se à Conferência Nacional e determinaram decisivamente as conclusões finais.

A Conferência Nacional do PCP ao mesmo tempo que considerou a derrota de Soares Carneiro como um objectivo ao alcance das forças

democráticas debruçou-se sobre as perigosas consequências da decisão de Mário Soares de retirar intempestivamente o seu apoio à candidatura do general Ramalho Eanes.

Mário Soares tem uma responsabilidade fundamental na falhada teoria da «maioria absoluta» da FRS nas eleições de 5 de Outubro.

Para tentar materializar a sua ilusória teoria o Secretário-Geral do PS não hesitou em associar partidariamente ao projecto político da FRS o Presidente da República, anunciado candidato não partidário às eleições de Dezembro.

Esta partidização foi imediatamente explorada pelas forças reacçãoárias coligadas na «AD» e diminuiu as probabilidades do candidato Ramalho Eanes.

A posição de Mário Soares na hora actual representa uma nova ajuda efectiva a Soares Carneiro.

Compreende-se porquê a reacção rejubilou com o gesto insensato de Mário Soares e como tal posição afectou gravemente o próprio Partido Socialista.

Sob uma roupagem de esquerda é de facto um serviço à direita que Mário Soares prestou com a sua surpreendente e estranha atitude.

A decisão largamente maioritária da Comissão Nacional do PS e do seu Secretariado mostra que entre os socialistas aumenta a consciência dos perigos na hora actual.

Uma ajuda ao candidato e aos objectivos da reacção é ainda objectivamente prestada pelas candidaturas radicalistas de esquerda de Otelio Saraiva de Carvalho e Aires Rodrigues.

Dividir as forças democráticas, hostilizar o PCP, dar satisfação a ambições pessoais não é seguramente servir e dar mais força à democracia portuguesa mas dar mais trunfos aos inimigos do 25 de Abril.

A Conferência Nacional do PCP definiu objectivos que traduzem com fidelidade a vontade colectiva do Partido.

O PCP é uma fortaleza inexpugnável no combate contra os perigos actuais que rodeiam o regime democrático e as conquistas de Abril.

O êxito desse combate está ao alcance das forças democráticas, de todos os antifascistas portugueses, de todos os patriotas que anelam e prezam acima de tudo a independência nacional.

É imperioso ter uma consciência muito nítida dos perigos que envolvem a democracia portuguesa.

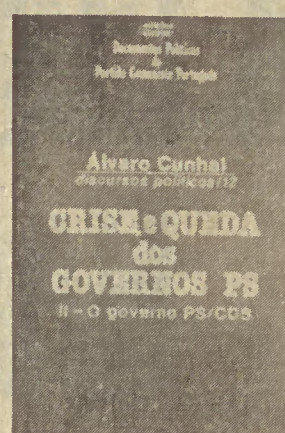
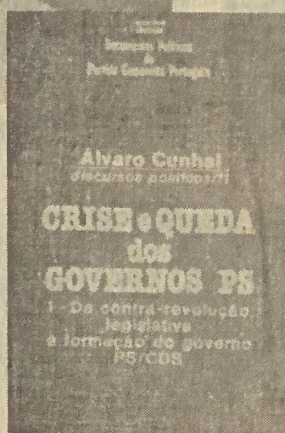
Por isso o apelo saído da Conferência à unidade de todos os democratas e antifascistas na nova batalha eleitoral não pode deixar de encontrar um profundo eco nas massas populares do nosso País.

Materiais de estudo do PCP

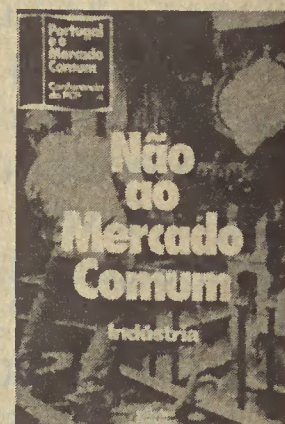
editados por
edições
Avante!

Discursos
de Álvaro Cunhal

A série de **Discursos** de Álvaro Cunhal, publicada pelas Edições «Avante!», constitui uma valiosíssima e muito completa colectânea de intervenções públicas do secretário-geral do PCP. Nos 12 volumes já publicados (que, com os dois abaixo referidos, em breve à venda, somam cerca de 4000 páginas), o leitor encontrará não apenas discursos que clarificam os momentos decisivos do processo revolucionário português, mas também uma ampla e completa panorâmica da vida política nacional desde o 25 de Abril. Os **Discursos** de Álvaro Cunhal são assim valiosa obra de referência, de reflexão e de estudo.

Não
ao
Mercado
Comum

Documentos
da Conferência Nacional
do PCP
(Porto, 31 de Maio de 1980)



A mais completa análise realizada no nosso país sobre a adesão de Portugal à CEE e as suas consequências na economia nacional.

" Os chamados governos de iniciativa presidencial "

Como este título, estarão à venda no próximo mês os volumes XIII e XIV dos **Discursos** de Álvaro Cunhal. Estes dois volumes incluem os discursos proferidos entre Julho de 1978 e Outubro de 1979 (governos Nobre da Costa e Mota Pinto).

QUADRO CRONOLÓGICO DOS DISCURSOS DE ÁLVARO CUNHAL

Volume I	Abril/Junho de 1974
Volume II	Agosto/Dezembro de 1974
Volume III	Dezembro de 1974/Março de 1975
Volume IV	Abril de 1975
Volume V	Maio/Novembro de 1975
Volume VI	Dezembro de 1975/Maio de 1976
Volume VII	Março/Abril de 1976

Volume VIII	Sessões de esclarecimento nas eleições presidenciais de 1976
Volume IX	Maio/Setembro de 1976
Volume X	Novembro de 1976/Agosto de 1977
Volume XI	Setembro de 1977/Janeiro de 1978
Volume XII	Fevereiro/Julho de 1978
Volume XIII	Julho de 1978/Fevereiro de 1979
Volume XIV	Fevereiro/Outubro de 1979

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soares Pereira Gomes
-1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante,
SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º
-1000-Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares
Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX.
Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais. Av. Santos
Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa
Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av.
Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa
Tel. 769705. (Abrangem os distritos de
Lisboa, Santarém e Setúbal)
Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel
Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º
Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º
de Maio 186, Pedreira - 3000 Coimbra
Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo:
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel.
26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º
de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000
Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa
Tel. 776936/776950. Porto - Rua do
Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto.
Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700
Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heeka
Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda
Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de
Setembro: 63 200



Para estudar
os resultados
eleitorais
é fundamental ter um livro
com tudo
sobre as eleições anteriores

ELEIÇÕES PARA
O PORTUGAL DE ABRIL

• A mais completa compilação de dados
sobre todos os actos eleitorais
do Portugal de Abril.
• Cerca de 350 quadros de dados
estatísticos.
• 240 páginas - 250\$00

CDL - a distribuição - À venda em todo o País

Sete notícias sobre a Conferência

I

Pela primeira vez, uma realização nacional do Partido Comunista Português realizou-se exclusiva e integralmente apenas num dia e de semana: a Conferência Nacional do PCP, reunida na passada terça-feira no Pavilhão do Sacavenense para discutir e tomar decisões acerca da actual situação política e da questão das eleições presidenciais. Convocada inicialmente para o passado dia 25, e depois adiada para anteontem, a Conferência Nacional foi antecedida pela realização de um plenário do Comité Central do nosso Partido, de que saiu uma resolução política que os 1 080 delegados presentes em Sacavém discutiram e aprovaram por maioria, com 4 abstenções. Reafirmando o objectivo indicado no documento saído do plenário do CC do PCP de 13 e 14 de Outubro — que indica como tarefa prioritária, decisiva e central a derrota do candidato da «AD» — à Presidência da República — a Resolução anteontem aprovada pelo nosso grande colectivo partidário aponta para a apresentação como candidato do PCP às eleições presidenciais de 7 de Dezembro do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e presidente do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República.

II

A reunião iniciou-se precisamente às 14 e 30, numa tarde de sol quente e com a vida do trabalho a pulsar ao redor — e pulsar aqui não é uma imagem, mas uma realidade constituída pela actividade das inúmeras fábricas mesmo ali ao lado, pela poluição que ali se sentia intensamente, pelo barulho das sirenes de fim de trabalho que ao cair da tarde se fizeram ouvir. De tal modo que, antes da Conferência se iniciar, um diálogo como o que se segue não era estranho e, pelo contrário, acabou por constituir um símbolo fiel da jornada anteontem vivida pelo PCP: — Olha que deve ser duro trabalhar todo o dia com este cheiro ali da fábrica de curtumes, da estação do lixo de Beirolos, ou lá o que é... — Mas que é que pensas? Que é fácil ser-se operário? «Pensavas que era fácil»? — perguntou um dia, em linguagem poética, um dos maiores dramaturgos contemporâneos, Bertolt Brecht. Não, não é fácil; mas os comunistas enfrentam as tarefas por mais difíceis que sejam, e as situações por mais complexas que se apresentem, do mesmo modo com que têm traçado a sua história ao longo de mais de meio século: firmemente, patrioticamente. E também com entusiasmo. Foi esse o ambiente — de firmeza, entusiasmo e empenhamento patriótico — que se viu, que se respirou na tarde de terça-feira no Pavilhão do Sacavenense: a expectativa de quem procura a solução mais adequada a uma dada situação, a seriedade no aprofundamento das implicações da solução encontrada, o carácter eminente e abertamente

democrático como a decisão foi tomada. É esse ambiente que caracteriza o trabalho deste imenso colectivo empenhado na defesa e consolidação do regime democrático, que, uma vez mais, sai reforçado pela contribuição empenhada e criadora dos muitos milhares de militantes que participaram nas inúmeras reuniões realizadas até agora desde o passado dia 5 de Outubro, presidenciais.

III

Quase seis horas demorou a Conferência Nacional do PCP. E terá sido suficiente este tempo para esclarecer dúvidas, confirmar a escolha logo de início apontada pelo camarada Álvaro Cunhal quanto à decisão do Partido apresentar um candidato próprio às eleições presidenciais? A reacção que na altura se ouviu por parte de delegados e convidados presentes não deixou de constituir uma resposta às dúvidas que ali, pelo menos, pudessem existir. Era visível que a esmagadora maioria concordava com a decisão apontada. Mas a Conferência destinava-se precisamente a debater a posição a tomar pelo PCP quanto às eleições presidenciais. A proposta do Comité Central fora feita. Tratava-se agora de a debater. Aprová-la ou não. Mas a reacção surgida apontava já para uma posição e indicava também que nos amplos debates efectuados nas diferentes organizações do Partido o problema tinha sido profundamente discutido e que frequentes tinham sido as posições a defender a apresentação de um candidato pelo Partido. Da intervenção inicial do camarada Álvaro Cunhal um outro aspecto ressaltou igualmente — que uma candidatura de Mário Soares não seria aceite pela esmagadora maioria dos comunistas e simpatizantes: quando o secretário-geral do PCP abordou este problema, a viva e imediata reacção dos delegados valeu por outras tantas respostas a certas especulações que vieram a público por parte de alguns dirigentes do Partido Socialista.

IV

É uma constante que se vem mantendo ao longo das grandes reuniões do Partido, dos seus Congressos, das suas Conferências Nacionais, dos seus comícios: desde logo, muito se aprende, muito se sente, muito se sabe ouvindo os aplausos que sublinham as intervenções. Mantém-se o entusiasmo, mantém-se o calor, mas são já diferentes as salvas de palmas de pura adesão a uma afirmação mais vibrante ou mais repetida, as salvas de palmas que exclusivamente sublinhavam e se integravam na tradicional resposta aos trechos galvanizadores. São significativas — se são! — as palmas destas reuniões. Abruptamente, reboam pela sala em impressionantes uníssonos, quantas vezes interrompendo o orador no meio da frase, explodindo numa só e terminando numa só, explicando de facto quando, onde, como, quando — e mesmo porque — há acordo, há apoio.

Mas insista-se: não é no final de uma conclusão bem vinculada pelo orador, na pausa do ponto final que propicia o aplauso que este surge. É quantas vezes após a análise complexa mas correcta, após o pormenor efectivamente importante sob o ponto de vista político que os participantes se manifestam. Se manifestam e manifestam a real atenção com que seguem os trabalhos, a capacidade política que transparece da sensibilidade ao essencial dos problemas e das soluções. São palmas que valem pelos tradicionais «apoios» — mas entre nós não há memória de em nenhuma assembleia se ter erguido um gigantesco «apoio» de um coro de mil vozes! Esse coro está naquelas palmas tão queridas do espírito colectivo tão fundo no nosso trabalho e vida, tão ligadas ao entusiasmo e confiança deste Partido.

V

Além da comunicação inicial do secretário-geral do Partido, dois outros membros dos organismos executivos do Comité Central intervieram na conferência: os camaradas Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado, e Jorge Araújo, do Secretariado. A simples referência dos temas



abordados é esclarecedora: questões de organização e os problemas levantados pela actual situação dos meios de comunicação social e ofensiva ideológica da direita. Foram as únicas intervenções que aparentemente não abordaram exclusivamente o tema central que determinara a realização da Conferência — as presidenciais. Mas, como arrancaríamos nós para esta tarefa (para qualquer tarefa!) sem cuidarmos como sempre da nossa organização? Como arrancaríamos nós para a batalha de esclarecimento que terá de ser a campanha que se avizinha sem cuidarmos atentamente das bases ideológicas do nosso trabalho, da cuidada definição da situação e da ofensiva do inimigo? A presença daquelas duas intervenções foi só por si o toque de operatividade, de realismo, de apego ao concreto e ao trabalho que ressoa na classe operária e nos comunistas: definir objectivos e tratar dos meios de os atingir, apontar a obra e tratar das ferramentas. E quase se pode dizer que se da trintena de intervenções ontem escutadas, todas menos essas duas culminaram as centenas de outras apresentadas no

grande número de reuniões efectuadas para discutir a nossa política face aos actuais problemas; aquelas duas e a resolução final que sintetiza todas as outras abriram as centenas de reuniões que agora iremos fazer para arrancar para o trabalho!

VI

Esta história de não se fumar nas salas dos nossos trabalhos tem algumas evidentes vantagens... Uma, já se vê, é impedir que os recintos se transformem num nebuloso e fumacento telheiro com manifesto desacordo de muitas centenas de camaradas que, com toda a razão, se sentem prejudicados. Paralelamente, não há dúvida que se facilita todo o trabalho de repormos as salas no mesmo estado de limpeza e conservação em que as encontramos — como sempre fazemos. Mas há uma outra (pesem embora algumas discordâncias quanto a isto de entrar e sair...). É que os inveterados fumadores, entre delegados e convidados, não resistem ao fim de algum tempo a «ir lá fora fumar um cigarrinho que não posso mais...» Como desde sempre se tem optado por colocar no exterior instalação sonora que permita continuar a escutar os oradores,



a fuga do cigarrinho não determina um afastamento do que se está a passar, mas permite muita conversa cá por fora! É uma situação enternecedora, um poderoso elemento de confiança ver como nestas saídas (e, enfim, convenhamos, há outros «não posso mais» que não tabagistas e que conduzem a deslocações semelhantes...) se formam imediatamente grupos onde tudo se discute, de tudo se fala: do comentário, do sublinhado ao que se discute na Conferência, à troca de informações sobre os pontos de origem, o local de trabalho, a empresa, a localidade. É a vida quotidiana, o empenhamento dos comunistas que transparece no diálogo imediato e fácil entre quem vem da Reforma Agrária ou quem trabalha na autarquia, quem palmilha quilómetros na organização de Trás-os-Montes ou quem desbasta resmas de documentos nos gabinetes de estudo. É uma coisa mais. É aquele ninguém se conhecer e todos se conhecerem, o grupo de três que conversa e o quarto que se integrou e entrou no assunto sem apresentações nem hesitações. É a vida concreta material do sentimento de

camaradagem, da fraternidade que apenas necessita para se apresentar de um «oh camarada», que a todos nos identifica como partes de um mesmo corpo. Dariam um livro essas conversas esparsas, páginas e páginas de experiências de vida e de luta, parágrafos e parágrafos de análises, de contributos ao conhecimento e à vida. E também versos e versos de um longo e tão belo poema de vida, de esperança, de confiança.

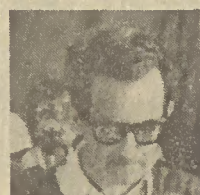
VII

As intervenções das organizações do Partido, reflectindo a diversidade da análise, o empenhamento de todos — e também o contributo de uma análise colectiva de que nasceu uma criadora perspectiva de trabalho, aí estão nas páginas do «Avante!». As intervenções que trouxeram o resumo dos debates nas Organizações Regionais, os que trouxeram a participação, o testemunho, o contributo, a opinião individual. Lado a lado com o quotidiano do país continente, dos Açores, da Madeira (e há que levar para a Madeira o calor, o entusiasmo, o fraterno patriotismo daquela ovação que traduziu ali a saudação ao

Intervenções das DORs

Lisboa

«A unidade de pensamento e acção do PCP, a sua capacidade combativa, forja-se e reforça-se no pleno exercício da sua autêntica democracia interna»



grande força dos comunistas portugueses para se levar à prática, com o nosso Partido intimamente ligado aos trabalhadores e às massas populares. No distrito de Lisboa a subida quase geral mas diminuta da direita; a subida não generalizada da FRS, o afundamento por todo o lado, da UDP; o aumento da votação nos grupos trotskistas; e a decisão geral mas moderada da APU — foram os traços mais salientes dos resultados eleitorais de 5 de Outubro.

Se é certo que se verificou alguma deslocação de votos para a direita, e nomeadamente um aumento de 21 000 votos nos partidos da reacção, há que ter em conta também que a quebra da votação global nas forças democráticas é ínfima e os 727 000 votos que somaram, e que correspondem a 53% dos votantes, contra 42% de toda a direita, são a confirmação clara de que em Lisboa as forças democráticas continuam a ser largamente maioritárias.

Não está concluído ainda na DORL o estudo das deslocações de voto verificadas. Mas, pelo que respecta às perdas da APU, parece ter dominado a deslocação para a FRS de parte dos votantes de 79, agora atraída pela ilusão de uma falsa alternativa, e é de admitir alguma fuga para a abstenção e para as formações trotskistas, por descrença em alternativas viáveis.

No entanto, a votação da classe operária industrial no PCP/APU terá mantido apreciável firmeza. Igualmente o voto do camponês não parece ter sofrido grandes quebras. O maior peso das perdas deve provir das classes médias e trabalhadores de serviços. É possível que haja algumas perdas no voto juvenil e dos idosos. Entretanto estes resultados apontam desde já não só para a confirmação da grande força e influência do nosso Partido em Lisboa, mas para a necessidade do reforço da nossa organização, do seu funcionamento, da sua abertura às massas; a melhoria do nosso trabalho unitário em todas as organizações e estruturas do movimento popular; o reforço da atenção às fábricas e empresas; um esforço especial relativamente às classes médias e sectores de serviços; a continuação da atenção dispensada à juventude.

Camaradas:

Face aos resultados eleitorais contrários às previsões e aos objectivos por que lutamos com tanto entusiasmo na magnífica campanha eleitoral da APU; face à nova situação e perigos acrescidos para a democracia e os interesses vitais dos trabalhadores e do povo — como reagiu a Organização Regional de Lisboa do nosso Partido?

Mal passadas as primeiras 24 horas, decreto marcadas pela surpresa e a tristeza, e já os militantes acorriam em massa aos plenários e reuniões especiais levados a cabo por todas as organizações e células, para discutir a situação, procurar explicações e acertar rumos para o trabalho para diante. O desânimo natural não degenerou em derrotismo ou demissionismo; e rapidamente foi ultrapassado no exercício colectivo do espírito crítico e autocrítico de cada militante, pelo esclarecimento mútuo, pela noção da responsabilidade dos comunistas e da sua determinação de luta e confiança no Partido e nas massas.

Uma vasta auscultação das massas e do Partido e uma enorme riqueza de experiências, informações, críticas, opiniões, surgiu do grande

Trás-os-Montes

«O nosso Partido em várias situações de decisão difícil sempre assumiu com serenidade e firmeza as posições mais justas»



comunistas transmontanos em dezenas de reuniões e com a participação de 4 centenas de camaradas expressaram de forma clara a necessidade e a exigência da derrota de tal candidato.

A direcção da organização regional de Trás-os-Montes procurará em breves palavras sintetizar as opiniões das organizações locais bem como a sua opinião.

Das candidaturas conhecidas na discussão havida destacam-se duas:

Uma apoiada pela aliança reacçãoária, a de Soares Carneiro, com um programa todo ele de conspiração ao actual regime tendo como objectivo central a colaboração na destruição das conquistas alcançadas, dando assim seguimento e cobertura à política apontada pelo actual governo da «AD»; uma outra é a do actual presidente da República cujo traço fundamental é a promessa de defesa do regime democrático. Neste contexto foi salientada a notória ausência de um candidato resultante de um consenso das forças democráticas concretamente comunistas e socialistas. Ficou no entanto claro que tal resultava da prática do Partido Socialista de contínua recusa de unidade com o PCP, mantendo ao mesmo tempo alianças ou namoros à direita como aconteceu ainda recentemente na campanha eleitoral. É bom que isto seja bem afirmado para que os pescadores de águas turvas não apareçam como pseudodefensores da unidade a atacar a unidade e a responsabilizar o PCP da situação existente como se o PCP não fosse desde muito antes do 25 de Abril o intransigente e consequente defensor da unidade: a unidade dos trabalhadores, a unidade dos democratas, a unidade dos patriotas, primeiro para derrotar o fascismo, depois, para defender Abril.

Foi saliente em todo o debate realizado em Trás-os-Montes o apoio às decisões do Comité Central da necessidade da derrota de Soares Carneiro. E daí resultar a necessidade do empenhamento do partido no esclarecimento do eleitorado e na mobilização do nosso povo para que tal candidato não se instale no poder, para que os representantes dos monopólios e latifundiários não se apoderem de todo o poder político. Também resultou desse mesmo debate que o voto na derrota de Soares Carneiro passa por uma concentração de votos das forças democráticas no candidato melhor colocado para derrotar Soares Carneiro.

Surgiram também críticas em relação às posições políticas do presidente da República e em especial na última conferência de imprensa.

Durante a discussão travada em Trás-os-Montes ressaltou ainda a necessidade da presença no

debate travado durante a semana seguinte às eleições. Os resultados deste debate, juntos aos do debate de todo o Partido, de Norte a Sul, constituirão uma preciosa contribuição para o acerto da análise realizada pelo Plenário do CC em 13-14 de Outubro. O debate no Partido contribuiu igualmente para repôr em pleno funcionamento as estruturas orgânicas e para cumprir deveres no esclarecimento e orientação das massas sem partido. Os objectivos políticos que nortearam a campanha e acção política do nosso Partido não foram postos em causa. As críticas aos erros e deficiências, mesmo quando nem todas necessariamente sejam acertadas, foram livres e sãs, revelando o grande empenhamento dos militantes no reforço do Partido e constituindo importantes aches para a melhoria do seu funcionamento, que não podem ser descuradas no nosso trabalho futuro. Muitas dezenas de inscrições de novos membros se verificaram, logo desde a madrugada do dia 6, em quase todas as organizações.

Este debate partidário contribuiu sem dúvida para que, nas semanas seguintes, a análise e orientação saídas da reunião do CC encontrasse generalizada compreensão e aceitação nas muitas dezenas de plenários e reuniões especiais que prosseguiram o exame político colectivo. Num cômputo não exaustivo, avaliamos em mais de 14 000 o número de camaradas que participaram activamente em mais de 250 plenários e reuniões especiais para discussão dos resultados eleitorais e do documento do CC. Deste amplo e sério debate ressaltam com nitidez a vitalidade e recursos combativos do nosso Partido. Ao contrário do que a reacção e alguns «repensadores da Esquerda ao serviço da direita» previam e incentivavam, o nosso Partido manteve e reforçou a sua coesão através deste debate livre e democrático, sem paralelo em qualquer outra organização política nacional.

A unidade de pensamento e acção do PCP, a sua capacidade combativa, forja-se e reforça-se no pleno exercício da sua autêntica democracia interna, norteada pela profunda consciência das suas responsabilidades de classe e nacionais.

Camaradas:

A DORL reuniu hoje o seu Plenário para apreciar as propostas do CC quanto às eleições presidenciais. Chegaram-se às seguintes conclusões unânimes essenciais:

1.º) Foi inteiramente justificado, perante a situação tão complexa e instável e a responsabilidade e peso da posição do nosso Partido, ter agido sem precipitação e com um exame sereno de todos os ângulos dos problemas. Isso permite que, chegado o momento da tomada de decisões, a DORL tenha a certeza de que todo o Partido no distrito de Lisboa poderá agora agir como um todo coeso na linha que vier a ser traçada por esta Conferência Nacional.

2.º) É geralmente compreendida e aceite pela ORL a ideia de que a tarefa central, decisiva e prioritária das forças democráticas, dos trabalhadores e do povo português, é derrotar o candidato da reacção Soares Carneiro.

3.º) Corresponde à tendência mais largamente generalizada nas nossas organizações a decisão da apresentação pelo nosso Partido de uma candidatura às eleições presidenciais, que permita uma ampla acção de esclarecimento para atingir aquele objectivo essencial e a continuação da luta, para desenvolver uma acção pela unidade de todos os trabalhadores, antifascistas e forças democráticas.

4.º) A DORL do PCP apoia inteiramente a indicação do camarada Carlos Brito como candidato do Partido às eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980.

Viva o Partido Comunista Português!

Carlos Aboim Inglês

Mesa da Presidência da Conferência

Membros da Comissão Política e membros do Secretariado do Comité Central:

Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, António Dias Lourenço, António Gervásio, Carlos Brito, Carlos Costa, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Fernando Blanqui Teixeira, Jaime Félix, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Jorge Araújo, José Casanova, José Vitoriano, Octávio Pato, Raimundo Cabral, Sérgio Vilariques.

Membros do Comité Central:

Domingos de Oliveira Dias, membro da DOR Beira Interior; Euclides Pereira, membro da DOR Lisboa; Fernando das Neves Teixeira, membro da DOR Porto; Francisco Miguel, José Rita, membro da DOR Alentejo; Luísa Araújo, membro da DOR Setúbal; Moisés Calado, membro da DOR Alentejo; Sofia Ferreira, membro da DOR Beira Litoral.

E ainda: Adelino Marques Vitória, camponês, membro da Comissão Concelhia de Mortágua; Álvaro Favas Brasileiro, operário agrícola, membro do Organismo de Apoio à Reforma Agrária do distrito de Santarém; António Gomes da Silva, emigrante na Venezuela; Armando Félix, operário, membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira; Artur Rodrigues, empregado do comércio, membro do Comité Local de Lisboa; Cecília Alves, médica, membro da Comissão Concelhia de Chaves; David Martins Garrido, operário dos CTT, membro da Comissão Concelhia de Mirandela; Edmundo Castro, operário, membro do Organismo de Direcção da Construção Civil da Organização Concelhia do Funchal; Eulália Miranda, membro da Comissão Distrital de Évora; Fernando Santos Silva, médico, membro do Organismo de Direcção do Sector de Saúde da Organização Regional de Lisboa;

Henrique Lemos, operário, membro do Comité dos Grandes Serviços do Porto; Horácio dos Santos Lima, empregado bancário, membro da Comissão Concelhia de Melgaço; Ilda Santos, operária, membro do Comité Local de Lisboa; João Vasco Ribeiro, professor universitário, membro do Secretariado do Sector Intelectual de Coimbra; Jorge Patrício, operário, membro da Comissão Central da JCP; José Pacheco, operário agrícola, membro da Comissão Concelhia de Sines; José Rodrigues Antunes, membro do Executivo e do Secretariado da DORM; Lurdes Cunha, membro do Executivo da DORAL; Maria Alzira Martins, operária têxtil, membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Castelo Branco; Mário Abrantes da Silva, membro da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores; Paulo Quaresma, empregado de escritório, membro do Executivo da Comissão Concelhia de Portimão; Silvino da Silva Marques, operário têxtil, membro da Comissão Concelhia de Alcobaça; Teresa Conde, membro da Comissão Executiva e da Comissão Central da JCP; Teresa Ponce Leão, engenheira civil, membro do Executivo do Sector Intelectual do Porto.

Composição das Comissões:

Secretariado da Conferência Nacional

António Abreu, António Portugal, Aurélio Santos, Domingos Abrantes, Fernando Blanqui Teixeira.

Comissão de Verificação de Mandatos

Américo Leal, António Martins Coelho, Teresa Lopes.

Comissão de Redacção

Álvaro Cunhal, Carlos Brito, Carlos Costa, Vítor Dias.

Viva o Partido Comunista Português

Sérgio Teixeira

cont. pág. 4

Sobre o trabalho ideológico

Jorge Araújo

A pressão ideológica contra o PCP

Depois das eleições, os partidos reaccionários prosseguiram as medidas de reforço do controlo sobre os meios da comunicação social onde se vive hoje um clima de instabilidade, degradação profissional e deontológica, intimidação, perseguição, arbitrariedades e ilegalidades.

A comunicação social está a ser um dos instrumentos usados pela "AD" na pré-campanha das presidenciais, para promover e desenvolver manobras políticas e para lançar e fixar movimentos de opinião, visando sobretudo o descrédito da candidatura de Ramalho Eanes e fazendo a mais aberta campanha de promoção de Soares Carneiro. Tal procedimento assume proporções de verdadeiro escândalo com o tom insultuoso dos "comentários" sobre Ramalho Eanes apresentados nos noticiários, e com a publicidade dada à crise do PS, às posições tomadas por Mário Soares contra a candidatura de Ramalho Eanes e à propaganda das propostas para a aventada candidatura de Mário Soares. Particular interesse tem nesta campanha, a frenética procura e divulgação, pela RTP e RDP, das posições e declarações de sectores esquerdistas (PSR, POPS, Aires Rodrigues, etc.) de apoio a Mário Soares e ataque a Ramalho Eanes, que é apresentado como um candidato isolado, criticado por todos, sem nenhum apoio.

A nossa luta contra esta situação degradante nos MCS e a nossa acção por uma informação verdadeira, digna e democrática, devem merecer a todo o Partido a maior atenção.

Depois das eleições, acentuam-se a ofensiva política e ideológica da direita. Ganhou especial relevo, numa primeira fase, a campanha contra o PCP desenhada nos meios de comunicação social.

Iniciou-se com as manobras de divulgação de uma interpretação falsificada dos resultados eleitorais, visando apresentar a votação do PCP como "uma grande derrota", como o facto "mais relevante" das eleições, como um "factor de reforço da democracia", como "uma conclusão particularmente positiva". Nesta linha de ataque, lançada através da RTP e RDP na própria noite das eleições, integraram-se com artigos de pretensa análise e teorização, pasquins reaccionários como o "Diabo", a "Rua" e o "Dia" onde de forma paranoica e provocatória se chegou a decretar textualmente que "o PCP vale 5%" e que "a derrota do PCP prova a sua inexistência eleitoral"; jomaís estatizados como o "Diário de Notícias", órgãos da área da "AD" como: o "Expresso"; jomaís da área do PS, mais ou menos oficiosamente, como o "Jornal" e o "P.H." onde recentemente, após a citada entrevista de Mário Soares ao "El Pays" com afirmações como esta: "O retrocesso do PCP é um facto e em minha opinião, um facto positivo, já que o PCP é um factor de imobilismo na sociedade portuguesa". Como se vê, uma campanha com um leque muito aberto de intervenientes que vai da "Rua" ao "P.H.", de Manuel Múrias a Mário Soares.

Esta "teorização" que procura servir de base para o lançamento da manobra do "bloco central", isto é, da pretendida aliança expressa do PS com o PPD/CDS com vista a facilitar a caminhada política da "AD" e os seus planos de revisão inconstitucional da Constituição, prosseguiu no período seguinte. Em "O Jornal", Eduardo Prado Coelho, cada vez mais "iluminado" pelas posições velhas do oportunismo de direita, descobriu há dias que "uma política de esquerda não pode fazer-se com o Partido Comunista"; J.R. Castro no mesmo jornal e no mesmo dia, complementa-o de forma mais directa, afirmando que "Portugal pode e deve ter (...) um quadro político integrando a relação alternativa fundamental: AD e FRS", enquanto António Barreto sal confortado do seu silêncio para declarar que "a derrota do PCP é uma boa notícia e um factor de reforço da democracia", e o "P.H." sentença (15/10) que "nas fábricas e nos campos, o PCP (...) foi perdendo a confiança dos trabalhadores que constituíam a sua base de apoio". Não faltam também os apelos patéticos aos intelectuais comunistas para terçarem armas contra a direcção do Partido, manifestando, assim, a reacção e os reformistas, uma vez mais, o seu desagrado e desassossego por verem os intelectuais comunistas fiéis ao seu Partido, por terem feito sua a causa da classe operária, da luta consequente pela democracia e pelo socialismo. Não é nova esta preocupação dos inimigos. Na luta que movem contra o PCP, que eles apelidam de "aparelho estalinista", onde não haveria liberdade de discussão e de opinião, não se poupam a esforços para afastar os intelectuais da luta revolucionária da classe operária e do seu partido, tentando convencê-los de que têm missão mais elevada, formas de acção superior para salvar a Humanidade.

Estamos, camaradas, perante uma operação montada e que vai prosseguir. As tenses da rigidez, e do sectarismo, do envelhecimento do Partido, são estafadas mas vão continuar. A propaganda reaccionária forja mitos e procura metodicamente difundir-los.

Alguns chegam até ao ridículo de afirmar que a votação da APU "marca o possível princípio de uma viragem histórica do movimento comunista português" ou, então, de forma significativa, e a que não serão estranhos acontecimentos políticos recentes, que o processo de "italianização" do espaço político português passa também pela eleição de Soares Carneiro. Ai está, camaradas, como o anticomunismo impõe a gente tão diversa um mesmo colete de forças mental que a leva a grandes disparates.

Afirmam, repetem que o PCP não é um partido nacional, que é um partido submetido a Moscovo, agarrado a esquemas estranhos à realidade nacional, para, assim, mais facilmente prosseguirem a reinstauração em Portugal dos esquemas do capitalismo monopolista de Estado de que o 25 de Abril nos libertou e para melhor praticarem a sua política de submissão ao imperialismo.

Na estratégia ideológica da reacção ocupam um papel importante os métodos e meios de diversão contra o socialismo, a campanha persistente contra os países socialistas, e em especial contra a União Soviética.

No momento actual, a manipulação dos acontecimentos na Polónia, tem sido o elemento principal dessa campanha. Que a reacção o faça que a reacção se tenha lançado nessa eufórica e vergonhosa operação de hipocrisia política entende-se. Mas é de lamentar que uma força democrática como o PS transforme num motivo de propaganda a seu favor dificuldades temporárias de um país socialista onde a exploração dos trabalhadores não existe e, ao mesmo tempo, ignore por completo as violências, a exploração capitalista de milhões de trabalhadores, a sua luta diária nos países da Europa do Mercado Comum, apontando como modelo ideal de democracia a exploração dos monopólios.

Como corrente mais reaccionária da acção de propaganda da direita, o anticomunismo tem por objectivo procurar fornecer uma justificação ideológica para a ofensiva contra a democracia que o Governo Sá Carneiro vai intensificar. O essencial para a direita é procurar introduzir as suas ideias no campo do adversário, alargar os preconceitos contra o PCP, criar sentimentos favoráveis ao seu domínio económico e político sobre a classe operária e todo o povo trabalhador, preparar as condições para mais facilmente reinstaurar o poder dos monopólios, precisamente pelo engano e pela divisão entre as classes e camadas da população que seriam as vítimas principais desse regresso ao passado. Trata-se de uma actividade divisionista e provocatória que recebe orientação e apoio financeiro das centrais do Imperialismo.

Aprofundar a unidade ideológica do Partido, colocando-nos sempre num ponto de vista de classe, é condição indispensável para fazer frente a mais esta ofensiva da direita e das forças reformistas que a acompanham.

O PCP é o partido da classe operária e não um partido com uma base social indeterminada. Essa marcada característica de classe dá-lhe uma profunda unidade política e ideológica, uma coesão interna sem fracções rivais nem lutas pessoais entre dirigentes, o que provoca uma grande raiva no campo do inimigo. Essa coesão baseia-se numa política de princípios, numa grande democracia interna, na prática e na reflexão colectiva permanentes.

Cometemos erros e deficiências? Certamente que sim. Mas mal andaríamos se os procurássemos nas análises dos políticos e jornalistas da direita ou das forças reformistas, de todos aqueles que nos vêem como inimigo a combater e que fazem desse intenso labor "analítico" e "teórico" um instrumento desse combate.

Os erros e as deficiências procuramo-los, isso sim, na opinião das organizações do Partido, na opinião dos militantes, dos simpatizantes, de todos aqueles que têm a preocupação sincera de reforçar a nossa unidade, a extraordinária coesão interna revelada sempre pelo partido da classe operária e, com particular significado, nos momentos difíceis da revolução portuguesa.

É velho o desejo do inimigo de minar os fundamentos teóricos do Partido, os princípios de organização, a estratégia e a tática, as nossas posições relativamente ao movimento comunista internacional. É velho o sonho de introduzirem no Partido a desconfiança na sua direcção, de fragmentarem o Partido em tendências opostas, de destruírem a sua organização, de o condenar à derrota.

Não é outra senão esta, a tal "modernização", o tal "rejuvenescimento" com que a cada passo nos acenam.

Mas é precisamente nas características do Partido que temos, e no permanente reforço das nossas posições de princípio, que reside a razão da nossa força. É precisamente porque lhes somos fiéis que o Partido cresce, alarga a sua influência de massas e se torna cada vez mais uma força política indispensável para a defesa de Abril e para o progresso democrático e a independência do nosso País.

De tal modo isto é verdade que, ao ouvirmos todo esse coro de calúnias e falsificações de variados matizes, apetece camaradas, recordar o provérbio: "os cães ladram e a caravana passa", para bem do nosso povo, da democracia e do socialismo.



Intervenções das DORs

Algarve

«O reforço da organização do movimento operário está intimamente ligado ao reforço da organização do Partido»



Em nome da Direcção da Organização Regional do Algarve, saúdo todos os delegados e convidados a esta Conferência.

Um vivo e amplo debate foi aberto na Organização Regional do Algarve, logo após a reunião do CC, a fim de discutir e analisar os resultados das eleições de 5 de Outubro.

Estes resultados cifraram-se, no distrito de Faro, por uma quebra de 17 % na nossa votação de Dezembro passado, tendo como reflexo imediato a perda do 2.º deputado então eleito pela APU.

Combater o desânimo e o sentimento de derrota que se apoderou da organização do Partido e da massa dos nossos simpatizantes, retomar a força, o entusiasmo e a confiança para as batalhas futuras em defesa do regime democrático, foram as nossas preocupações centrais.

Dezenas de reuniões foram efectuadas, com a participação de cerca de 1000 camaradas, simpatizantes e amigos do Partido.

Para além de se ter manifestado a concordância geral com a análise e as perspectivas de trabalho e de luta saídas da reunião do CC, mereceu um interesse particular nas discussões havidas a importante questão das eleições presidenciais.

Duas questões centrais têm demonstrado os debates acerca desta batalha política: uma, situada na clara compreensão da decisiva importância e significado que assumem as eleições presidenciais para a defesa do regime democrático, sendo claramente aceite a ideia de tudo fazer para derrotar o candidato da AD, que surge como o candidato da destruição do regime; a outra, expressa num conjunto de preocupações e dúvidas de conteúdo muito diverso sobre as nossas formas de intervenção nesta batalha.

Tais preocupações e dúvidas foram naturalmente acentuadas com os últimos acontecimentos, enormemente explorados: a conferência de imprensa de Ramalho Eanes e sobretudo as incidências no interior do PS. Se já havia dúvidas sobre a nossa forma de intervenção, sobretudo na 1.ª volta, mais se acentuaram com estes acontecimentos.

Tais preocupações e dúvidas existem não só em muitos membros do Partido mas em muito maior grau no nosso eleitorado, a par da profunda desorientação que se manifesta em grande parte dos militantes e activistas do PS que connosco contactam.

Tememos seriamente que perante tal situação uma onda de absentismo e dispersão de votos toque particularmente o eleitorado de esquerda, o eleitorado que se opõe ao candidato da reacção.

Leiria

«Ao entrarmos nesta curva apertada da Revolução de Abril, temos de aplicar todas as nossas forças na derrota do candidato da AD»



Camaradas:

Em nome da Direcção da Organização Regional de Leiria saúdo fraternalmente todos os delegados e convidados presentes nesta Conferência Nacional e em vós todo o grande colectivo que faz de nós

o grande partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português.

Acabamos de sair de uma importante batalha, da grande luta que neste momento travamos — a luta pela defesa do regime democrático, a luta pela defesa das conquistas de Abril.

A previsível derrota das forças reaccionárias que permitiria conter no imediato a ofensiva de destruição do 25 de Abril, não se confirmou. A luta das forças democráticas pela consolidação do regime não está facilitada e a novos perigos ficou exposta a democracia. Aumentou a responsabilidade de todos os democratas. Aumentou a importância das eleições que se realizarão em 7 de Dezembro para a Presidência da República.

Não nos queríamos referir às eleições presidenciais (tema principal desta Conferência) sem que sobre às eleições para a Assembleia da República dissessemos duas palavras.

Primeiro, para afirmar que o longo debate já encetado em toda a organização do nosso partido no distrito de Leiria confirma a justeza das opiniões e análise efectuada pelo nosso Comité Central.

Depois, de deixar aqui bem vinculada a grande participação, com a realização de amplas Assembleias de centenas de camaradas, onde podemos constatar, a grande determinação, o espírito combativo e a serenidade com que o Partido encara as dificuldades do futuro.

Aqueles que pressagiavam desânimo e desilusão, enganaram-se. Aqueles que fazem tudo para nos derrotar por dentro, jogando na nossa divisão, verão que as suas tentativas estão condenadas ao fracasso. Aqueles que sonham com um Partido Comunista dócil e domesticado devem tirar daí a ideia.

Somos um partido determinado e mobilizado, que não desarma. Que nunca virará a cara à luta. Que estará sempre pronto, nas condições mais difíceis a encabeçar a luta do nosso Povo na defesa da Liberdade e da Democracia.

Camaradas:

A campanha abriu muitas portas ao desenvolvimento do nosso trabalho, que iremos aproveitar. A campanha provou que é possível aprofundar e melhorar muito a nossa ligação com largas camadas até agora fechadas ao diálogo com o PCP.

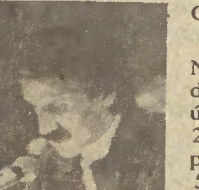
Ultrapassaram-se receios e desconfianças mútuas. Há uma abertura e disposição diferentes, que nos irão permitir discutir as nossas opiniões e as nossas propostas.

Camaradas:

Da campanha vamos tirar ensinamentos importantes para o futuro. O debate no seio do Partido não está encerrado. Vamos continuá-lo de forma franca e aberta, já que o brilho da nossa campanha não deve esconder as nossas deficiências e a necessidade de melhorarmos muito o nosso trabalho.

Porto

«Uma grande capacidade crítica e autocrítica e maturidade política das organizações e dos militantes»



Camaradas:

Na Organização Regional do Porto realizaram-se nas últimas semanas cerca de 200 reuniões com uma participação da ordem dos 5000 militantes para a análise dos resultados das

legislativas e aprofundamento do problema das presidenciais. O debate, caracterizou-se pela sua amplitude, participação e interesse e, pelo carácter franco e aberto das discussões. Traduziu uma grande capacidade crítica e auto-crítica e a maturidade política das organizações e dos militantes.

Neste sentido, em nossa opinião, a proposta que é avançada pelo CC à Conferência Nacional parece-nos ser aquela que reúne melhores condições para fazer uma campanha de esclarecimento e mobilização do eleitorado democrático, tendo em vista atingir o objectivo central que nos propusemos: derrotar Soares Carneiro, o candidato da reacção e do fascismo.

Camaradas,

Se é um facto que vamos enfrentar uma batalha eleitoral de grande importância para o futuro do regime democrático, não podemos perder de vista que temos pela frente muitas mais batalhas e há que prepará-las.

Um grande dinamismo, o carácter de massas e de contacto directo com as populações, um grande empenhamento, militância e entusiasmo de milhares de comunistas e outros democratas, uma grande receptividade e apoio das populações às nossas propostas, foram as grandes tónicas da campanha do Partido e da APU no distrito de Faro.

Esta campanha constituiu uma importante sementeira que foi lançada. Continuando a nossa acção voltada para as massas, temos agora que saber colher os seus frutos.

Para além disso, se nos caracterizarmos como um Partido que faz da luta revolucionária, da luta de massas, o conteúdo principal de toda a sua actividade, se para nós as batalhas eleitorais se integram na luta mais geral do Partido e do movimento operário e popular, então há que encasar as formas de organização e mobilização, de unidade e acção, para fazer frente às batalhas que se vão seguir.

Como é assinalado no documento do CC, "o reforço da organização do movimento operário, popular e democrático em todas as frentes, as lutas de massas nas formas adequadas, continuam a ser de importância fundamental" no futuro imediato.

O reforço da organização do movimento operário está intimamente ligado ao reforço da organização do Partido.

Melhorar a estruturação da organização do Partido, dar particular atenção às células de empresa, melhorar o trabalho ideológico, trabalhar para que cada inscrito no Partido se torne um militante, é uma perspectiva que se abre claramente ao nosso trabalho futuro e do qual dependem bastante as forças que conseguiremos mobilizar para a defesa do regime democrático.

A Direcção da Organização Regional do Algarve tudo fará para levar por diante essa perspectiva de trabalho, tudo fará para contribuir no Algarve para a defesa e a consolidação das conquistas de Abril e abrir finalmente a perspectiva da construção do socialismo no nosso país.

Abril vencerá!

Viva o Partido Comunista Português!

José Manuel Freitas

Não conseguimos, camaradas, os nossos objectivos, mas o trabalho que realizamos deixou raízes que urge saber desenvolver e organizar para o reforço do Partido.

Camaradas:

Na situação criada pelos resultados das eleições legislativas, as eleições Presidenciais adquirem como já afirmámos ainda maior importância.

Trata-se de uma batalha política em que pode consumir-se ou derrotar-se o plano de conquista total do poder político pelos partidos reaccionários. Esta questão tem também sido objecto de profunda discussão no nosso distrito, nas várias reuniões gerais de militantes efectuados nos diversos concelhos, em reuniões de células de empresa e de outros organismos intermédios, que culminou com uma reunião distrital de quadros. Muitas e variadas foram as questões levantadas em relação ao candidato possível. Poderemos dizer que há pontos de vista diversos em relação à solução que melhor possa servir a democracia Portuguesa.

Mas se as opiniões são diversas, nestes últimos tempos, com a situação de instabilidade política criada, que tudo indica não estar ultrapassada, a apresentação de um candidato do nosso Partido tem sido a solução mais aconselhada, sem no entanto se deixar de considerar a possibilidade de a todo o momento poder o Partido apelar ao voto no candidato do campo democrático mais bem colocado para derrotar Soares Carneiro.

Neste sentido a proposta apresentada, pelo nosso CC merece o inteiro acordo da Direcção da Organização Regional de Leiria. A apresentação de um candidato do PCP nas actuais circunstâncias é sem dúvida a solução mais ajustada.

O nome adiantado tem também o nosso acordo. A autoridade política do candidato proposto, camarada Carlos Brito, vai permitir ao nosso Partido conduzir com eficácia a batalha de esclarecimento que se impõe, numa situação tão complexa como a que neste momento vivemos.

Mas se a batalha que no imediato temos pela frente é importante e deve merecer a prioridade das nossas atenções, uma outra conclusão importante devemos tirar dos debates realizados. A necessidade do reforço orgânico do Partido.

Muitas são as sugestões que têm chegado aos organismos de direcção nos concelhos e à própria Direcção Regional. Vários organismos começaram já a discutir a sua melhor organização e o modo de chamar mais câmaras ao trabalho. Especial atenção estamos a dedicar à melhor estruturação e organização das células de empresa, à juventude, às mulheres, aos camponeses e à organização sindical.

Camaradas:

Muitas e duras lutas nos esperam, o PCP já demonstrou em condições muito difíceis que a força dos comunistas é inquebrantável. E ao entrarmos nesta curva apertada da Revolução de Abril temos de aplicar todas as nossas forças na derrota do candidato da AD para defender o regime democrático e o 25 de Abril.

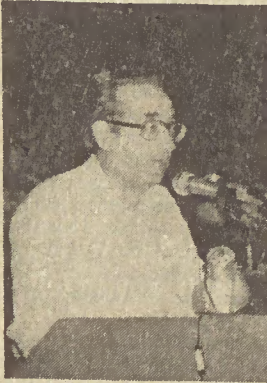
Pela nossa parte tudo faremos para que Portugal de Abril triunfe.

Viva o Partido Comunista Português!

Maria Celeste Pereira

Sobre o trabalho de organização

Blanqui Teixeira



A importância fundamental do reforço da organização

Camaradas
Continua a haver no nosso Partido uma subestimação grande quanto à sua arma fundamental, a sua organização.

Na última campanha eleitoral foram realizadas inúmeras e intensíssimas tarefas para propagandear a Aliança Povo Unido e esclarecer as suas posições. É evidente que todo esse riquíssimo trabalho que aproximou mais o nosso Partido dos trabalhadores e de outras camadas da população, riquíssimo trabalho que irá ter repercussões na nossa organização e na nossa influência, só pôde ser levada a cabo utilizando, antes de mais, a organização do Partido.

A organização do Partido é a base fundamental de toda a sua actividade. As suas boas ou más qualidades repercutem em toda a nossa actuação.

Isto mostra que é indispensável continuar a esclarecer o papel e a importância da organização, que é preciso melhorar a arma fundamental do nosso trabalho.

Camaradas
As deficiências orgânicas, que actualmente mais se apontam, são:
— a falta de contacto regular com muitos camaradas
— a não participação nas reuniões dos organismos do Partido de muitos dos seus membros
— a rotina e a falta de iniciativa no trabalho de muitos organismos do Partido
— o atraso na formação dos quadros
— a grande quantidade de tarefas que caem sobre uma parte dos camaradas
— o enconchamento de muitas organizações e o sectarismo.

Para vencer estas deficiências é indispensável, antes de mais, conhecer os camaradas, contactá-los, explicar-lhes as normas organizativas, organizá-los numa dada célula.

Em segundo lugar é preciso encontrar a estrutura que se adapte melhor à realidade objectiva do sector onde a organização actua, mas também à realidade subjectiva da organização, de modo a mobilizar todos os camaradas para a realização das tarefas e coordenar a sua acção.

Em terceiro lugar é necessário prestar uma atenção muito maior à formação dos quadros. Só com quadros dedicados e capazes poderemos acompanhar, estruturar e pôr a organização a actuar. E há milhares quadros em potencial na organização do Partido.

Em quarto lugar é indispensável acompanhar com mais atenção as reuniões dos organismos e das organizações do Partido e, em especial, das células de empresa. É preciso que essas reuniões mobilizem os seus participantes pelas condições em que se realizam, pelo temas que se discutem, pelas decisões que se tomam. É necessário que essas reuniões ajudem a formar quadros.

Em quinto lugar é indispensável que cada membro do Partido e que cada organização tenha a sua acção voltada principalmente para as massas, para os companheiros do trabalho, para os vizinhos, para as movimentações unitárias, para as iniciativas que correspondem aos interesses populares. É necessário que não existam organizações voltadas simplesmente para os seus problemas internos e que se lute persistentemente contra o sectarismo.

O reforço da organização em todos estes aspectos bem como o seu alargamento com novos camaradas que nos permitam atingir novas camadas, novas terras, novos sectores, tem de ser discutido, colectivamente, em todo o Partido e tornar-se uma preocupação constante.

Como sabeis, logo a seguir às últimas eleições, houve muita gente, por todo o lado, que se inscreveu no Partido. Compreendendo a importância da sua ligação quiseram aproveitar uma situação mais difícil para a concretizar.

Ao mesmo tempo, também se tem verificado, por todas as organizações, uma maior participação nas reuniões que se têm efectuado. O interesse em conhecer a situação, num período em que se têm verificado diversas modificações, pode ser uma razão para isso. Mas a razão fundamental e mais importante do que se está a passar reside no facto dos nossos camaradas, ante as dificuldades presentes, desejarem actuar melhor, reforçarem a sua dedicação ao Partido, quererem ajudar mais a luta do nosso povo.

Sabemos, indo ao encontro destas reacções, não só organizar e dirigir um recrutamento mais activo, como utilizar a maior dedicação e participação no reforço da organização e da actividade de massas do Partido.

Camaradas
Hoje temos de utilizar a nossa arma fundamental, reforçada e alargada, para, numa forma muito ampla, esclarecermos sobre as eleições presidenciais.

Em cada célula, em cada núcleo de célula, há que assentar qual é a melhor forma de actuar junto dos outros trabalhadores que labutam ao nosso lado, dos outros habitantes da nossa rua ou da nossa aldeia, das outras pessoas que fazem parte do mesmo movimento, da mesma colectividade, da mesma actividade.

Depois, temos de acompanhar o que foi realizado, discutindo em colectivo nas nossas reuniões como é possível rectificar o que não foi bem feito e fazer melhor.

Precisamos de lançar mão de toda a organização, de a pôr a funcionar o melhor que for possível para levar por diante a tarefa presente do nosso Partido: derrotar o candidato da reacção à Presidência da República, um candidato voltado para o fascismo, contra a democracia e o Portugal de Abril.

É necessário fazer um amplo trabalho de esclarecimento para ganhar todas as organizações, todos os nossos camaradas para a orientação definida por esta Conferência Nacional. Na complexidade da actual situação política não é demais chamar a atenção para o cuidado a ter, para a grande tarefa de convencimento que temos de realizar.

Mas devemos ter presente que, ganhando as organizações e ligando-as profundamente às massas, poderemos desempenhar um muito importante trabalho no sentido da derrota da reacção, podemos, a esse respeito, ter um papel determinante.

Por outro lado, convencendo aqueles que não compreendem ainda os perigos que resultam para o nosso povo e o nosso país da eleição de um candidato como Soares Carneiro. Para isso vai ser preciso contactar com muita gente que votou «AD» em 5 de Outubro e ajudá-la pacientemente a compreender o significado desse voto. Não podemos atirar quem votou «AD» para o campo dos reacçãoários, temos de ter em conta que muitos foram enganados. Para esses temos de voltar em especial a nossa atenção.

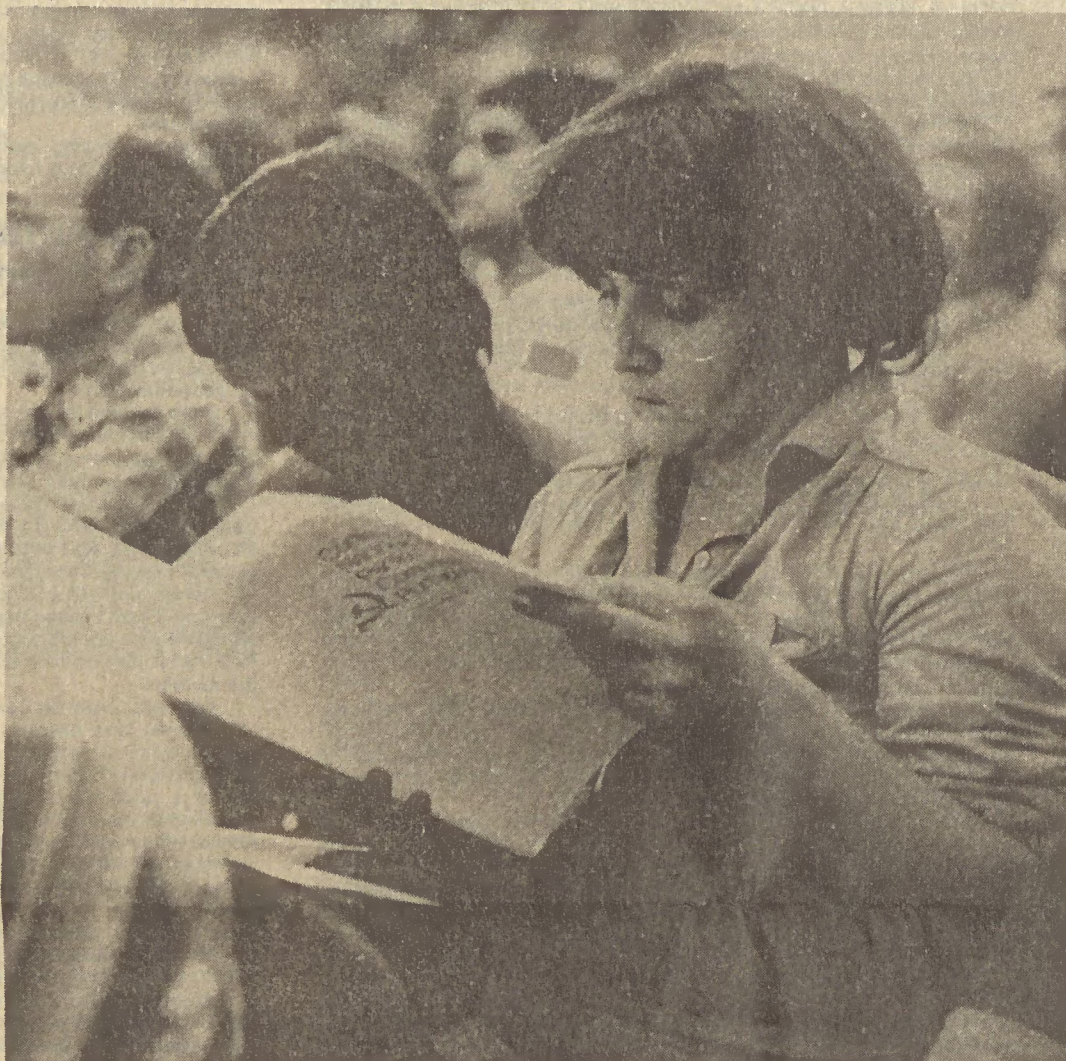
Por outro lado, é necessário ter em conta as posições radicalistas e esquerdistas que, muitas vezes com palavras enganadoras, querem desviar os trabalhadores e os democratas em geral do caminho certo que pode levar à derrota do candidato reacçãoário. Há também que ajudar aqueles que se refugiam na abstenção porque se sentem confusos ou desanimados, porque não têm perspectivas.

É indispensável esclarecer e convencer, assentes na realidade concreta que vivemos, de modo a combater o reacçãoarismo, a demagogia, o aventureirismo e o derrotismo.

Todo este trabalho tem de ser realizado, sem sectarismo, pela nossa arma fundamental, a nossa organização. É na mobilização de todos os camaradas, na discussão das questões que resultam desta nossa Conferência Nacional, no acompanhamento das decisões tomadas e numa cada vez mais ampla ligação às massas que a organização desempenha um papel fundamental.

O fortalecimento da organização e da actividade do nosso Partido é um factor decisivo para a defesa da democracia, para a vitória de Abril.

Viva a Conferência Nacional do PCP!
Viva o Partido Comunista Português!



Intervenções das DORs

de Outubro. Podemos afirmar que essas conclusões foram ao encontro das principais questões suscitadas no debate e constituíram um guia precioso para o desenvolvimento da análise e das perspectivas da situação política actual.

Os militantes do Partido revelaram uma clara consciência da situação actual e dos perigos que ameaçam a democracia portuguesa. Foi unânime o reconhecimento da importância de impedir que a «AD» tome conta do conjunto dos órgãos do poder e de posições decisivas no aparelho de Estado e nas Forças Armadas para desencadear o seu ataque final contra o regime democrático. A Organização Regional do Porto está completamente de acordo com a tese do CC sobre o objectivo central, decisivo e prioritário da próxima batalha eleitoral: derrotar o candidato da «AD», impedir a eleição do general Soares Carneiro.

Perante a acrescida importância destas eleições e a necessidade de unir e de reforçar a unidade de todos os democratas e antifascistas, muitos camaradas referiram-se negativamente às recentes declarações do Presidente da República e sobretudo ao comportamento golpista do Dr. Mário Soares que semeou a divisão e a confusão nos sectores democráticos e fez avolumar o perigo de uma vitória da reacção nas presidenciais.

Camaradas:
O grande e franco debate travado nas organizações permite-nos apresentar à Conferência Nacional um quadro bastante completo e detalhado de opiniões em relação à questão das eleições presidenciais, ajudando o Partido a definir uma posição clara sobre a questão.

Assim, sendo unânime a opinião de que derrotar o candidato da «AD» é o objectivo central, decisivo e prioritário, revelaram-se depois nas organizações diversas ideias, sensibilidades e sentimentos quanto à forma de alcançar esse objectivo.

Nas organizações do Porto a ideia que surgiu mais generalizada é a de que o Partido deverá apresentar uma candidatura própria às presidenciais, que vá ou não até às urnas, o que permitirá uma melhor e mais activa intervenção na campanha, a exposição clara dos nossos objectivos, a apresentação duma perspectiva correcta e consequente do significado de cada uma das candidaturas — seja a da Aliança reacçãoária, sejam as do esquerdismo e do otimismo, que não são seguramente promovidas no sentido de derrotar Soares Carneiro — e a mobilização do eleitorado democrático.

Quanto ao candidato a apresentar muitas opiniões referem um candidato do PCP, militante do Partido, mas também aparecem algumas ideias quanto a um candidato unitário que recolhesse apoio noutros sectores democráticos.

Ponderando também os contras de uma tal forma de intervenção, foram referidos os efeitos negativos que teria uma eventual baixa eleitoral do Partido, os perigos de divisão e confusão entre o eleitorado democrático, o perigo, que muitos camaradas consideraram não ser de subestimar, de que

a abstenção do eleitorado democrático permitisse a eleição do candidato da «AD» na 1.ª volta. Por todos estes motivos muitos camaradas defenderam a apresentação de um candidato próprio pronunciando-se também pela desistência à boca das urnas.

Foi também quase geral o reconhecimento que no quadro das candidaturas anunciadas, a do actual Presidente da República, general Ramalho Eanes, é a única alternativa democrática em condições de derrotar o candidato da «AD». Isto, independentemente das notórias diferenças de opinião e divergências entre as suas posições e projecto de sociedade e as do PCP.

Também surgiu com certo peso a opinião de que o Partido deveria apoiar desde o início a candidatura de Ramalho Eanes ou apelar ao voto em Ramalho Eanes. Defenderam em geral os camaradas, mesmo aqueles que se pronunciaram pela apresentação de um candidato próprio (desista ou não antes da votação) a opinião de que o general Ramalho Eanes, não sendo de forma alguma o candidato do Partido, não é também seguramente o candidato da direita e que a sua candidatura deve ser apoiada, na 1.ª ou pelo menos na 2.ª volta, numa perspectiva de defesa do regime democrático e constitucional e de unidade e estabilidade das Forças Armadas.

Também apareceram opiniões desfavoráveis à eventualidade de tal apoio baseadas em questões ideológicas e políticas, mas elas foram no seu conjunto pouco significativas. Outras opiniões e ideias, embora de peso muito pequeno, foram reveladas no debate travado nas organizações.

O debate manifestou ainda a grande confiança das organizações e militantes na justeza das decisões que a Conferência Nacional do Partido vier a tomar e exprimiu a sua antecipada aceitação por parte de todos os militantes.

Seja qual for a decisão que vier a ser tomada, as opiniões na ORP revelaram-se unânimes quanto à necessidade de intervenção activa do Partido e ao desenvolvimento de uma grande campanha de esclarecimento, na denúncia do candidato da reacção, dos perigos reais que representaria a sua eleição, da importância da sua derrota, da importância da eleição de um candidato que defenda o regime democrático.

As eleições presidenciais são uma batalha da maior importância para a democracia portuguesa. Mas a luta continua, e os militantes do Partido da ORP manifestam toda a sua disponibilidade e disposição para a luta contra a reacção e pela defesa do regime democrático.

Camaradas
O executivo da DORP, numa breve consideração do problema, após ser dado conhecimento à Conferência Nacional da proposta do CC decidiu apoiar inteiramente esta proposta e em particular exprimir a sua concordância com a indicação do camarada Carlos Brito para candidato do PCP.

Viva o 25 de Abril! Viva o PCP!

Emídio Pinto Ribeiro

Açores

«Todas as atitudes que possam contribuir para a eleição de Soares Carneiro assumem uma enormíssima gravidade»



Camaradas delegados
Camaradas e Amigos convidados

Na Região Autónoma dos Açores, a organização do Partido empenhou-se, após as eleições de 5 de Outubro, num intenso trabalho de discussão da situação política e de análise do trabalho realizado. Foram efectuadas, em várias ilhas, reuniões de militantes e simpatizantes, às quais compareceram numerosos camaradas e amigos, sendo notório o elevado grau de participação nas discussões.

Para além da análise global à situação política nacional resultante das eleições para a Assembleia da República, tem-se procedido à análise da situação específica da Região, decorrente dos resultados eleitorais verificados nas eleições para a Assembleia Regional. De toda a discussão realizada ressalta a grande importância que assume, no actual contexto, as eleições presidenciais.

De facto, as eleições presidenciais adquiriram, após os actos eleitorais de 5 de Outubro, uma nova e decisiva importância na luta pela defesa do regime democrático e contra o perigo do fascismo.

É partindo da compreensão plena desta afirmação que os comunistas açorianos aceitam totalmente e aplaudem a orientação definida pelo Comité Central do Partido, segundo a qual, o principal objectivo da nossa intervenção nas eleições presidenciais será contribuir para a derrota do candidato da reacção.

Derrotar o candidato Soares Carneiro é pôr um sério travão nas intenções expressas pela «AD» de subverter o regime democrático. Derrotar o candidato da «AD», evitando a eleição de um homem de mão do regime fascista, é uma necessidade do momento presente e é uma possibilidade que urge concretizar. Derrotar Soares Carneiro é também derrotar um candidato cujos princípios políticos estão em contraposição à Autonomia política e administrativa dos Açores, que é parte integrante do Estado democrático-constitucional.

Das opiniões recolhidas nas reuniões realizadas nos Açores ressalta a constatação de um facto: o candidato Ramalho Eanes é aquele que tem, no quadro actual, melhores condições para derrotar o candidato da «AD».

As características políticas e a prática do candidato Ramalho Eanes foram devidamente evidenciadas por muitos camaradas, havendo unanimidade em reconhecer que a política por ele seguida enquanto Presidente da República não é feita de graves erros e hesitações e que muitos dos objectivos políticos que visa se afastam daqueles que melhor serviriam o nosso Povo.

Por outro lado, é convicção generalizada, na nossa organização, que a candidatura do General Eanes não visa a subversão do regime democrático.

Foi considerada ainda a actuação suficientemente esclarecida que o actual Presidente tem tido em relação à concretização da Autonomia, apesar de ter promulgado um Estatuto definitivo que mantém graves inconstitucionalidades.

Das discussões havidas surge, entretanto, uma outra ideia: o nosso Partido tem que intervir directamente neste processo, usando toda a sua experiência e capacidade no esclarecimento muito amplo que tem de se realizar para que fique bem claro para todos os portugueses qual a natureza e os objectivos da candidatura da «AD».

Não foi sem espanto que largos sectores democráticos dos Açores tiveram notícia da crise interna do PS e das posições do seu secretário-geral.

Todas as atitudes que possam contribuir para a eleição de Soares Carneiro assumem, naturalmente, uma enormíssima gravidade.

A necessidade de denunciar e isolar as candidaturas aventureiristas de Aires Rodrigues e Otelo Saraiva de Carvalho é outra das preocupações manifestadas.

Nos Açores, onde o PPD/PSD reforçou o seu carácter de frente da direita e consolidou ainda as suas posições, torna-se necessário desenvolver múltiplas acções que tendam para o aparecimento de uma autêntica movimentação regional de oposição ao PPD de Mota Amaral. Também na viabilização desta perspectiva de luta se impõe a derrota do candidato da «AD».

Por todas as razões apontadas está a DORAA convicção que a proposta apresentada pelo Comité Central a esta Conferência é a melhor via que temos, no quadro presente, para alcançar o objectivo principal que visamos: derrotar Soares Carneiro.

Pela derrota do candidato da reacção,
Viva a Conferência Nacional do PCP!

Decq Mota

Beira Litoral

«Plena identidade com o objectivo apontado no último documento do CC: derrotar o candidato da reacção»



Camaradas
Em nome dos militantes

do O.R.B.L. expressamos o sentimento unânime de confiança em que seremos capazes, nesta Conferência Nacional do PCP, de extrair do largo e profundo debate realizado as conclusões correctas que apontem aos trabalhadores e democratas as vias para defender Abril, derrotar a reacção e reforçar a unidade democrática em torno da defesa dos interesses do nosso Povo.

A perplexidade perante os resultados eleitorais e as manobras obscuras dos últimos dias semearam elementos de perturbação e dúvida em largos sectores que podem impedir uma justa apreciação da situação e correlação de forças real. Justifica-se portanto uma breve apreciação da campanha eleitoral em Aveiro, Coimbra e Viseu.

Não existem opiniões divergentes em como, nesta campanha, foram atingidos níveis de dinamismo, capacidade de iniciativa, participação e adesão popular que ultrapassaram largamente as expectativas mais optimistas. Ninguém pôs em causa que, para tanto, contribuiu a justeza dos objectivos propostos pelo nosso Partido e a dinâmica de vitória imprimida.

Os reparos traduzidos na última reunião do C.C. coincidem com o consenso nas discussões realizadas. Porém, a confiança (até a certeza) de que novos deputados dos três distritos viriam reforçar O Grupo Parlamentar do PCP foi-se fortalecendo no decorrer da própria campanha na base da comparação objectiva com campanhas anteriores, no que toca à intervenção da nossa organização, às formas

de intervenção e propaganda mais eficazes e à manifesta receptividade de milhares de trabalhadores, de jovens, de mulheres.

Não é possível sintetizar aqui toda a riqueza do que foi esta campanha e das potencialidades que abriu. Estivemos presentes em todos os 60 concelhos de Aveiro, Coimbra e Viseu, em muitos casos, pela primeira vez, de forma directa. A principal forma de propaganda foi a distribuição à mão, o contacto junto das fábricas e empresas, em feiras e mercados, nas ruas, nos bairros, nas casas. Centenas de milhares de documentos nacionais e locais foram entregues por centenas de camaradas e amigos, com relevo para a participação dos jovens. Duplicou o número de sessões e comícios que assumiram novas formas e ganharam o ar livre.

A combatividade e entusiasmo associou-se grande capacidade de resposta adequada às necessidades da campanha e à propaganda anticomunista. Aos Centros de Trabalho afluíram muitas centenas de homens e mulheres que ajudaram a cobrir insuficiências da organização do Partido.

Os cartazes, as inscrições, as faixas da APU constituíram um painel destacado mesmo em zonas onde a reacção ainda domina. E foram os representantes da APU quem, com mais coragem e determinação, se empenharam na luta contra fraudes e chapelas com que os reacçãoários deturpam a vontade popular.

Na base deste magnífico trabalho estiveram as organizações e militantes do Partido que foram capazes de ganhar para a luta tantos trabalhadores e democratas.

Insuficiências e erros certamente os houve, assim

cont. pag. 7

Intervenção de ALVARO CUNHAL

Camaradas:

Esta Conferência Nacional do Partido, convocada de urgência, tem como objectivo essencial decidir da posição do Partido em relação às próximas eleições presidenciais.

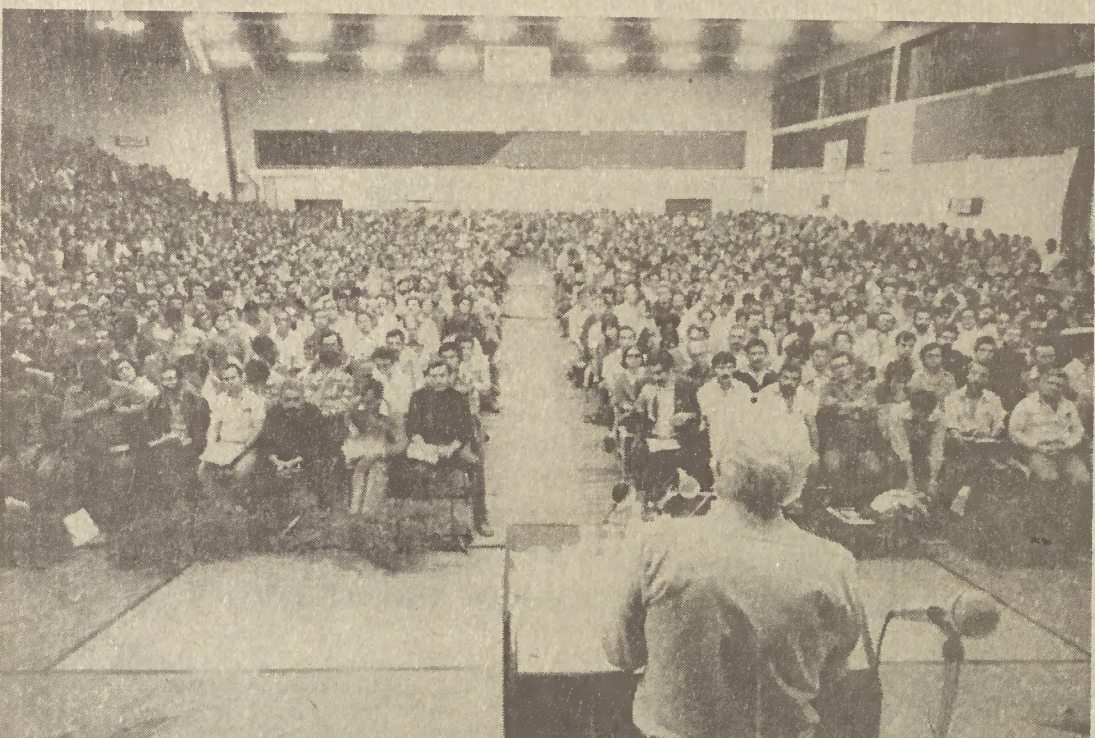
Dentro da linha política geral traçada pelo IX Congresso, poderia naturalmente o Comité Central tomar uma decisão.

Entendemos, entretanto, dada a complexidade da situação, que melhor seria que a decisão fosse tomada num âmbito mais largo que o Comité Central, com a participação mais directa das organizações regionais e de delegados das organizações do Partido, com o conhecimento mais directo da opinião do grande colectivo partidário. Por isso foi convocada esta Conferência Nacional.

A própria realização da Conferência Nacional do Partido, com poucos dias de preparação, é uma expressão da força orgânica do Partido, da vida política intensa das suas organizações, dos métodos democráticos no exame dos problemas, no debate de ideias e nas decisões políticas de fundo.

Em numerosas reuniões que têm tido lugar em todo o País, o Partido recebeu com manifesta aprovação a realização da Conferência Nacional.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.



Avante na luta para a derrota do candidato da reacção!

Os debates no Partido

O Comité Central e os seus organismos executivos examinaram atentamente os debates que se têm realizado no Partido após as eleições para a Assembleia da República.

Nas reuniões e plenários realizados em todos os sectores participaram muitos milhares de militantes.

Queremos expressar a nossa satisfação pelo esforço de cada militante para dar a sua contribuição à orientação do Partido, pela vivacidade dos debates, pela franqueza de opinião, pelo respeito recíproco e pela grande determinação verificada em todo o Partido de chegar a soluções e decisões correctas que permitam ultrapassar com êxito a curva apertada que atravessa a democracia portuguesa, e empenhar a nossa poderosa força colectiva e o esforço individual de cada um de nós para que sejam levadas à prática as decisões que venham a ser tomadas.

Numa situação tão complexa como a que actualmente vivemos, é perfeitamente natural que no Partido tenham aparecido opiniões diferentes acerca das eleições presidenciais.

Nas reuniões plenárias realizadas logo depois de 5 de Outubro para examinar os resultados das eleições para a Assembleia da República, as preocupações, interrogações e opiniões acerca das eleições presidenciais adquiriram desde logo um lugar de primeiro plano.

Toda a dinâmica do trabalho do Partido se tinha desenvolvido admitindo que seriam atingidos os objectivos de derrotar a "AD" e reforçar a representação do PCP e da APU na Assembleia da República no quadro duma maioria democrática.

Ante a maioria reforçada da "AD" e a inevitável continuação do governo Sá Carneiro, os militantes do Partido tomaram rapidamente consciência da importância acrescida das eleições presidenciais e das perigosíssimas consequências duma vitória do candidato da "AD" — general Soares Carneiro.

Por isso, a par da análise das eleições legislativas, os militantes começaram desde logo espontaneamente a colocar questões e a expressar opiniões acerca das presidenciais.

Além dos numerosos relatos orais, chegaram à Comissão Política, relatos escritos de muitas dezenas de reuniões com a participação de muitos milhares de camaradas.

Na Reunião do Comité Central, ontem realizada, foi completado o balanço anterior.

Tem-se por isso um quadro bastante amplo e bastante completo dos debates realizados e das opiniões expressas pelos membros do Partido.

Quatro ideias fundamentais apareceram como sendo as da esmagadora maioria dos militantes que participaram em reuniões e plenários:

- 1.ª A derrota de Soares Carneiro, candidato da "AD" é o objectivo fundamental das forças democráticas e do Povo português;
- 2.ª O candidato que tem mais condições para derrotar Soares Carneiro é o general Ramalho Eanes, sendo previsível, havendo segunda volta, que os dois candidatos que fiquem sejam Eanes e Soares Carneiro;
- 3.ª O Partido deve apesar disso apresentar um candidato seu, qualquer que venha a ser a decisão quanto à votação;
- 4.ª Os militantes, embora admitindo que a decisão final contraria a sua opinião pessoal, actuarão e votarão segundo a decisão do Partido.

Estas as ideias gerais fundamentais. Mas, no seu desenvolvimento e na sua aplicação prática, surgiram importantes diferenças de opinião. Em relação à primeira ideia (derrota de Soares Carneiro como objectivo fundamental) e à última (determinação dos membros do Partido de seguirem a orientação final traçada) existe, é certo, praticamente uma opinião unânime e bem definida no Partido.

Em relação à segunda (Eanes como candidato em melhores condições para derrotar Soares Carneiro) e à terceira (apresentação de um candidato pelo Partido), embora havendo quase unanimidade acerca das duas ideias fundamentais, expressam-se entretanto numerosas variantes na forma de considerá-las.

Duma maneira geral, embora a grande maioria dos militantes se manifeste pela inevitabilidade de considerar de uma forma ou de outra a eleição de Eanes para derrotar Soares Carneiro, esta opinião aparece sempre ligada a severas críticas à actuação do actual Presidente da República, a grandes reservas e dúvidas acerca da sua política futura e a uma grande contrariedade e dificuldade individual em votar Eanes se tal necessidade se apresentar.

No concreto, apareceram variantes acerca da atitude a tomar. Uns defendem que o Partido deve fazer apelo ao voto em Eanes na segunda volta. Outros dizem que o devia fazer logo na primeira volta, apresentando ou não candidato. E alguns, embora reconhecendo que Eanes é o que está mais bem situado para derrotar Soares Carneiro, entendem que em caso algum o Partido deve fazer apelo a tal voto.

Finalmente alguns embora poucos camaradas defendem que o Partido deveria deixar liberdade de voto aos militantes.

Esta questão tem sido discutida apaixonadamente nas sessões e plenários do Partido, aparecendo, mesmo casos de declaração de intenções de indisciplina.

De facto registaram-se (que seja de nosso conhecimento) meia dúzia de casos individuais extremos, em que camaradas disseram que não votariam em Eanes mesmo que o Partido o decidisse e (em posição totalmente oposta) outros camaradas que disseram que votariam Eanes mesmo que o Partido decidisse o contrário.

Trata-se de casos individuais, isolados, e estamos certos de que, se a situação que tais camaradas recorrem se verificasse, eles seguiriam, como os restantes, a orientação do Partido. São porém de citar estes casos porque são típicos da complexidade da situação, da intensidade dos sentimentos e do calor dos debates que se verificam no Partido.

Também com respeito à apresentação de um candidato pelo Partido, apareceram diversas modalidades.

Defendem uns a apresentação como candidato de um dirigente do Partido. Defendem outros a escolha de um militante conhecido sem ser da direcção. Ainda outros pronunciam-se por um candidato independente ou da APU.

Declarada a crise no PS e num momento em que se admitia que o PS e não apenas Mário Soares abandonasse e combatesse a candidatura de Eanes, houve também alguns camaradas que se pronunciaram por uma candidatura unitária com o PS contra Soares Carneiro e contra Eanes.

Outras opiniões se manifestaram ainda. Segundo uns, o candidato do Partido deveria desistir à primeira volta e segundo outros deveria ir à votação. Segundo uns a campanha deveria orientar-se para alcançar a maioria dos votos, segundo outros deveria ser sobretudo uma campanha de esclarecimento.

As variadas opiniões, em geral acompanhadas de razões justificativas, foram (como já foi dito) atentamente examinadas pela Comissão Política e pelo Comité Central.

Foi tendo em conta os debates no Partido que terá a sua conclusão nesta Conferência Nacional, que o Comité Central do Partido traz aqui a sua opinião acerca da situação política e uma proposta de resolução política da Conferência Nacional em que se define a orientação do Partido e se traçam as grandes linhas de actuação para as eleições presidenciais.

As eleições presidenciais — perigo de "ruptura institucional"

Os resultados das eleições para a Assembleia da República, com a manutenção e mesmo o reforço da maioria da "AD" na Assembleia da República e a consequente continuação do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, dá um novo e importante significado às eleições presidenciais.

O nosso Comité Central já examinou, na sua reunião plenária de 13 e 14 de Outubro, os resultados das eleições e a nova situação política deles decorrente.

O CC sublinhou que esses resultados foram possíveis porque todo o processo eleitoral se desenvolveu estando no Poder um Governo reaccionário, violador da Constituição e da legalidade, sem quaisquer escrúpulos de carácter democrático.

O CC sublinhou que a não demissão do governo Sá Carneiro, quando se tomou clara a sua actuação inconstitucional e subversiva, foi um gravíssimo erro que está na origem do que se passou nas eleições de 5 de Outubro.

Baseado numa cuidadosa análise dos factos, o CC sublinhou como a monopolização, a partidização e a utilização pela "AD" dos meios de comunicação social estatizados, as medidas demagógicas indo ao encontro dos problemas e necessidades reais de vastos sectores da população, a repressão e a intimidação, a utilização eleitoral do aparelho do Estado e ilegalidades e fraudes na campanha e no acto eleitoral — comprometeram o carácter democrático das eleições e falsearam a vontade dos portugueses.

Por essa forma, a votação na "AD", que confirmou a sua maioria na Assembleia da República, não traduziu uma verdadeira opção política do eleitorado.

Os resultados das eleições para a Assembleia da República de 5 de Outubro não desmentiram o facto de que a base de apoio social e político das forças democráticas é mais vasta e mais militante do que a base de apoio social e política da reacção.

Os resultados eleitorais não são a única medida de força, de influência e de capacidade de intervenção na vida política. Entretanto, tudo isso não modifica um resultado essencial conseguido pelas forças reaccionárias: continuarem tendo maioria no órgão de soberania legislativo (Assembleia da República) e continuarem tendo nas mãos o órgão de soberania executivo (o Governo).

O resultado essencial conseguido pelas forças reaccionárias nas eleições de 5 de Outubro foi a sua consolidação em dois órgãos fundamentais do Poder político.

Nesta situação, as eleições presidenciais, agora marcadas para o dia

7 de Dezembro, adquirem ainda maior importância por todas as suas profundas repercussões.

Como sublinhou o CC na sua reunião plenária de 13 e 14 de Outubro, tendo consolidado as suas posições em dois órgãos de soberania "as forças reaccionárias lançaram-se agora ao assalto contra os dois outros órgãos do Poder político: para liquidar um (Conselho da Revolução) e para tomar conta do outro (Presidente da República)".

Não oferece dúvida que, se as forças reaccionárias alcançassem estes objectivos, isso significaria que o grande capital e os grandes proprietários e os partidos que os representam reconquistariam praticamente todo o Poder político, ficando facilitada a realização do seu plano visando a revisão inconstitucional da Constituição, a restauração do capitalismo monopolista de Estado, a imposição de grandes restrições às liberdades e direitos, a liquidação das conquistas de Abril e o caminho para a instauração de uma nova ditadura.

A reacção conseguiria finalmente alcançar o grande objectivo da sua ofensiva global contra o regime democrático: a chamada "ruptura institucional", ou seja a liquidação da Constituição e do regime que a Constituição consagra.

Nesta situação nos encontramos a mês e meio das eleições presidenciais.

É indispensável que todos os democratas e o Povo português em geral tenham plena consciência do perigo que nos espanta.

Sem dúvida, que, mesmo no pior caso, no caso da vitória eleitoral do candidato reaccionário, general Soares Carneiro, a luta continuaria — o nosso Partido, as forças democráticas, o movimento operário, os trabalhadores, as massas populares prosseguiriam corajosamente a luta em defesa das liberdades, das outras conquistas de Abril, do regime democrático.

Sem dúvida que a reacção acabaria por ser derrotada porque na História de um povo é a vontade do povo que tem sempre a última palavra. Mas que não se alimentem ilusões, que ninguém vá atrás da fachada "democrática" com que se pretende encobrir a "AD", outras forças reaccionárias, o candidato general Soares Carneiro. Por detrás dessa fachada "democrática" é o fascismo que espanta.

Uma vitória do candidato reaccionário nas eleições criaria uma situação radicalmente nova na vida portuguesa.

É preciso ter noção clara que o programa e o plano das forças reaccionárias não é uma alternância no Poder mas a inconstitucional e ditatorial manutenção no Poder das forças reaccionárias por prazo indefinido, não é uma modificação da política, mas a liquidação do regime democrático.

Este é o perigo real e fundamental. Para o conjurar devemos concentrar esforços e energias.

Tarefa prioritária: derrotar Soares Carneiro

A experiência de luta e o instinto revolucionário das massas permitiram que, logo após as eleições para a Assembleia da República, amplos sectores do Povo português tomassem rapidamente consciência do perigo fascista.

Essa tomada de consciência manifestou-se tanto no sério receio da vitória do candidato reaccionário general Soares Carneiro nas eleições presidenciais, como na atitude decidida e militante de lhe dar combate e encontrar o caminho para o derrotar nas eleições.

Desta situação ressalta uma ideia fundamental: a tarefa central, decisiva, prioritária do nosso Partido, das forças democráticas, dos trabalhadores, do Povo português, é derrotar o candidato da reacção general Soares Carneiro nas eleições presidenciais.

Apresentam-se é certo outros candidatos da direita, designadamente o coronel Pires Veloso e general Galvão de Melo. Mas estes candidatos, até agora sem apoios políticos, têm muito poucas possibilidades de êxito. Não constituem de momento, no terreno eleitoral, ameaça para o regime democrático.

A ameaça vem de Soares Carneiro, proposto e apoiado pela "AD". É certo que eleições presidenciais não são eleições legislativas. É certo que nas legislativas pesam de forma determinante a influência e a orientação dos partidos, ao passo que nas presidenciais pesam muitos outros e numerosos factores. É certo que haverá vastas zonas do eleitorado que votaram "AD" nas legislativas e não votarão Soares Carneiro nas presidenciais.

Mas não se deve ignorar que os partidos reaccionários instalados no Governo estão já dando todo o seu apoio e destinando recursos enormes à campanha do seu candidato e, usando e abusando do Poder, estão já pondo ao seu serviço uma colossal manipulação da opinião pública através dos órgãos de comunicação social estatizados.

O perigo não é para desprezar. Todos os portugueses e portuguesas que querem continuar a viver em liberdade, que querem que o fascismo não volte mais, têm que definir como seu objectivo político que se sobrepõe a todos os outros nas eleições presidenciais, a derrota do general Soares Carneiro.

É isto possível? Sim, é possível. Entretanto, não se deve esquecer que, mesmo admitindo a deslocação para outros candidatos de parte do eleitorado que votou na "AD" nas eleições legislativas, o resultado destas mostrou que, nas condições existentes, dispondo do Governo e do aparelho do Estado e utilizando meios e métodos antidemocráticos, os partidos reaccionários estão em condições de conseguirem para o seu candidato nas presidenciais uma grande votação.

Por isso, para derrotar o candidato da reacção general Soares Carneiro, é necessário, duma forma ou de outra, concentrar esforços, concentrar os votos das forças democráticas e antifascistas, designadamente de comunistas e socialistas.

No momento actual, como sempre sucede nas grandes batalhas políticas, é essencial definir o inimigo principal e a direcção do golpe principal.

O inimigo principal nas próximas eleições presidenciais é o general Soares Carneiro. O golpe principal deve ter em vista a sua derrota.

A defesa de hipóteses realistas nada resolve. Confunde-se com propaganda demagógica.

O necessário é ver no concreto como pode ser alcançado o objectivo definido como central, decisivo e prioritário nas eleições presidenciais.

É a esta luz que devem ser consideradas as outras candidaturas, a começar pela candidatura do actual Presidente da República, general Ramalho Eanes.

A candidatura de Ramalho Eanes

O nosso Partido guardou sempre um quase absoluto silêncio acerca das decisões e posições do actual Presidente da República, assim como acerca das Forças Armadas e das atitudes e declarações dos seus chefes.

Consideramos que essa nossa atitude constituiu uma contribuição positiva para a estabilidade do órgão de soberania Presidente da República e para a estabilidade das Forças Armadas e que, nas condições concretas existentes, essa estabilidade foi um factor positivo e importante para a defesa do regime democrático.

Muitas vezes a reacção, apoiando então Ramalho Eanes e desenvolvendo provocações, intrigas e acções de diversão ideológica, tentou lançar o PCP contra o Presidente da República e contra as Forças Armadas e o Presidente da República e as Forças Armadas contra o PCP. Não o conseguimos e em parte isso deve-se ao silêncio sistemático do PCP acerca da actividade do Presidente da República e das Forças Armadas.

Agora porém, nas vésperas de novas eleições presidenciais, apresentando-se o actual Presidente como candidato e sendo necessário e inevitável definir uma atitude, o PCP não pode deixar de fazer uma apreciação acerca da acção do general Ramalho Eanes, como Presidente da República.

A primeira coisa a anotar é que, dos grandes partidos políticos, o PCP é aquele cujo programa e objectivos políticos mais se distanciam da orientação e dos objectivos programáticos do actual Presidente, — distanciamento ao qual aliás o próprio Presidente numerosas vezes se tem referido.

Mas não só isso. Uma vez que o actual Presidente se recandidata, é a hora de dizer o que pensamos da sua actuação como Presidente, tanto na área da política geral, como na área militar e de fazermos um primeiro juízo global do seu mandato, precisamente no momento em que está prestes a terminar.

Na área de política geral, consideramos de forma crítica, entre outros aspectos da sua actuação, a condescendência e por vezes cobertura a uma política de sucessivos governos contra as conquistas democráticas consagradas na Constituição; a passividade ante a ofensiva inconstitucional, ilegal, brutal e criminosa contra a Reforma Agrária; a não promulgação da lei de emendas à "Lei Barreto"; a intensificação das relações militares com a NATO; a nomeação do Governo Mota Pinto; a não demissão do governo Sá Carneiro, logo que este entrou abertamente no caminho da ilegalidade e da subversão das instituições, a atitude que permitiu à "AD" manipular o processo eleitoral, falsear a vontade política do Povo português e alcançar novamente a maioria na Assembleia da República.

Na área militar, consideramos de forma crítica o predomínio de critérios ideológicos reaccionários ou do direita na administração da justiça e na administração de quadros; as contemporizações com pressões e homens da direita e severidade para com atitudes e para com homens da esquerda; o contraste entre as discriminações e para com a grande parte dos oficiais do 25 de Abril (muitos dos quais passaram à reserva ou à "prateleira") e o caminho aberto em promoções e nomeações a militares que se manifestam expressamente contra as instituições democráticas.

Esta actuação correspondeu em muitos aspectos aos objectivos das

forças reaccionárias. Mas temos que não forças e foi acompanhada por uma política de pressões para que o Partido aplicasse a ofensiva global da reacção: da "AD" democrático.

Isso explica o combate feroz, os ataques a "AD" como tal, os seus ataques a "AD". Globalmente, apesar de aspectos legitimamente grande opo, resíduo movimento operário e populares que condições concretas da situação, embora insuficiente e contraditória, tinha a candidatura de Ramalho Eanes. A candidatura de Ramalho Eanes tinha o PS como força principal, azen elementos de direita, empresários e comunistas. Fazem também parcos de antifascistas.

O PCP não intervém na eleição de candidato, foi consultado, designadamente a essa candidatura como a sua posição e a essa candidatura como a sua posição e a essa candidatura como a sua posição.

Mas, com as suas respostas, a vida política com o máximo da sua vida política e perspectivas políticas para a eleição a preocupação suprema dos Soares assim a conquista compoer pol reaccionários.

Nos tempos profundos da ac Eanes, pela primeira vez expressões críticas atrás feitas nesta. Mas não dizem os esquerdistas e socialistas, e Soares Carneiro são uma coisa.

A verdade objectiva é que Ramalho Eanes e da liquidação do regime Eanes combatido pelas forças reaccionárias condições para derrotar Soares.

Esta é uma conclusão para a orientação justa relativamente a presidente.

A posição do PCP e a atitude de Mário Soares

A já célebre conferência do Presidente 14/10/80 — que sendo embaixação do Presidente, era tida como a grande campanha eleitoral — causou por afirmações que comprometiam a candidatura democráticas.

Entre essas afirmações, a mais a o "mesmo modelo de sociedade" pela recurso ao referendo, uma e demarcação ataques ao PCP.

Além da incoerência de política negativa sob o ponto de vista, não tendo em conta a vitória, aqueles que os podem dar, os ad, provavelmente ganhar muita coisa, a perder votos à esquerda.

As declarações do Presidente graves continham em si grandes novidades, aliança com a "AD", como nos dias entrevistas a "O Jornal" e "Notícias".

Entretanto, a extrema-direita que imprensa podia pôr em causa candidato concorrente de Soares Carneiro o vencedor Ribeiro e Castro, logo incitou a FRS candidatura civil de esquerda a ser a ponto de "aconsehar" o Poder a opção a liderança da esquerda, ao contrário.

Coincidindo com as essas via-presidência conferência de imprensa de 14/10/80, com a candidatura de Eanes, foi dada a meio das eleições e quase limite candidaturas.

A atitude de Mário Soares em relação a Eanes, constitui uma novidade.

O coro de elogios à liderança de Mário à direcção do PS por não aceitar secretários próprios governos Cardeiros Correia e Casqueiro, de já o general Eanes, escrebas reaccionários com o Valentim jornais fascistas e fascistas "DI" e "A" a dúvidas acerca de quem tentará atacar.

Vários elementos pensam que à candidatura de Eanes, há perigo de candidatura. Alguns dos imphantes operação anti-Eanes, avanço Eanes e Mário Soares declarou que isso a cor uma "vaga de fundo" no PS.

A verdade é que a candidatura de Soares considera uma candidatura de Eanes Carneiro. A ir por diante, saltada da direita democrática, a começar pelos, seria a candidatura de Soares Carneiro.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Em terceiro lugar, para a candidatura de Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes.

Nada de admirar que tal acontecesse não tenha ganho muitos adeptos sequer a "vaga de fundo" não passou de uma O PS discordou do seu secretário Eanes. Mas será um apoio ao plano que continua a confirmá-lo.

Não existindo uma alternativa política Soares? Não se trata de uma política político ingenuo. Que presen Eanes? O facto de Eanes e Soares para a derrota de Eanes e Soares? O facto de Eanes e Soares? O facto de Eanes e Soares?

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Nos definimos Soares Carneiro, mais fácil que votar Eanes. Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS.

Em primeiro lugar, a candidatura de Soares Carneiro, mais restrito que a de Eanes pelo PS. Em segundo lugar, Eanes pesa um candidato militar, e o facto é de conjuntura política.

Intervenção

Camaradas

A Conferência Nacional do Partido, convocada de urgência, tem como objectivo essencial decidir da posição do Partido em relação às próximas eleições presidenciais. Dentro da linha política geral traçada pelo IX Congresso, poderia naturalmente o Comité Central tomar uma decisão. Entendemos, entretanto, dada a complexidade da situação, que melhor seria que a decisão fosse tomada num âmbito mais largo que o Comité Central, com a participação mais directa das organizações regionais e de delegados das organizações do Partido, com o conhecimento mais directo da opinião do grande colectivo partidário. Por isso foi convocada esta Conferência Nacional.

A própria realização da Conferência Nacional do Partido, com poucos dias de preparação, é uma expressão da força orgânica do Partido, da vida política intensa das suas organizações, dos métodos democráticos no exame dos problemas, no debate de ideias e nas decisões políticas de fundo.

Em numerosas reuniões que têm tido lugar em todo o País, o Partido recebeu com manifesta aprovação a realização da Conferência Nacional.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O Comité Central faz as suas propostas e a Conferência Nacional decidirá.

O intenso debate preparatório prolongou-se na Conferência

Além das intervenções de membros da direcção do Partido e representantes das Organizações Regionais, também usaram da palavra na tribuna da Conferência Nacional vários delegados que se inscreveram na ocasião e que exprimiram as suas opiniões, formadas a partir do debate em que participaram no âmbito da actividade preparatória da Conferência.

Como seria assinalado já no período final, o horário não permitiu que todos os camaradas inscritos pudessem intervir, embora se tenham registado ainda 11 intervenções.

A primeira delas pertenceu ao camarada **António Marques Ribeiro**, da Comissão Concelhia de Loures do PCP, empregado de escritório. Começando por referir-se à comunicação do secretário-geral do Partido, que abriu os trabalhos da Conferência, dizia que tal intervenção «exprime os sentimentos dos comunistas do concelho» em que reside. Salientou que a análise expressa nas palavras do camarada Álvaro Cunhal continha uma síntese das grandes linhas de força do debate desenvolvido no seio do Partido sobre a questão das eleições presidenciais, afirmando que «parecia que o camarada Alvaro Cunhal tinha estado nas reuniões em que eu participei».

Além de referir que no quadro dos actuais candidatos é o general Ramalho Eanes o que apresenta mais condições para derrotar a candidatura da «aliança reacçãoária», objectivo central na actual fase do processo político, como apontou o Comité Central do PCP, o camarada António Ribeiro considerou positiva a apresentação de um candidato membro do Partido, que assim possibilitará uma intervenção directa e dinâmica do PCP na campanha eleitoral, ou seja na campanha do esclarecimento político em defesa dos ideais libertadores do 25 de Abril, do regime democrático e dos direitos do povo trabalhador.

Por seu turno, o camarada **António Manuel Regala**, analista, membro da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP, depois de fazer um breve comentário aos resultados obtidos pela APU na região nas eleições legislativas, referiu que «em curto período de convocação» reuniu-se cerca de 50 por cento da organização do PCP no concelho de Aveiro «para dar o seu parecer a esta Conferência Nacional». «As várias reuniões de sectores e organismos», acrescentou, «pautaram-se por uma discussão muito rica e viva, no sentido de todos colaborarem numa decisão ajustada às realidades presentes».

O camarada António Regala afirmou a seguir que o balanço do debate no concelho apontava para a «escolha de um candidato do Partido ou simpatizante, podendo eventualmente desistir à boca das urnas». No actual momento, sublinhou «o importante é derrotar o candidato da 'AD'»: «podemos dizer que a luta se trava entre o fascismo e o antifascismo. A nossa opção neste aspecto é fácil, embora saibamos que a curva apertada em que estamos nos poderá impedir de apresentar até ao fim o nosso candidato, o candidato de Abril. Aquele em que provavelmente poderemos vir a votar não é o nosso candidato e muito longe está de nós. Mas dá-nos um mínimo de garantias no prosseguimento das instituições democráticas, negando-se a uma abertura às perspectivas de regresso ao passado», concluiu. Focando os mesmos aspectos das duas intervenções que

a resposta adequada».

O camarada **José Veloso**, arquitecto, membro da Comissão Concelhia de Lagos do PCP, abriu a sua intervenção destacando três pontos fundamentais: o rigor e a objectividade da comunicação lida pelo secretário-geral do Partido; a riqueza da discussão política desenvolvida no âmbito do PCP com a participação de significativo número de militantes sobre as eleições presidenciais e a posição do Partido, uma verdadeira

Espanha e Palestina. O camarada **António Gomes da Silva** deu também uma breve informação sobre a campanha eleitoral da APU entre os emigrantes portugueses na Venezuela. O camarada **Vital Moreira**, deputado eleito por Aveiro, subiu à tribuna começando por afirmar que as dúvidas que colocaria no decurso da sua intervenção — revelando algumas discordâncias não quanto aos objectivos centrais da proposta do Comité Central, mas quanto ao melhor meio para responder às questões que se colocam — já as abordara na discussão preparatória da Conferência.

Os pontos de dúvida que levantou e que deixou à consideração dos delegados foram, assim, sobre questões relativas ao melhor meio para responder ao problema das alternativas que, quanto a si, era a da «promoção de um candidato independente, não

Abílio Fernandes Barros, empregado de escritório, evidenciou a necessidade duma «intervenção muito activa nesta batalha política», dum esclarecimento dinâmico, do combate à abstenção no «vastíssimo campo democrático», duma «grande fiscalização do acto eleitoral, se possível mais intensa ainda que nas recentes eleições legislativas» e, «por tudo isto» a apresentação dum «candidato próprio», concordando com o camarada proposto, Carlos Brito.

«Salvo análise em contrário do CC, para o qual lhe damos a nossa inteira confiança», acrescentou, «parece-nos neste momento que este candidato deve ir até à primeira volta», desenvolvendo entretanto «uma campanha aberta em que se apresentem da melhor forma os nossos projectos», ao mesmo tempo que denuncie, em particular junto da juventude e das mulheres, os objectivos da

começou por recordar aos delegados que, em 1976, quando ainda não era militante do Partido, votara no candidato Otel.

«Mas face a uma campanha lançada contra o PCP com a clara cumplicidade de Otel, rompi com este projecto demagógico, incosequente e esquerdista — sublinhou. — Foi então que descobri que a forma mais consequente de aprender a servir o nosso povo era nas fileiras do PCP». O camarada deteve-se, na sua intervenção, na análise das várias candidaturas que se apresentam já para as próximas eleições, apoiando no final a proposta do CC, para a promoção da candidatura de Carlos Brito.

Homem ligado ao Movimento Popular, como a si próprio se definiu, o camarada **Carlos Neves**, professor e membro da Comissão Concelhia de Gondomar do PCP, trouxe à Conferência o modo como as pessoas da sua terra encaram as próximas eleições, sublinhando a grande apreensão que a candidatura de Soares Carneiro merece, manifestando, por outro lado e por isso mesmo, a sua concordância como delegado à conclusão da última reunião do Comité Central que definia como objectivo principal a derrota do candidato da direita.

«Para Otel, como para Aires Rodrigues, tanto vale Soares Carneiro como Ramalho Eanes» — disse. — «Isto é, entre a perspectiva de um regime fascizante e a manutenção de um regime democrático, para eles não há diferença. Otel aparece, tal como em 1976, a criar a ilusão de que irá ganhar, uma vez mais joga na divisão, uma vez mais vai ao encontro da direita». Depois de considerar que, apesar da opinião generalizada que qualifica o general Ramalho Eanes como a alternativa na perspectiva de defesa e manutenção do regime democrático, não é possível deixar de se fazer um balanço crítico à sua actuação como

Intervenções das DORs

CC, como candidato do Partido às eleições presidenciais de 7 de Dezembro.

Nas condições presentes parece-nos a melhor solução. Esta candidatura vai ser bem recebida na organização do Partido, ela vai ajudar a batalha do esclarecimento, o combate à abstenção, vencer dúvidas, galvanizar o Partido e as massas e vai ajudar a batalha para derrotar o candidato da reacção.

A DORA está consciente da grande batalha que temos pela frente. Impõe-se um trabalho de massas. A luta contra a abstenção deve ser um empenhamento de toda a organização do Partido. Apesar da baixa sofrida nas eleições de 5 de Outubro, sente-se a coesão e confiança na organi-

zação do Partido e a determinação de reforçar a ligação com as massas.

Não subestimamos a luta no campo eleitoral mas, para além do campo eleitoral, a luta do povo português pela Democracia continuará! A luta de massas é determinante.

Estamos confiantes na grande força do nosso Partido, de que as dificuldades existem para serem vencidas e estamos certos de que a luta em defesa do Portugal de Abril continua até à vitória final!

Viva a Conferência Nacional!
Viva o Partido Comunista Português!

Bernardina Sebastião

Santarém

«A unidade de comunistas e socialistas é cada vez mais desejável e possível para a defesa do regime democrático»



Camaradas:

Começamos por saudar a Conferência Nacional e através dela todos os militantes, todo o Partido, certos de que sairemos daqui mais reforçados, mais determinados a vencer as novas

batalhas que se avizinhavam na defesa do regime democrático saído do 25 de Abril.

Os resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro de maneira nenhuma nos satisfizeram e vieram ainda por mais a claro as nossas deficiências, as nossas dificuldades de organização e de ligação às massas. Deficiências essas que se notam mais no trabalho unitário.

Os nossos objectivos não foram alcançados e perdemos em relação a Dezembro de 1979, 7471 votos e 1 deputado.

No entanto, é negável que a nossa campanha foi a mais dinâmica, criadora, participada e alargada de sempre, realizaram-se mais de 400 iniciativas onde participaram cerca de 40 000 pessoas.

A campanha deixou raízes e permite estarmos confiantes, pois que no futuro com a dinamização do nosso trabalho, muitos virão até nós, mesmo daqueles que se deixaram enganar pelo oportunismo da FRS e pela demagogia da Aliança Reacçãoária. A luta foi difícil, alguns estão desiludidos com os resultados, mas a confiança no nosso Partido e no 25 de Abril reforça-se dia a dia o que nos traz a certeza de que os objectivos das forças reacçãoárias serão derrotados.

Camaradas, o CC do nosso Partido concluiu que a tarefa central, decisiva e prioritária das forças democráticas, dos trabalhadores e do Povo português, é derrotar e impedir, portanto, a eleição do candidato da «AD», general Soares Carneiro, às próximas eleições presidenciais. A derrota do candidato da «AD» nas eleições presidenciais pode constituir um passo decisivo para barrar o avanço da reacção e do fascismo. Não há dúvidas para ninguém, que o general Soares Carneiro é um fascista, ligado ao 24 de Abril, e que faz parte do plano da direita reacçãoária para liquidar o regime democrático e impor uma nova ditadura ao nosso Povo.

Existem possibilidades reais de derrotar Soares Carneiro. As forças da democracia continuam a ter mais votos que a direita reacçãoária.

Durante o debate realizado pelo Partido no distrito várias foram as críticas ao general Eanes, quer em relação a aspectos gerais da sua política, quer em relação à Reforma Agrária, à não demissão do governo/burla de Sá Carneiro e mesmo aos aspectos que considerámos negativos

da sua última conferência de imprensa. No entanto, pensamos que na situação actual (e é este o consenso das opiniões dos militantes do distrito de Santarém nas muitas reuniões já realizadas), parece não haver dúvidas que face aos candidatos já conhecidos é o general Ramalho Eanes aquele que reúne mais condições para derrotar o candidato da «AD».

Outros candidatos ditos de esquerda se apresentam ao eleitorado, mas pelo que se conhece deles, pela sua demagogia e oportunismo, por prometerem aquilo que antes quando o podiam não fizeram, não merecem a confiança dos trabalhadores, dos democratas e dos antifascistas.

Com a posição assumida por Mário Soares novas dificuldades apareceram, mais uma vez Mário Soares facilita os objectivos da direita.

No nosso distrito amplo debate tem sido realizado, 68 reuniões foram realizadas tendo participado mais de 2500 militantes. Rica e variada tem sido a discussão realizada e o consenso tirado aponta no sentido da apresentação de um candidato militante do nosso Partido. Estas conclusões que foram realçadas na última reunião da Direcção Regional têm em conta as confusões trazidas com a conferência de Imprensa de Ramalho Eanes e com a situação interna do PS, parecendo-nos que o desenvolvimento da nossa campanha poderá ajudar a explicar os objectivos da nossa candidatura e a encontrar novas soluções no seu decurso.

A nossa candidatura ajudará a derrotar o candidato das forças reacçãoárias, Soares Carneiro.

Nesse sentido o executivo da Direcção Regional de Santarém, consciente de interpretar o sentir de toda a organização apoia as propostas do Comité Central do Partido, trazidas a esta Conferência pelo camarada Alvaro Cunhal e particularmente a candidatura do nosso camarada Carlos Brito às próximas eleições presidenciais.

Camaradas. A nova situação traz mais perigos e dificuldades, é necessário e urgente o reforço da unidade de todos os democratas e de todos os antifascistas. A unidade de comunistas e socialistas é cada vez mais desejável e possível para a defesa do regime democrático. Há que desenvolver todos os esforços no sentido duma aproximação cada vez maior dos militantes socialistas.

Com o desenvolvimento e reforço da luta de massas, do movimento operário e popular e com o reforço e alargamento da organização do PCP,

Abril vencerá!

Viva o 25 de Abril!

Viva o Partido Comunista Português!

Vitor Marques Fernandes

Setúbal

«O distrito de Setúbal continua e continuará a ser um distrito vermelho e não cor de laranja»



Camaradas:

Após as eleições de 5 de Outubro toda a organização do Partido no Distrito de Setúbal se empenhou a fundo na apreciação colectiva dos resultados e, sobretudo, da nova situação política daí decorrente.

Contrastando com o comportamento de dirigentes políticos responsáveis e de teóricos pequeno-burgueses que caíram na desorientação, no derrotismo e no oportunismo político, os comunistas, conscientes dos novos perigos para a democracia e da complexidade do momento, afluiram em massa às reuniões e plenários das suas organizações para, em conjunto, estudarem medidas práticas de resposta à nova situação, para continuarem a luta pela defesa da democracia.

Camaradas: Foi extremamente positivo o debate levado a cabo nos plenários realizados, sobre os objectivos políticos do Partido para as eleições de 5 de Outubro e, sobre o trabalho eleitoral realizado e os resultados obtidos.

Quanto a estes, embora tenha havido uma baixa, percentualmente pequena, de votos na APU, e as nossas previsões não se tenham concretizado há que frisar que essa baixa não alterou a composição política do conjunto dos 17 deputados do distrito — ou seja — mantêm-se os 4 deputados da AD, os 4 do PS e os 9 do PCP.

O distrito de Setúbal, contrariamente àquilo que a deputada Helena Roseta vaticinava, continua e continuará a ser um distrito vermelho e não cor de laranja mesmo em tempo de eleições preparadas para a direita.

Camaradas:

O debate realizado na nossa organização permitiu ver mais claramente a justeza da linha política do Partido, apreciar melhor o valor extraordinário da grande campanha eleitoral que realizámos, corrigir no futuro algumas deficiências no nosso trabalho e esclarecer melhor o papel das eleições no processo revolucionário.

A realização na Organização Regional de Setúbal, no curto espaço de duas semanas, para além do funcionamento regular da organização, de 150 plenários de células de empresa, de sector e de organizações de residência, com a participação de mais de 5000 militantes dá-nos uma ideia do interesse, do vigor e da confiança com que os comunistas, empenhados na luta pelo Portugal de Abril contra o perigo do fascismo, responderam à nossa situação, criada com a vitória eleitoral da AD.

Camaradas:

Há consciência, nas organizações do Partido, que as eleições para a Presidência da República adquiriram um novo significado. Com elas existe o perigo real de as forças reacçãoárias ficarem a dominar todos os órgãos do Poder, criando assim melhores condições para levarem por diante os seus propósitos de destruição da democracia, abrindo o caminho a uma nova ditadura.

A consciência desta situação e dos perigos que comporta, levou a que, nos plenários efectuados em toda a Organização Regional de Setúbal se encarem já as eleições para a Presidência da República como uma grande tarefa antifascista que só pode ser desenvolvida com êxito se for orientada com realismo, determinação, unidade e empenhamento de todo o Partido.

Do amplo e profundo debate na Organização

Regional de Setúbal uma primeira e fundamental conclusão se pode tirar: o nosso Partido, o Partido da Classe Operária, grande lutador e defensor da Democracia tudo tem de fazer e tudo fará para derrotar a candidatura reacçãoária e fascizante de Soares Carneiro.

Este é o nosso objectivo central, e como tal tem que ser assumido com todo o realismo, coragem e responsabilidade que ele comporta. Não podemos ficar agarrados, como parece acontecer a um ou outro camarada, à esperança e ao desejo, legítimos da promoção e apresentação de um candidato unitário que reunisse simultaneamente o consenso das forças democráticas, a garantia de defender e prosseguir Abril e as condições necessárias para bater o candidato da aliança reacçãoária.

A não existência desse candidato não é da responsabilidade do PCP que todo fez para tornar viável esse projecto. A responsabilidade cabe por inteiro àquelles que agora, como em todo o processo democrático, e particularmente nas situações mais difíceis para a democracia, sempre rejeitaram alianças com o PCP e procuraram o entendimento com a direita, facilitando os objectivos desta como está aliás a acontecer em certa medida com o comportamento actual de Mário Soares.

Camaradas:

Na Organização Regional de Setúbal poucas dúvidas existem no actual quadro dos possíveis candidatos, sobre quem está mais bem situado para competir nas urnas com Soares Carneiro. Não há, nem é provável que apareça nenhum candidato, para além de Ramalho Eanes, que reúna as condições necessárias para bater o candidato da aliança reacçãoária.

Este é o quadro existente na realidade e todo o resto são miragens, ilusões e enganos que temos que combater intransigentemente pelo preço que podem custar à democracia. Candidaturas que aparecem sob a capa da unidade mas, são, ao contrário, desagregadoras da unidade democrática, como as de Otel e Aires Rodrigues, assim como as atitudes tomadas por Mário Soares e outros políticos responsáveis do campo democrático são factores que agem no eleitorado democrático no sentido da desorientação, do demissismo e da subestimação do próprio real que paira sobre a nossa democracia. Aca n por ser, como a experiência nos tem demonstrado nos últimos dias, uma arma importante nas mãos do inimigo principal da democracia.

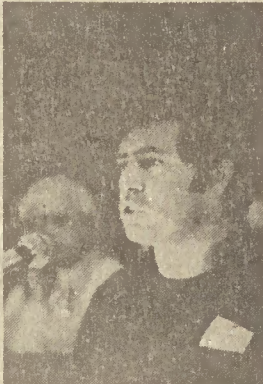
Camaradas:

Não temos dúvida, na Organização Regional de Setúbal, que a tarefa que o nosso Partido tem pela frente é árdua e complexa.

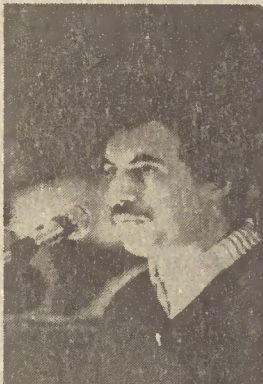
Ela exige um grande empenhamento de todos os comunistas e sobretudo um intenso trabalho de esclarecimento do eleitorado, na caracterização do perfil e do projecto do candidato da AD e dos perigos que ele representa, no desmascaramento das teses oportunistas às quais a direita dá toda a cobertura e divulgação, no combate à abstenção no campo democrático.

Por tudo isto, e porque consideramos deveras empregar todos os meios e possibilidades na mobilização e esclarecimento do eleitorado, achamos positiva e correcta a proposta apresentada pelo Comité Central da apresentação de um candidato próprio.

A DORS do PCP aprova também o nome proposto para candidato o camarada Carlos Brito.



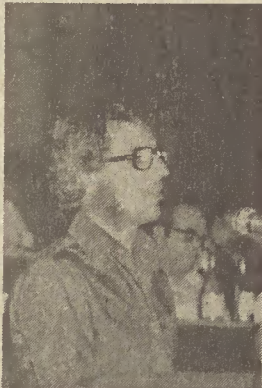
António Marques Ribeiro



António Regala



João de Oliveira



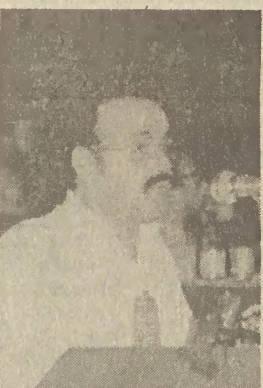
José Veloso



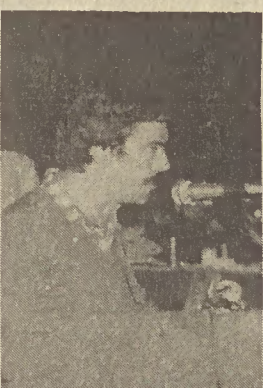
António Gomes Silva



Vital Moreira



Abílio F. Barros



Manuel R. Almeida



Nuno Caldeira



Carlos Neves



Sousa Marques

«discussão colectiva» que reflecte o elevado grau de democracia interna; e ainda a importância da apresentação de um candidato como afirmação das responsabilidades do PCP perante o seu eleitorado. Depois de referir que é necessário concentrar votos «em defesa da Constituição e do regime democrático», para a derrota do candidato apresentado pela «AD», o camarada Veloso sublinhou que «a luta política não termina com realização das eleições», tendo finalmente manifestado a alegria com que certamente a notícia da candidatura de Carlos Brito iria ser recebida no Algarve uma vez que foi eleito deputado nas eleições de 5 de Outubro pelo círculo de Faro. Calorosamente aplaudiu por todos os presentes, o camarada **António Gomes da Silva**,

militante do Partido com impacto suficiente para mobilizar não apenas toda a área eleitoral da APU mas para se bater até às eleições e à primeira volta em termos de mobilizar inclusivamente faixas do eleitorado dos grupos esquerdistas e mesmo de sectores do Partido Socialista». Dando razões para a sua posição, Vital Moreira pôs o acento na qualidade mobilizadora de tal candidatura que evitaria a abstenção do eleitorado democrático definida pelo orador como o melhor amigo do candidato do fascismo. Mas subsistiam dúvidas — disse — e preocupações e por isso aqui estou a apresentá-las». Seguidamente retomou «as duas versões da proposta do CC».

A primeira: apresentação de um candidato com desistência à boca das urnas; perguntou-se, quanto a esta, se a simples apresentação de um candidato, mesmo muito qualificado, como sublinhou, será suficiente para impedir ou a resistência ao voto em Ramalho Eanes, ou o seu desvio para candidaturas esquerdistas ou para a abstenção. A segunda versão: apresentação e ida até às urnas. Neste caso, Vital Moreira perguntou-se se essa hipótese garantiria os objectivos que interessam aos comunistas, após o que declarou a sua concordância com o candidato proposto.

«Qualquer que seja a posição da Conferência Nacional do Partido, ela passa a ser de todos e de cada um de nós, qualquer que tenha sido a posição que cada um de nós tenha defendido na discussão preparatória desta Conferência; e todos e cada um de nós sairemos daqui preparados e armados com a confiança, o empenho e a determinação com que o Partido há-de contribuir para a vitória do regime democrático na próxima batalha» — disse Vital Moreira a terminar, sendo então aplaudido pelos delegados presentes. Falando em nome dos delegados do Sector Público da Organização Regional de Lisboa presentes na Conferência, o camarada

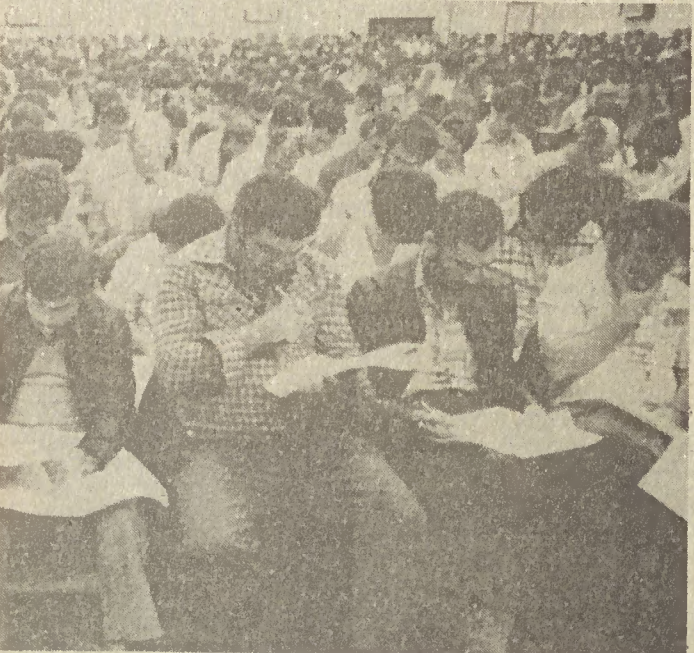
candidatura apoiada pela «aliança reacçãoária», dado que Soares Carneiro é «um homem com grandes responsabilidades na guerra colonial».

«A eleição de Soares Carneiro representaria colocar nas mãos dos grandes capitalistas e agrários, sedentos dos privilégios antigos, a totalidade do poder político, o que significaria para os trabalhadores redobradas dificuldades e sacrifícios» — diria a dado passo da sua intervenção o camarada **Manuel Ribeiro de Almeida**, dirigente sindical dos Metalúrgicos do Porto e operário da Sepsa.

Depois de destacar alguns dos aspectos que viriam a marcar uma maior ofensiva por parte da reacção contra os direitos dos trabalhadores caso Soares Carneiro fosse eleito, o camarada Manuel de Almeida denunciou os objectivos das candidaturas de Otel Saraiva de Carvalho e Aires Rodrigues, afirmando que baralharam propositalmente os dados e «procuram no terreno lamacento da falsificação e da demagogia desarmar os trabalhadores da correcta compreensão dos objectivos que se nos colocam e das possibilidades reais das diversas candidaturas».

Embora salientando «a distância que nos separa» do candidato Ramalho Eanes, defendeu o voto no actual Presidente da República «como meio de defesa do regime, já que os trabalhadores e a luta de massas acabarão por impor uma alternativa democrática» e apoiou a apresentação duma candidatura comunista, tarefa indispensável para «o desmascaramento e a luta contra o candidato da AD, a denúncia dos seus objectivos, a desmistificação das verdadeiras intenções das restantes candidaturas, a mobilização dos trabalhadores e do nosso povo para o voto em defesa da democracia, contra o fascismo, e as razões do nosso eventual apelo ao voto em Eanes». O camarada **Nuno Caldeira**, membro da Comissão de Freguesia do Cacém (Sintra),

trabalhador emigrado na Venezuela, transmitiu à Conferência Nacional uma fraternal saudação do núcleo do PCP e da Comissão de Apoio à APU naquele país sul-americano. A mensagem expressava ainda a solidariedade com o Partido de diversas colónias de trabalhadores de outros países, radicados na Venezuela, nomeadamente Uruguai, Chile, Paraguai, Colômbia, Guatemala, Nicarágua,



sintetizámos, o camarada **João de Oliveira**, recepcionista, membro do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, salientaria que «todos em conjunto ultrapassaremos com êxito mais esta importante tarefa no decurso da nossa luta e a unidade do Partido sairá mais reforçada». Sobre a «hipótese» do candidato apresentado pelo PCP desistir à boca das urnas, João de Oliveira frisou: «Penso que na altura própria encontraremos

Composição social e etária dos delegados

Em nome da Comissão de Verificação de Mandatos eleita no início dos trabalhos, o camarada Américo Leal, membro do Comité Central, apresentou o seguinte relatório do trabalho daquela comissão.

Queridos Camaradas:

A Comissão de Verificação de Mandatos, eleita por esta Conferência Nacional do PCP, procedeu à análise das fichas de presença referentes à participação dos delegados à Conferência.

São as seguintes as conclusões desta Comissão à participação dos delegados.

Foram ratificados os mandatos de 1080 delegados presentes a esta Conferência Nacional, dos quais 166 (15,2%) são mulheres.

É a seguinte a composição social dos delegados: 392 operários industriais e 72 operários agrícolas; 8 agricultores; 317 empregados (os quais somados aos operários industriais e agrícolas constituem 71,8% do total dos delegados); 201 intelectuais e quadros técnicos e 97 considerados de profissões várias.

Estes números traduzem a maioria de delegados trabalhadores, mantendo assim a característica de Partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

Quanto à composição etária é a seguinte:

Até aos 20 anos, 29 delegados; dos 20 aos 30 anos, 350; dos 30 aos 50 anos, 608 e com mais de 50 anos, 52 delegados.

Camaradas:

Da análise da Comissão de Verificação de Mandatos aos delegados presentes, verifica-se que tudo está conforme com as normas estabelecidas por esta Conferência Nacional do PCP.

Intervenções das DORs

Camaradas:

Existem condições para derrotar Soares Carneiro. Para a concretização deste objectivo é de importância fundamental o papel que o nosso Partido desempenhar nesta luta.

A consciência, a força e a determinação que encontramos nos milhares de camaradas, que, no distrito de Setúbal, participaram nas reuniões que antecederam esta Conferência são o melhor

indicativo de que o nosso Partido está preparado para esta batalha.

Camaradas:

A nossa histórica confiança no futuro não está abalada.

A nossa coesão e determinação estão reforçadas, o futuro pertence-nos

Viva a Conferência Nacional!

Viva o Partido Comunista Português!

Manuel Sobral

Madeira

«A nossa campanha terá de ser uma campanha de um grande debate político, de grande esclarecimento»



Partido que não estando aqui connosco, delegou em nós, a sua confiança para as importantes decisões que iremos tomar.

Camaradas:

Em toda a organização da Madeira tem sido feito um amplo debate em torno das eleições presidenciais. O interesse, a participação dos nossos camaradas e de muitos outros democratas que conosco trabalham, reflecte bem a consciência da difícil, complexa e perigosa situação que vivemos.

Há em todo o Partido como entre os democratas que a nosso lado têm lutado a clara vontade e empenhamento de com o seu esforço contribuir para fazer frente à actual situação; para vencermos mais esta batalha.

Toda a organização do Partido no Arquipélago da Madeira e os trabalhadores que conosco se têm batido pela defesa da democracia e liberdade afirmam a necessidade de derrotar a candidatura reaccionária de Soares Carneiro.

Tudo o nosso debate tem apontado nesse sentido e cremos camaradas que isso será conseguido.

A classe operária, os trabalhadores em geral, os democratas e antifascistas sentem o perigo da actual situação e apercebem-se dos esforços da direita reaccionária e fascista para fazer voltar Portugal aos tempos negros do antes do 25 de Abril.

A chamada «Aliança Democrática», mas na verdade aliança reaccionária, despe os seus perseguidores e prepara-se para colocar na Presidência da República um declarado fascista de modo a rapidamente conduzirem Portugal ao tempo da opressão e miséria.

Pensamos, camaradas, que tudo teremos de fazer para impedir esse objectivo.

É necessário unir todos os esforços. É necessário cerrar fileiras.

É necessário trabalhar e esclarecer para vencermos esta curva apertada; para vencermos esta batalha.

Pensamos que a nossa campanha terá de ser uma campanha de um grande debate político. Uma campanha de grande esclarecimento.

Uma campanha que alerte o nosso povo para os perigos que se nos apresentam.

Uma campanha que aponte o caminho certo e eficaz para travar o passo à reacção e ao fascismo. Uma campanha que não deixe cair no desânimo ou desilusão aqueles que estão dispostos a contribuir para a derrota da reacção posita a certa altura pensar que nada há a fazer.

É necessário encontrar formas, para que a nossa campanha seja também uma campanha de denúncia e desmascaramento dos oportunistas e divisionistas que nas alturas difíceis da nossa Democracia sempre aparecem no intento de dividir, alargar as dificuldades, enganar o povo com falsas profecias, mas na verdade profundamente empenhados na derrota da democracia, no impedimento da conjugação de esforços e concentração de votos que garanta a derrota da direita reaccionária e fascista.

A UDP e outros grupelhos, lá voltam a lançar

o seu Otelo, mais preocupados em aproveitar o momento para aparecerem do que para resolverem a situação.

E que dizer de Aires Rodrigues, camaradas?

Lança propostas bonitas que sabe inviáveis, explora os sentimentos bonitários da classe operária e do povo em geral. Em suma: tenta fazer crescer a confusão. Se outros elementos não tivéssemos bastava-nos referir a projecção que lhes têm dado os órgãos de comunicação social comandados pela direita.

Em relação ao dr. Mário Soares não podemos deixar de mostrar a nossa estranheza às suas posições.

Os militantes socialistas terão, a nosso ver, de actuar com muita firmeza e coerência de modo a não permitir a sua própria desorientação que só servirá de trampolim à direita.

Pois a quem serve nesta fase senão à direita a desorientação, confusão e divisão do Partido Socialista? Será que o dr. Mário Soares não tem consciência das consequências da sua actuação?

Na sua visita à Madeira, as preocupações do dr. Mário Soares não foram para o avanço da direita, mas sim para as pinturas da APU e o crescimento do PCP na região, como afirmaria em conferência de Imprensa.

Assim, já depois de se conhecerem os resultados eleitorais, o presidente do Governo Regional e chefe local do PPD, Alberto João Jardim, diria ter sido muito ajudado por Mário Soares.

Também na Madeira Mário Soares daria provas de falta de respeito pelas decisões das organizações do PS ao dizer publicamente que a bandeira da Região seria colocada na sede, sabendo que isto contrariava decisões dos militantes do seu partido.

Para ele o importante era impedir o progresso da APU. Enganou-se, porém. A APU atingiu os seus objectivos ao eleger uma nova voz democrática para a Assembleia Regional da Madeira, ficando assim em melhores condições de defender o 25 de Abril na região.

A candidatura do general Ramalho Eanes foi discutida pelos comunistas da Madeira. Várias críticas foram feitas à sua actuação como Presidente, mas isto não nos impediu de considerar prioritária a derrota do fascista Soares Carneiro e que o general Ramalho Eanes é o candidato em melhores condições de o vencer.

Mais uma vez, camaradas, é o nosso Partido — o grande Partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses — o único que está coeso, unido e firme e se mantém à altura de encontrar o melhor caminho de contribuir para garantir a derrota do fascismo.

Teremos de encontrar as formas mais adequadas e os meios mais eficazes para conseguirmos este objectivo.

Os delegados da Região Autónoma da Madeira a esta Conferência Nacional do Partido manifestam o seu total apoio à proposta do Comité Central para apresentação de um candidato do Partido — o camarada Carlos Brito.

Estamos pois, camaradas, em condições de afirmar que as decisões desta Conferência serão compreendidas e levadas à prática pela Organização da Madeira com toda a força e vigor.

Viva a Conferência Nacional do PCP!

Viva o Partido Comunista Português!

Viva Portugal Democrático!

José Coelho

Beira Interior

«Existe hoje um eleitorado consolidado no PCP, que abre perspectivas da luta para a defesa do regime democrático, do Portugal de Abril»



Camadas: A campanha eleitoral e os resultados da votação de 5 de Outubro, nos distritos de Castelo Branco e da Guarda, confirmaram uma já profunda ligação do PCP às massas, o interesse de novas camadas da população nas nossas propostas, o que constitui um reforço das posições democráticas na Beira Interior.

A campanha e os resultados eleitorais foram analisados em vivas reuniões, tendo-se constatado que, apesar de não termos eleito, ainda, o 1.º deputado do PCP por Castelo Branco, também nos distritos da Beira Interior, existe hoje um eleitorado consolidado no PCP, que abre perspectivas de luta para a defesa do regime democrático, do Portugal de Abril.

A análise dos resultados eleitorais e a discussão dos problemas relativos às eleições presidenciais, contribuíram para reforçar e aprofundar a ampla democracia interna que caracteriza o nosso Partido.

Em todas estas reuniões foi manifestada a concordância com a análise feita na reunião do CC de 13 e 14 de Outubro, e com o objectivo prioritário nela definido — derrotar o candidato fascista da «AD». Esta tarefa central levou as organizações à análise das eventuais candidaturas.

Sobre os possíveis candidatos já anunciados foi considerada a sua falta de condições reais e políticas para, derrotando o candidato da «AD», oferecerem garantias de defesa e continuação do regime democrático, no quadro da Constituição.

Apesar disso, a hipótese de apoio à candidatura de Eanes apareceu referida em muitas intervenções.

A candidatura de Mário Soares, ultimamente ventilada, foi considerada sem viabilidade.

Minho

«A apresentação de um candidato próprio permitirá dar combate às manobras das forças de direita e das candidaturas esquerdistas e aventureiristas»



Camaradas: Trazemos-vos a afirmação da confiança com que os militantes comunistas da Organização Regional do Minho aguardam as conclusões desta nossa Conferência Nacional, certos de que daqui sairemos com a orientação necessária e justa para as novas batalhas em defesa do Portugal de Abril.

Em elevado número de reuniões realizadas no Minho com a participação de mais de um milhão de camaradas, foram analisados os resultados eleitorais de 5 de Outubro, as alterações de fundo que introduziram na situação política e as eleições presidenciais.

O largo debate realizado demonstrou que

o Partido continua unido, forte e coeso, que há consciência dos novos perigos introduzidos na situação política, mas sobretudo grande maturidade política, elevado sentido das responsabilidades e determinação de continuar e reforçar a luta por parte dos comunistas.

Quanto aos resultados eleitorais, é geral a concordância das camaradas com a análise do Comité Central quanto às causas do insucesso das forças democráticas.

No que respeita às eleições presidenciais foi um traço comum de toda a discussão que elas constituem uma batalha política de importância e agora redobrada para a defesa e continuidade do Regime Democrático. Do debate efectuado acerca da orientação do Partido para as eleições presidenciais e no quadro da diversidade e riqueza das opiniões e propostas expressas, o balanço



realizado pela Direcção da Organização Regional do Minho aponta para as seguintes ideias centrais: — em primeiro lugar, o acordo unânime quanto à definição da derrota do General Soares Carneiro como o objectivo central e prioritário de todos os democratas;

— em segundo lugar, a opinião generalizada de que a candidatura do General Ramalho Eanes constitui, nas actuais circunstâncias, e no quadro das possibilidades existentes, a que se encontra melhor colocada para derrotar o candidato fascista da Aliança reaccionária. Mas também de que é necessária a afirmação clara pelo Partido das nossas divergências e críticas relativamente a muitos dos actos e opiniões do actual Presidente da República, designadamente algumas expressas na recente Conferência de Imprensa e que motivaram a geral desaprovção de comunistas e outros democratas;

— em terceiro lugar, a necessidade de todo o Partido assumir uma intervenção activa e própria nas eleições presidenciais e de que a forma mais adequada de garantir essa intervenção seria através da apresentação de um candidato próprio, embora considerando-se a possibilidade e oportunidade da sua existência para a concentração dos votos do campo democrático no sentido de assegurar a derrota do General Soares Carneiro.

Camaradas:

Já no decorrer desta Conferência é conhecida a proposta apresentada pelo Comité Central, a Direcção da Organização Regional do Minho daqui manifesta o seu inteiro acordo com a orientação e o candidato proposto pelo Comité Central. Estamos confiantes que ela corresponde, aliás, ao sentido fundamental da discussão travada na nossa Organização Regional.

A candidatura do camarada Carlos Brito constitui uma preciosa contribuição para unir e mobilizar todo o Partido, toda a imensa força organizada que representamos, para a derrota do candidato fascista da Aliança reaccionária, ao

mesmo tempo que garantirá a intervenção própria do nosso Partido no esclarecimento do eleitorado, na mobilização dos trabalhadores e dos democratas, na mobilização do milhão de portugueses que votaram APU nas últimas eleições para esta batalha política decisiva para o futuro do nosso povo e da democracia. A apresentação de um candidato próprio permitirá igualmente dar combate às manobras das forças de direita e das candidaturas esquerdistas aventureiristas que procuram desorientar e dividir neste momento o campo democrático.

Camaradas:

São graves os prejuízos para a causa da defesa do Regime Democrático resultantes da posição assumida pelo Dr. Mário Soares que, debaixo duma aparência de esquerda, provocaram desorientação e divisões nas fileiras do Partido Socialista e entre outros democratas, favorecendo exclusivamente o candidato reaccionário Soares Carneiro.

Mas acreditamos que temos razões para encetar com confiança mais esta batalha política. Porque cresce no Minho como por todo o País, a consciência da necessidade da unidade e entendimento entre todos os democratas, designadamente entre socialistas e comunistas. Porque dispomos dum poderoso e combativo movimento unitário de massas. Porque a pronta, combativa e responsável reacção dos comunistas aos resultados eleitorais desfavoráveis de 5 Outubro e o já significativo número de novas adesões ao Partido que, também no Minho, se verificaram após aquela data, confirmam que o nosso Partido continua não só unido, mobilizado e coeso como se reforça em cada dia que passa. A luta continua, Abril vencerá!

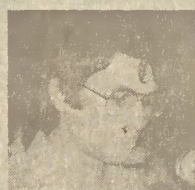
Viva o Partido da verdade, da esperança e do futuro!

Viva o Partido Comunista Português!

José Rodrigues Antunes

Intervenção da JCP

«A juventude de Abril é uma força activa na vida política e social»



Camaradas:

Trago-vos a saudação combativa e confiante da Juventude Comunista Portuguesa. A difícil situação política resultante das eleições de 5 de Outubro traz novos perigos e ameaças para o regime democrático, tornando a luta agora, ainda mais dura. Nem a demagogia da «AD» nem as «falhinhas mansas» com que muitos dos seus dirigentes aparecem a encobrir os seus objectivos de destruição da democracia, nem a levandade ou a ingenuidade de certas personalidades do campo democrático que subestimam os perigos da situação presente, nos leva a esquecer que, por detrás da «AD», por detrás do seu projecto de restauração dos monopólios e dos latifúndios, espregueira o fascismo, com o seu cortejo de repressão, violência, terror e brutalidade. Mas também, estamos conscientes da força do campo democrático, das massas populares e do seu descontentamento mais latente — o Partido Comunista Português. Por isso dizemos, com grande confiança, que «Abril vencerá!»

Camaradas:

O amplo debate travado na JCP vai de encontro à análise feita pelo Comité Central do Partido. Mas um problema há que nos merece especial atenção e algumas considerações.

Na sequência dos resultados eleitorais tem-se desenvolvido a ideia — lançada pelo próprio Sr. Carneiro, logo a seguir a 5 de Outubro — de que o eleitorado juvenil teria votado massiva e esmagadoramente na Aliança Reaccionária. Esta ideia é terna obrigatório de todos os discursos dos dirigentes da «AD», havendo mesmo quem afirme, que a «AD» ganhou a juventude. Nós pensamos, que não só esta ideia não corresponde à realidade existente como é tarefa de todo o nosso Partido — e não só da JCP — avaliar, nas suas verdadeiras dimensões, a influência que a reacção efectivamente tem entre a juventude, trabalhando para a reduzir substancialmente. É um facto que existe, hoje, um activismo político juvenil de direita com expressões muitos graves na formação e actividade de autênticos grupos de choque neo-nazis. Mas, de facto, não permite afirmar que a militância juvenil seja um monopólio da direita. Mais de 30 000 jovens comunistas, uma presença activa e por vezes determinante da juventude nas várias frentes de luta do movimento popular, com destaque para as lutas da classe operária e nos heróicos batalhas da Reforma Agrária, um movimento estudantil activo, interventivo e com uma influência maioritária das forças democráticas (principalmente na Universidade) — tudo isto são alguns dos índices que mostram que as forças e os ideais democráticos, que o socialismo e o partido do socialismo — o PCP — atraem a militância, orientam a acção e dão corpo às convicções de muitas dezenas de milhares de jovens, que são combatentes activos da luta do Povo português. Se é um facto que a militância juvenil na campanha eleitoral da «AD» atingiu importantes proporções, principalmente nalguns grandes centros urbanos, é também outro facto incontestável que não seria possível à Aliança Povo Unido ter feito a extraordinária campanha que fez se não contasse com a contribuição diária, o esforço, a imaginação, a combatividade de milhares de jovens comunistas e não comunistas, nas colagens, nos porta-a-porta, nos desfiles, na sátira política, nas caravanas, no confronto com os arcaicos reaccionários, em múltiplas acções de esclarecimento. A adesão, assim massiva, da juventude à campanha eleitoral da APU em zonas politicamente mais difíceis (como Trás-os-Montes, Minho e Beiras), tem um significado político mais profundo. Nessas zonas é a juventude quem vem na

crista da onda popular que cresce e que, mais cedo ou mais tarde, submergirá, o obscurantismo, o caciquismo e a violência, a opressão económica e a coacção moral e religiosa, em que se alicerça o poder que a reacção ainda aí dispõe.

A análise das mesas dos novos votantes, embora muitas vezes de imagens distorcidas e sempre incompletas, revela um quadro nada homogéneo nem uniforme quanto ao comportamento eleitoral da juventude. São conhecidas mesas onde a percentagem da «AD» aumenta em relação à respectiva freguesia, passando-se o contrário com a APU e a FRS. Mas também há muitas mesas onde o fenómeno é exactamente o inverso. Não é ainda, possível determinar qual a tendência dominante. Mas, qualquer que seja o resultado final desta avaliação uma realidade é incontestável: A juventude de Abril existe. A juventude de Abril existe nas empresas lidando frente à repressão patronal, aos contractos a prazo, ao agravamento da exploração.

A juventude de Abril existe nos campos, onde luta, resiste e dá a vida se necessário (como demonstrou António Casquinha) para defender a Reforma Agrária, para pôr fim à opressão e exploração centenária dos latifundiários e dos senhores rurais.

A juventude de Abril existe nas escolas, secundárias e superiores, onde luta por um ensino no caminho da democracia e do progresso social. A juventude de Abril existe nas Forças Armadas Portuguesas onde cumpre (e luta para que todos tenham de cumprir) a sua obrigação de transformar as FA's num instrumento de defesa da independência nacional e da legalidade democrática. Em suma, a juventude de Abril é uma força activa na vida política e social.

Sem esquecer que, as contradições e os conflitos de classe também se reflectem entre a juventude, jamais cometemos a ilusão de identificar muitos dos jovens que transitariamente apoiam a «AD» com os seus sinistros projectos de regresso ao passado. Desenvolvendo um largo e diversificado trabalho unitário, identificando a mobilização e a luta da juventude pelas suas aspirações e reivindicações, que a «AD» não pode nem quer resolver, prosseguindo e intensificando o trabalho de propaganda e ideológico: mobilizando para a resistência e para a luta em defesa do regime democrático, traremos para o campo democrático, para o lado das forças do progresso social, muitos dos jovens que, contrariando os seus interesses, ideais e aspirações, estão, hoje, no lado errado da barricada.

Camaradas:

Ao longo das últimas semanas discutimos na JCP, em muitas dezenas de reuniões, a complexa questão da orientação a adoptar pelo Partido em relação às presidenciais. Em todo o debate uma ideia é unânime, é preciso derrotar o candidato da «AD» para a Presidência da República, o general reaccionário Soares Carneiro.

Ao tomar conhecimento da proposta apresentada pelo Comité Central do PCP, a Comissão Executiva da JCP dá-lhe o seu inteiro apoio, estando de acordo com os objectivos apontados para a candidatura do PCP. Queremos também afirmar a nossa concordância com a indicação do nome do camarada Carlos Brito, para a realização desta importante tarefa.

Camaradas:

Queremos terminar garantindo-vos, garantindo a todo o Partido, que a JCP está pronta a responder a todas as exigências que a defesa de Portugal de Abril coloque, está mobilizada para os combates que iremos travar e que, seguramente, iremos vencer!

Viva Portugal de Abril!

Abaixo a reacção!

Viva o glorioso Partido Comunista Português!

Francisco Lopes

Tudo estava pronto a tempo e horas

Só às zero horas do dia 28 de Outubro o ginásio do Sport Grupo Sacavenense foi cedido para a realização, naquele local, da Conferência Nacional do PCP.

O curto espaço de tempo não resultou da má vontade da direcção do clube, antes pelo contrário, mas havia a justa necessidade de conciliar as actividades habituais no ginásio — aulas de ginástica, treinos, etc. — com a iniciativa política que ali iria decorrer. E foi o que sucedeu.

Habituada a encarar os problemas que se lhe colocam, a organização do PCP encarregue de preparar o recinto do ginásio não achou nem excessivo nem diminuto o tempo concedido para decorar e preparar a sala. Tinha de ser feito e só havia uma condicionante: estar pronta a tempo de a Conferência começar à hora previamente estipulada. E estava.

Quem entrasse na manhã de terça-feira no ginásio do Sport Grupo Sacavenense encontrava um panorama diferente do habitual. Numa noite, o recinto desportivo transformara-se numa ampla sala disposta a acolher 1088 delegados e mais umas muitas largas centenas de convidados. Pelas onze horas da manhã do dia 28 davam-se os últimos retoques. O chão era varrido. As cadeiras alinhadas definitivamente. O material de som era testado.

Durante toda a noite, um grupo de camaradas da Comissão Concelhia de Loures, juntamente com camaradas da SIP da DORL e ainda alguns jovens forjados na implantação da Festa do «Avante!» distribuíram as cadeiras da Câmara Municipal pelo recinto, estenderam tapetes a fim de proteger o piso em madeira do recinto de jogos, decoraram as paredes com panos, ergueram

a tribuna destinada a acolher os elementos que presidiram aos trabalhos da Conferência Nacional. Por trás da tribuna, num dos topos do ginásio, sobre um pano vermelho que cobria o referido topo, a foice e o martelo com a estrela, símbolo do PCP, em amarelo. Por baixo, a branco, os seguintes dizeres: Conferência Nacional do PCP.

Mas não fizeram só isto. Espalharam pela sala diversos cartazes informando que não se podia fumar, dispuseram as mesas necessárias aos serviços de apoio à Conferência. Na zona dos banheiros e vestiários montaram os serviços técnicos, colocaram mesas e cadeiras, trouxeram as resmas de papel, dispuseram e ligaram as máquinas de escrever, os duplicadores, a gravadora de «estênceis».

Quase todo o material tinha sido descarregado na tarde do dia anterior, pelas 19 horas. Na altura, quando soubemos que a transformação do ginásio só poderia começar a partir da meia-noite surgiu a interrogação se tudo estaria pronto a tempo e horas. E a resposta foi breve e animadora: «É tempo mais do que suficiente. E todos estes camaradas já têm uma rodagem...»

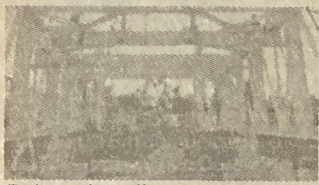
A prova fez-se no outro dia de manhã. Tudo estava pronto, todas as estruturas funcionavam. A recepção aos representantes dos órgãos de Informação, a recepção aos convidados especiais, o serviço de bar, assegurado pela Organização Concelhia de Loures, enfim tudo o que permitiu o normal funcionamento da Conferência.

No final, o problema do tempo para devolver o ginásio ao seu aspecto original era idêntico: Era necessário repor tudo como estava durante a noite. O que não constituiu problema. Mas disso se fala noutro local deste jornal.

Semana

22
Quarta-feira

1443 — Carta régia que concede ao infante D. Henrique o quinto de todas as presas feitas pelas suas naus.



Em busca de petróleo

A Interpol alerta as autoridades policiais portuguesas para a possibilidade de "comandos" pró-iranianos atacarem aviões comerciais ligados "directa ou indirectamente" a países "em conflito" com o Irão. O Ministério da Indústria e Energia informa que o Governo Carneiro/Amaral concedeu a "Union Texas" o direito de prospecção e exploração de petróleo em três zonas de Portugal por um prazo de quatro anos. O novozeiro que invadiu durante a madrugada e manhã de hoje o Tejo e as zonas baixas de Lisboa provoca acidentes em 57 veículos — metade dos quais irreparáveis — abaloamentos de cacilheiros no Tejo, um morto e 17 feridos, três dos quais em estado grave. O MAP retira à Reforma Agrária mais mil hectares nos distritos de Évora e Beja, realinhando quatro grandes herdades pertencentes a UCPS, que as têm explorado colectivamente e já as tinham preparadas para as sementelhas.

23
Quinta-feira

1931 — Morre em Lisboa, com 49 anos, o maestro Alves Coelho, autor de vasta obra musical.

Dirigentes socialistas do Porto e de Braga definem como objectivos fundamentais do PS a derrota do candidato presidencial apoiado pela AD, general Soares Carneiro, e a reeleição do general Ramalho Eanes. Termina no Porto o XVI Congresso Nacional de Fundação onde, no fundamental, as comunicações dos diversos especialistas se integraram na temática geral da iniciativa da Associação Portuguesa de Fundação (APF), que pretendia a troca de experiências tecnológicas e facilitar o intercâmbio de conhecimentos e contactos nos variados campos da vida empresarial; assinala-se, entretanto, um documento à margem das intervenções onde se afirma, em resumo, que os industriais do sector aspiram a um grande aumento de produção sem correspondente acréscimo de postos de trabalho, numa medida virada exclusivamente para o aumento dos lucros sob a capa da "capacidade competitiva". Sete barcos da Companhia Portuguesa de Pescas (CPP) — empresa nacionalizada — preparados para pescar nas águas da Mauritânia, continuam fundeados no Tejo desde 1 de Julho último, apesar de já ter sido anunciada, não oficialmente, a assinatura de um acordo entre a CPP, a Comapope, empresa luso-mauritana e a Snaip, de capital exclusivamente mauritano.

24
Sexta-feira

1979 — O Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, inicia uma visita oficial de quatro dias ao nosso país a convite do Presidente da República, general Ramalho Eanes.



Problemas na parificação

É anunciado na imprensa que a TAP-Air Portugal fechou contrato em Lisboa com a companhia norte-americana Lockheed para o fornecimento de cinco aviões de longo curso "Tristar L-1001-500". Corroando pesquisas arqueológicas que decorrem há dez anos, são descobertas no lugar de Vimeira, concelho da Mesalhada, as ruínas de uma milenária vila romana. O Sindicato dos Jornalistas considera que o encerramento da "Informação-2" constitui um acto sem precedentes e alerta a opinião pública para a gravidade da situação na RTP de Proença de Carvalho. Em mensagem enviada a Kurt Waldheim por ocasião do Dia das Nações Unidas, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, considera que o trabalho da ONU tem permitido alcançar resultados importantes, salientando, pela sua relevância, o impulso decisivo no caminho da autodeterminação dos povos. É desconvoçada a "manifestação de apoio" a Mário Soares, marcada para amanhã no Largo do Rato, em Lisboa, tendo a decisão partido da comissão que dinamizava a iniciativa, após um apelo do auto-suspenso secretário-geral do PS. Até hoje não foi entregue nenhuma candidatura presidencial no Supremo Tribunal de Justiça; o prazo para o fazer termina no próximo dia 7 de Novembro. O Sindicato das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono da Zona Sul denuncia que os patrões da panificação e o Governo se preparam para um aumento brutal do preço do pão, quando não existem razões que justifiquem uma tal medida.

25
Sábado

1925 — A estação de radioamador CTIAA, de Nunes dos Santos, inicia as primeiras emissões de rádio em Portugal.



Apoio a Eanes

A Comissão Nacional do PS, reunida durante todo o dia, em Lisboa, reafirma a sua decisão de há uma semana de apoio à recandidatura do general Ramalho Eanes ao cargo de Presidente da República. A agência oficial angolana (ANGOP) denuncia em Luanda a possibilidade de forças reacçãoistas portuguesas estarem a abrir caminho para uma intervenção militar em África, em apoio da política americana, nomeadamente através da previsível utilização da base aérea de Porto Santo, na Madeira, contra a África. Em comunicado, o MDM rejeita integralmente o Projecto de Diploma sobre a Duração e Organização Temporal do Trabalho pois a aplicação de tal diploma, segundo o MDM, prejudicaria gravemente a população trabalhadora portuguesa e de modo particularmente intenso, as mulheres.

26
Domingo

1979 — A Polícia Judiciária anuncia o desmantelamento de uma complexa rede de fabrico de selos falsos em Portugal, tendo a PJ apreendido um total de 250.000 contos em selos falsos e capturado 14 dos implicados.

É anunciada a morte de Marcelo Caetano, o sucessor de Salazar na chefia do governo fascista português e derrubado em 25 de Abril de 1974; tinha 74 anos e foi vitimado por uma crise cardíaca. A Comissão Nacional do PS decide mandar uma delegação para se encontrar com o general Ramalho Eanes a fim de que "no contexto da decisão de manter o apoio à recandidatura, sejam sanados os equívocos e esclarecidos os termos da colaboração dos socialistas na campanha eleitoral". A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos advverte que as negociações para a revisão do acordo colectivo de trabalho (ACT) da Carris poderão chegar a um ponto crítico se a comissão administrativa (CA) e o Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) não adoptarem uma política salarial mais transparente e responsável.

27
Segunda-feira

1495 — Na sequência da morte de D. João II, que não deixou sucessor directo, o seu primo D. Manuel I é proclamado rei de Portugal.

O "Diário da República" publica a Lei Orgânica do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), instituição criada pelo decreto-lei em 22 de Fevereiro de 1975. É anunciado na imprensa que os sindicatos do distrito de Lisboa vão desencadear uma ampla campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, com vista à luta pela defesa da Constituição e dos direitos, liberdades e garantias nela consagrados. Marcelo Caetano é sepultado no Rio de Janeiro.

28
Terça-feira

1973 — Realizam-se as últimas "eleições" para a Assembleia Nacional fascista.

Realiza-se uma Conferência Nacional do PCP no ginásio do Sacavense, donde saiu a decisão de apresentar Carlos Brito como candidato do Partido Comunista Português às próximas eleições presidenciais. Os processos de 1448 candidatos a "refugiados políticos" vão começar a ser apreciados pela Comissão Consultiva para os Refugiados Políticos que deverá, em princípio, reunir pela primeira vez no próximo dia 31 de Dezembro. A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Gráficos e o Sindicato dos Jornalistas manifestam o propósito de encetar acções de luta conjuntas, incluindo a greve.

Reforçar a organização nas empresas

Uma das prioridades sindicais

A promoção e incremento da formação sindical de quadros, aptos a enfrentar as múltiplas tarefas que se colocam ao Movimento Sindical, são no plano das "questões sociais" algumas das necessidades apontadas pela União dos Sindicatos de Lisboa (USL), que analisou e debateu "a situação política e social decorrente do resultado das eleições de 5 de Outubro".

Reunida em plenário, segundo documento distribuído na última terça-feira, aquela estrutura intermédia da CGTP-IN considera, entre outras, como "tarefa prioritária", o reforço da organização de empresa.

Resultante dos debates, o documento aprovado no plenário da USL, com "a presença de sindicatos representativos da esmagadora maioria dos trabalhadores do distrito", aponta como "tarefas imediatas":

Desenvolvimento de grandes acções de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores através de plenários e reuniões, nomeadamente:

"a) a defesa da Constituição e dos direitos, liberdades e garantias nela consagrados;

"b) combate ao projecto de alteração dos horários de trabalho apresentado pelo Governo;

"c) luta contra os contratos a prazo, os despedimentos, o desemprego e a repressão patronal e pelo funcionamento eficaz das Inspekções e Tribunais do Trabalho".

O plenário da USL ("corolário de um amplo debate de ideias travado em centenas de outros plenários e reuniões de zona, de empresa e de sindicato") considerou ainda tarefas prioritárias a "dinamização do trabalho de

mulheres e jovens a todos os níveis da actividade sindical e assegurar a melhoria da informação e propaganda, adaptando-a às realidades de cada empresa, sector ou região, assegurando a sua ampla e efectiva distribuição".

Definição sindical da AD

O plenário, que decidiu "convocar um encontro de dirigentes e delegados sindicais do distrito de Lisboa para análise da situação político-sindical, em dia e local a designar oportunamente pela USL", aprovou a seguinte "definição da AD":

Não aos horários «AD»

No parecer "sobre duração e organização de trabalho", após enumeração dos pontos que no diploma assumem "aspectos de autêntica subversão e brutal autoritarismo", nomeadamente ao deixar de considerar o domingo como dia de descanso semanal obrigatório e ao permitir o alargamento dos actuais limites de duração de trabalho para 12 horas diárias e 55

semanais, os sindicatos do distrito de Lisboa, "face à posição prepotente do Governo, que age deliberadamente em favor dos grandes grupos monopolistas", repudiam o anteprojecto que consideram arbitrário e inconstitucional e manifestam a firme decisão de "combater as pretensões reacçãoistas do Governo e de lutar por um regime de duração

e organização temporal de trabalho que permita aos trabalhadores disponibilidades e tempos livres para participação na vida social, sindical e política".

No mesmo sentido se têm pronunciado, além de pequenos e médios comerciantes e industriais, largas camadas de trabalhadores e respectivas organizações de classe, por todo o País.

Solidários na Renault Franceses em Portugal a convite dos Metalúrgicos

Uma delegação da Federação da Metalurgia Francesa (CGT), incluindo representantes sindicais da multinacional Renault estará no nosso país entre 27 e 31 do corrente, anuncia a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

A visita, que se efectua a convite da congénere portuguesa, coincide com um processo de luta conduzido pelos trabalhadores da Renault Portuguesa e pelas suas organizações representativas

em todos os locais de trabalho que aquela multinacional francesa tem actualmente em Portugal.

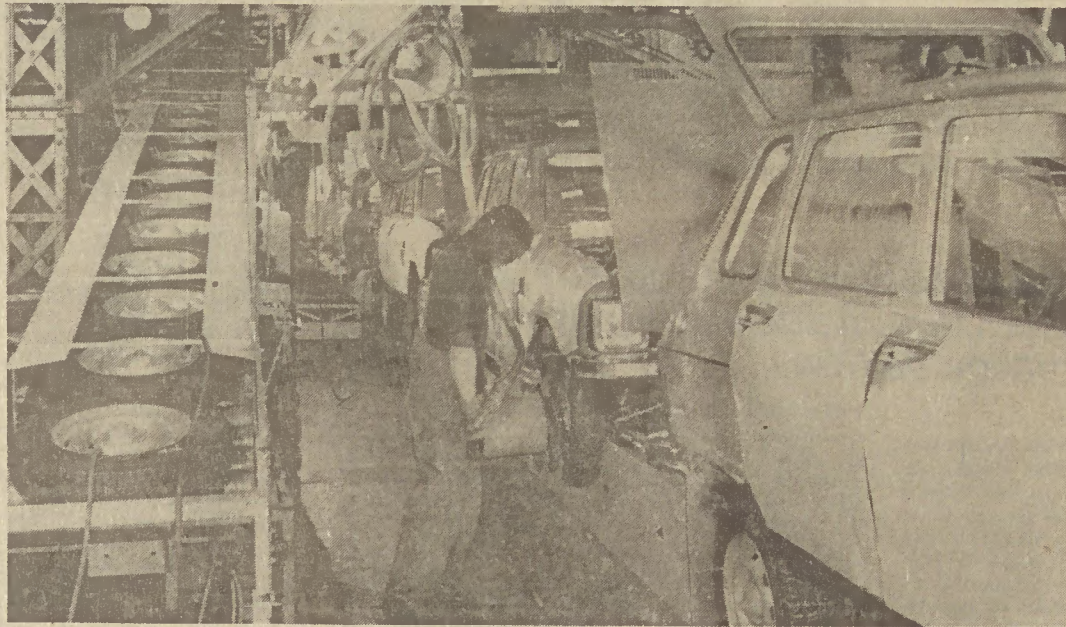
O "projecto Renault", que emprega 1325 trabalhadores (408 em Setúbal, 400 em Lisboa, 78 em Aveiro e 439 na Guarda) resultou da fusão das antigas empresas Indústrias Lusitanas Renault, Fábrica de Automóveis de Portugal e Entrepósito Industrial de Automóveis.

O essencial das reivindicações, apoiadas pelos trabalhadores dos serviços admi-

nistrativos em Lisboa, centra-se no nivelamento de salários e regalias sociais, pois existem fortes desníveis entre os vários locais de trabalho.

A Comissão de Trabalhadores, logo que anova empresa foi constituída, levantou a questão das negociações para o nivelamento. A administração recusou e só veio a encerrar algumas das reivindicações depois de os trabalhadores adoptarem formas de luta.

Um «memorando»,



Em causa o sector Jornalistas e gráficos com posições comuns

A "unidade e a cooperação" entre o conjunto dos trabalhadores do importante sector da comunicação social é "necessária para derrotar todas as tentativas que lesem os direitos dos trabalhadores e a liberdade de expressão", refere um comunicado conjunto da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Celulose, Papel, Gráficos e Cartonagem e do Sindicato dos Jornalistas.

O documento, cuja importância é de salientar, foi assinado na sequência dos "obstáculos que associações patronais e entidades governamentais têm vindo a levantar à concretização das legítimas reivindicações do conjunto dos trabalhadores do sector".

A Federação e o Sindicato dos Jornalistas, que acentuam as diferenças entre os respectivos processos de revisão contratual e entre as "situações actuais da fase de negociações", lembram, por

As duas estruturas sindicais manifestaram nomeadamente o propósito de encontrarem, sempre que necessário, formas de cooperação e de acção. Quanto às revisões contratuais em curso "acordaram num contacto permanente para análise da situação e na manutenção de solidariedade activa e mútua".

outro lado, que essas distinções e diferenças não devem prejudicar a "luta global pela defesa dos direitos dos trabalhadores do sector, pela dignificação profissional, pela qualidade

e independência da informação, pela liberdade de expressão".

O comunicado conjunto, distribuído na última segunda-feira, sublinha que a Federação (estrutura intermédia da

entretanto distribuído pelos administradores, afirma um porta-voz da CT, só contém medidas para agravar ainda mais as disparidades existentes.

Os trabalhadores interpretam, correctamente, esse documento como mais uma tentativa para os dividir, para tirar toda a força às suas reivindicações.

Três plenários com os franceses

Do programa de visita da delegação francesa constam três plenários de trabalhadores a que assistirão naturalmente os membros da Federação de França. Para a última terça-feira, a Federação portuguesa anunciava um desses plenários na Guarda, no dia seguinte, em Lisboa, e hoje em Setúbal.

Para divulgar as conclusões da visita, e informar sobre a implementação da Renault no nosso país e no mundo a Federação portuguesa anuncia para amanhã uma conferência de imprensa na sua sede em Lisboa.

A Comissão de Trabalhadores da Renault Portuguesa e a Federação dos Metalúrgicos "estão a envolver esforços no sentido de as delegações serem recebidas pelos órgãos de gestão da Renault em Portugal", afirma a Federação.

empresas onde uma minoria da redacção pretenda "furar" a paralisção da maioria dos seus jornalistas e lançar "edições-pirata" como foi recentemente o caso de "a Capital".

Do mesmo modo, acrescenta o comunicado conjunto, "os jornalistas adoptarão as formas de solidariedade activa e acções de luta que os trabalhadores gráficos e administrativos venham a aprovar pela concretização das suas reivindicações. Designadamente, o Sindicato dos Jornalistas apoia desde já a cláusula de aumentos mínimos, prevista na proposta de revisão do CCTV da Imprensa e Agências e que mais directamente interessa aos trabalhadores da ANOP".

21% de aumento salarial na CP

«Para além de um aumento na tabela salarial que ronda os 21 por cento», anuncia a Federação dos Sindicatos Ferroviários o ACT finalmente concluído na CP «prevê, entre outras matérias, a actualização do clausulado de expressão pecuniária (subsídio de refeição e diuturnidades)»

A Federação, «órgão representativo da esmagadora maioria dos trabalhadores daquela empresa pública, salienta o alcance das reivindicações agora conseguidas, pelo que elas representam de melhoria nas condições de vida de todos os trabalhadores da CP e saúda os ferroviários por esta vitória, fruto do seu esforço combativo.

O ACT agora concluído «encerra, diz ainda a Federação, um processo negocial que se desenrolou ao longo deste ano em difíceis condições de luta, que os ferroviários, com unidade e firmeza, foram sucessivamente ultrapassando».

CNS contra «impasse» no ACT da Carris

A Comissão Negociadora Sindical (CNS) do ACT da Carris, cuja tabela salarial está em vigor há 16 meses, requier do Ministério dos Transportes «uma política salarial mais transparente e responsável» para que as negociações não cheguem a «um ponto crítico», depois de a CNS, inequivocamente, se ter esforçado por evitá-lo.

Segundo um comunicado da respectiva Federação sindical (Transportes Rodoviários e Urbanos), as negociações do novo ACT, com a Comissão Administrativa (CA) da Carris, que já se prolongam há cerca de um mês, levaram a CNS a reformular «a sua proposta em matéria de salários e subsídios», depois de a CA ter aumentado a sua contraproposta inicial de 18,7 por cento.

A CNS, com plenos poderes para conduzir as negociações e com a confiança dos trabalhadores, reafirmada em plenário no último dia 13, «está na disposição de proceder a uma nova reformulação» da sua proposta inicial (29 por cento), desde que desapareça o «impasse que caracterizou as duas últimas reuniões (de negociação) e o pouco interesse que o ministério vem dedicando a este problema».

Segundo a Federação, a CNS «tudo fará para resolver a contento dos trabalhadores os problemas que estão a surgir, nomeadamente quanto ao protelamento das negociações».

Mas a posição do ministério e da CA da Carris face ao problema «não são com certeza índice seguro — frisa a Federação — de que o mesmo seja resolvido como é desejável e necessário».

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, naturalmente maioritária na Carris, anuncia para breve «um plenário de sindicatos outorgantes e plenários sectoriais com os trabalhadores, num trabalho de discussão e análise que deverá ser coroado por outro plenário geral de trabalhadores, este cremos nós (Federação) decisivo para o evoluir destas negociações».

INATEL Confraternização Nacional no próximo fim-de-semana

Ponto culminante «de alguns meses de preparação e esforços dos organizadores», os trabalhadores do INATEL levam a cabo no próximo fim-de-semana e na segunda-feira seguinte uma Confraternização Nacional que esperam venha a ser muito mais que esse ponto culminante. Querem que a iniciativa, a realizar na Foz do Arelho, seja «um primeiro e decisivo passo para a consciencialização dos trabalhadores do INATEL, no sentido de os de Lisboa contarem com os colegas de outros locais de trabalho e de estes reivindicarem a sua participação em tudo o que lhes diga respeito».

O transporte em autocarros está assegurado no Porto (que receberá os inscritos de toda a região Norte e durante o percurso tomará os de Aveiro, Coimbra e Leiria); em Vila S. Pedro do Sul (onde podem ser recebidos os da Guarda, Covilhã e Coimbra/Leiria, se for necessário); em Albufeira/Faro (recebendo durante o percurso os inscritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém) e em Setúbal/Caparica/Oeiras/Lisboa (todos os locais de trabalho).

Do programa destacamos um colóquio sobre o futuro do INATEL (início às 15 horas de sábado), um filme seguido de debate e um baile no mesmo dia, vários torneios desportivos, incluindo futebol, voleibol (domingo), um serão recreativo no mesmo dia, uma manhã infantil na segunda-feira e uma sessão de encerramento depois de um almoço que terá início na segunda-feira às 13 horas.

«Objectivos políticos» escondem ilegalidade nas «faltas» por greve em transportes

«Em muitos casos», refere um comunicado da CGTP-IN, «o patronato, com a cumplicidade do Governo», decidiu considerar faltas injustificadas os atrasos e ausências ao trabalho motivados pela greve dos maquinistas da CP. A Central unitária, protestando contra essa atitude ilegal, sublinha que, para além da violação da lei, se trata de uma forma de acentuar a impopularidade potencial de certas greves em serviços de interesse geral e provocar nos próprios trabalhadores sentimentos hostis à utilização da greve como instrumento fundamental da sua luta.

Essa violação da lei tem «objectivos políticos», acrescenta a Intersindical que, noutra oportunidade, já acentuara que as faltas desse tipo são para todos os efeitos faltas justificadas e não podem dar lugar a desconto na retribuição, nem prejudicar quaisquer outros direitos do trabalhador.

«A lei é clara e não admite duas interpretações»

A CGTP-IN cita dois artigos (23.º e 26.º) do Decreto-Lei 874/76, de 28 de Dezembro e reafirma que «a lei é clara e não admite duas interpretações». As faltas motivadas por «impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador» (art. 23.º, n.º 2, alínea e) daquele diploma) são faltas justificadas. «Considerar injustificadas essas faltas — sublinha a CGTP-IN — seria responsabilizar os utentes dos transportes públicos pelas greves realizadas pelos trabalhadores das empresas de transporte no exercício de direitos legítimos e legais». O artigo 26.º do mesmo Decreto-Lei (874/76) em vigor estipula que «essas faltas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos ou regalias do trabalhador», nomeadamente da retribuição do seu trabalho.

«Há que denunciar a conduta do patronato»

Os atrasos e ausências aqui referidos não podem servir ao patronato e ao Governo para atingirem direitos legais dos trabalhadores e para sobre eles agir com coercividade em relação a formas de luta adoptadas por outros trabalhadores.

A Central unitária reafirma que é necessário «denunciar a conduta do patronato que não respeita a lei e a passividade cúmplice do Ministério do Trabalho».

Casos desses devem merecer toda a atenção das organizações sindicais, que «devem esclarecer os trabalhadores nessas circunstâncias e prestar-lhes todo o apoio jurídico ou outro se necessário para a defesa dos seus direitos».

Os trabalhadores lesados têm todo o direito de exigir às respectivas entidades patronais a reparação dos prejuízos causados por essa forma ilegal de descontar faltas, lembra a CGTP-IN.

Semana

22

Quarta-feira

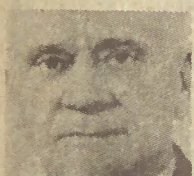
1973 — Morre o músico espanhol Pablo Casals.

A União Soviética considera que a proposta de alargamento para cinco semanas dos trabalhos da Conferência de Segurança Europeia se destina a fomentar o confronto político entre os blocos; a proposta de prolongamento foi apresentada por Portugal e pelo Luxemburgo, este em nome dos nove países da CEE. O Irão comunica a Habib Chatli, emissário da Conferência Islâmica, que não aceitará conversações ou iniciativas para pôr termo à guerra do Golfo enquanto as tropas iraquianas não se retirarem do seu território. Tony Benn, líder da "ala esquerda" do Partido Trabalhista britânico, afirma que se candidatará ao lugar de presidente do Partido depois de este adoptar um novo sistema de eleição. A empresa proprietária, "Thomsons Newspapers", anuncia que os jornais britânicos "The Times" e "Sunday Times" vão ser vendidos a, caso não surjam compradores, ambos serão encerrados em Março do próximo ano. O presidente Elias Sarkis indigita Chafic Wazan, presidente do Conselho Islâmico Libanês, para chefiar o novo governo do Líbano, em substituição de Selim El Hoss. O presidente da Somália, Siad Barre, ressuscita o Conselho Revolucionário Supremo, constituído por generais do Exército, que o colocou no poder há onze anos, para "impor a disciplina" no recém-proclamado estado de emergência.

23

Quinta-feira

1977 — Em plebiscito nacional, os panamenhos aprovam o novo tratado do Canal do Panamá.



Os preços do petróleo no mercado livre estão a aumentar devido à guerra irano-iraquiana. O dirigente oposicionista grego, Andreas Papandreu, pede ao presidente da República para considerar a realização de um referendo sobre a decisão do governo de reintegrar a Grécia na estrutura militar da NATO. Nikolai Tikhonov é nomeado primeiro-ministro da União Soviética, substituindo Alexei Kossyguine, que pediu a sua demissão por motivos de doença. Um comunicado do ministério da Defesa angolano informa que a aviação dos racistas sul-africanos, operando a partir do território da Namíbia, continua a violar a fronteira sul da República Popular de Angola. No Tchad é aprovado um projecto sobre o cessar-fogo na guerra civil ali em curso, por delegados das duas facções em confronto. A Jugoslávia junta-se à lista de países que tentam acabar com a guerra no Golfo, propondo uma reunião do movimento dos não-alinhados para discutir o conflito. Em Espanha, uma explosão destrói uma escola na cidade basca de Ortuella, matando pelo menos 67 pessoas, na sua maioria crianças; a explosão foi provocada por uma fuga de gás no sistema de aquecimento do edifício.

24

Sexta-feira

1945 — Entra em vigor a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).



Em mensagem sobre o 35.º aniversário das Nações Unidas, o secretário-geral Kurt Waldheim sublinha o contributo dado por aquela organização para a criação de um clima universal de paz. Morrem pelo menos 60 pessoas devido a um forte sismo que abalou o centro e sul do México. A cidade portuária iraniana de Khorramshahr e os seus arredores são palco de violentos combates entre as tropas assaltantes iraquianas e as forças de resistência locais. Sam Nujoma acusa a África do Sul de boicotar deliberadamente os esforços da ONU para assegurar as eleições livres na Namíbia, como parte de um plano para perpetuar a ocupação daquele território. O presidente Siad Barre, da Somália, anuncia publicamente uma escalada repressiva interna contra os elementos que se opõem ao seu regime, alinhado pela política dos EUA. A Assembleia Geral da ONU decide convocar uma nova "Semana do Desarmamento". O governo brasileiro tenta "resolver" à bastonada a crise do feijão (cuja falta no mercado deixa milhares de famílias sem qualquer recurso alimentar), enviando todos os dias fortes contingentes militares para junto dos mercados para "dispersarem" os milhares de pessoas que não conseguem o produto.

25

Sábado

1971 — A República Popular da China é, finalmente, admitida na ONU, de onde é expulsa a Formosa.

Um norte-americano não identificado é acusado de ser o autor do atentado bombista contra o presidente das Filipinas Ferdinand Marcos, o qual, tal como em circunstâncias anteriores, aproveitou o pretexto para mandar prender vários elementos que se opõem ao seu regime ditatorial. O presidente Sadat, do Egipto, inaugura um túnel sob o canal do Suez, a primeira comunicação por terra entre a África e a Ásia desde que o canal foi construído há mais de cem anos. Um tribunal militar sul-coreano condena à morte cinco pessoas e outras sete a prisão perpétua, em ligação com a rebelião verificada em Kwangju, em Maio passado.

26

Domingo

1976 — Proclamação da República de Trinidad e Tobago.

Os ministros da Comunidade Económica Europeia (CEE) não chegam a acordo sobre um plano de emergência para a indústria do aço devido à RFA ter pedido que seja excluído do projecto o aço especial. É noticiado na imprensa que, numa recente escalada repressiva, o Exército salvadoreño matou pelo menos 200 pessoas que se tinham refugiado nas províncias de El Salvador que fazem fronteira com as Honduras. A Assembleia Geral da UNESCO aprova por consenso uma resolução que estabelece os princípios básicos para uma "Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicações"; este consenso foi, todavia, "aceite com algumas reservas" pelos países capitalistas. O "New York Times" apóia o presidente James Carter para a reeleição em 4 de Dezembro.

27

Segunda-feira

1959 — Em Cuba são criadas as milícias nacionais revolucionárias.



É anunciada oficialmente em Luanda a criação de um banco conjunto dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Após uma sessão sem resoluções definitivas, o parlamento iraniano adia para depois de amanhã o debate da questão dos reféns norte-americanos. A polícia racista sul-africana reprime violentamente uma marcha de negros que manifestavam a sua alegria pela vitória de um pugilista negro norte-americano sobre um sul-africano branco, tendo sido mortas duas pessoas com ferimentos de bala. O presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, anuncia ter feito frustrar um golpe planeado por oposicionistas locais e por mercenários estrangeiros e relacionou a conspiração com uma ameaça da África do Sul de bombardear território zambiano. O presidente do Egipto, Sadat, conferência no Cairo com o presidente israelita Isaac Navon, que se encontra em visita oficial ao Egipto para "reactivar" as negociações de "paz".

28

Terça-feira

1940 — A Itália fascista invade a Grécia.

O presidente soviético, Leonidas Brejnev, reafirmando a vontade de desarmamento da URSS, propõe uma desmilitarização parcial das principais vias marítimas e faz depender o êxito das negociações sobre o desarmamento nuclear na Europa da ratificação pelos EUA dos acordos "SALT-2". Num discurso em Teerão, Khomeiny não faz qualquer alusão aos reféns norte-americanos. Mao Tsé Tung é acusado pelos dirigentes chineses actuais de ter traído, por três vezes, o "pensamento de Mao Tsé Tung". James Carter e Ronald Reagan, os dois candidatos à presidência dos EUA, participam num debate televisivo directo.

Reunião do Comité Central do PCUS

Balanço positivo

O CC do PCUS reuniu em sessão plenária no dia 21 deste mês. Reunião particularmente importante porque 1980 é o último ano do 10.º plano quinquenal da URSS (1976-1980), devendo ser brevemente apresentado ao povo soviético, para discussão generalizada, o projecto do CC «As grandes opções do desenvolvimento económico e social da URSS para 1981-1985 e para o período até 1990».

Reunião particularmente importante também porque, como foi destacado pelo camarada Brejnev, com o 26.º Congresso se inicia uma década que deverá «terminar a passagem ao desenvolvimento intensivo da economia», base fundamental para a edificação da sociedade comunista. Os sucessos obtidos e as dificuldades e problemas a superar estiveram no centro dos debates, dentro da óptica própria do socialismo, que coloca como objectivo último o desenvolvimento multifórmico, a satisfação das necessidades materiais e culturais do homem.

Balanço positivo

A intervenção de Leonid Brejnev sintetiza o que de muito positivo foi alcançado no quinquénio em curso.

«O potencial económico e defensivo do nosso país aumentou sensivelmente — destaca Brejnev. Deu-se um novo passo considerável no desenvolvimento de toda a economia e na solução de grandes e importantes problemas sociais. Em resumo, o quinquénio em curso terá um digno lugar na história das obras heróicas do povo soviético, que avança com passo seguro para o comunismo».

Esta síntese engloba sensíveis progressos alcançados no campo social. Como afirma Brejnev na sua intervenção, o Partido colocou a elevação do nível de vida do povo no centro da sua actividade prática no domínio da economia. Nestes cinco anos, foram retirados do rendimento nacional e destinados ao bem-estar 329 mil milhões de rublos mais que durante o 9.º Plano Quinquenal. Os rendimentos reais dos operários, empregados e kolchozianos aumentaram.

«Os pagamentos e regalistas provenientes dos fundos sociais de consumo aumentaram em 134 mil milhões de rublos. Isto alargou a base económica dos direitos constitucionais dos soviéticos à instrução e à assistência médica gratuita, ao descanso e à segurança material na velhice».

«A construção de habitações foi dada uma atenção primordial. Este ramo recebeu 1,5 mil milhões de rublos de investimentos a mais do que fora previsto. Até ao fim do Quinquénio, terão sido distribuídos à população cerca de quinhentos milhões de metros quadrados de superfície habitável. Presentemente, cerca de 80% da população urbana vive em apartamentos individuais».

Estas realizações assentam, como é evidente, num crescimento económico generalizado. Nestes cinco anos, que se aproximam do seu termo, o ritmo de crescimento do rendimento nacional e da produção industrial foi cerca de duas vezes mais rápido do que nos países capitalistas desenvolvidos. A constante modernização das indústrias-chave é um factor essencial. Por exemplo, actualmente a URSS produz 150 milhões de toneladas de aço por ano, ou seja, muito mais do que os Estados Unidos ou o Japão. Neste quinquénio foram inauguradas mais de 1200 grandes empresas industriais, muitas das quais com grande importância económica. Por outro lado, no que respeita à agricultura, a colheita média anual de cereais ultrapassou, pela primeira vez, a meta dos 200 milhões de toneladas. Os ritmos de crescimento dos ramos industriais produtores de artigos de consumo foram acelerados, para corresponder à crescente necessidade de um melhor abastecimento da população.

Problemas pendentes

Os êxitos não são isentos — antes pressupõem — a existência de problemas, a batalha permanente pela sua superação.

«Nós fomos e continuamos a ser obrigados — salientou Brejnev — a vencer dificuldades consideráveis, muitas das quais se devem ao facto de que, nos últimos cinco anos, só 1976 e 1978 podem ser enfileirados no número de anos relativamente favoráveis à agricultura. Os outros três anos não foram fáceis. Surgiram complicações devido ao esgotamento de numerosos jazigos antigos, dos quais alguns foram muito importantes, e à deslocação para leste e para norte dos principais centros das indústrias extractivas».

As causas objectivas juntam-se às deficiências de funcionamento, deficiências de trabalho. «É preciso reconhecer francamente — destacou Leonid Brejnev — que nós ainda não conseguimos erguer ao nível das exigências contemporâneas o mecanismo da gestão e da planificação, os métodos de administração e de disciplina de execução. Isto tornou complicada a viragem para a eficácia e a passagem da economia do país ao desenvolvimento intensivo».

«É aqui, também, que reside uma das principais causas do cumprimento incompleto de certos planos e das insuficiências e pontos de estrangulamento que se revelaram na economia do país».

A detecção destes problemas, segue-se o apontar de caminhos para a sua solução. No que respeita a uma melhoria, necessária, da gestão, são referidas questões centrais como a planificação e a justa proporção entre o centralismo e os princípios democráticos, propondo-se o estudo atento das questões, o fomento da iniciativa, a responsabilização, naturalmente unificados a nível central. Salienta-se também a necessidade de formação de quadros competentes, com espírito de responsabilidade

e iniciativa. Em resumo: em paralelo com o destaque para o desenvolvimento de certos sectores económicos, ligado a esta preocupação, aponta-se para o aprofundamento da participação de todos numa obra que é de todos, para o aprofundamento da democracia socialista. Como afirma Brejnev, «a atenção e a solicitude para com o homem devem marcar todo o estilo de trabalho dos órgãos do Partido, dos Sovietes, dos organismos económicos e, certamente, dos sindicatos».

As curiosas «análises» da burguesia

A preocupação em denegrir as realizações do socialismo é, naturalmente, uma constante na acção propagandística da burguesia. O método, aliás, não é muito variado. São realçados os problemas apontados pelos dirigentes e órgãos de informação nos países socialistas, como se tais problemas fossem o fundamental da vida na comunidade socialista. As grandes realizações são sistematicamente escamoteadas ou muito simplesmente silenciadas. A forma como as questões são apresentadas visa, muito claramente, a deformação dos factos.

Alguns pequenos exemplos. Na intervenção de Brejnev é realçado o facto de, actualmente, 80% da população viver em apartamentos individualizados. Trata-se, inevitavelmente, de um grande êxito, tomando em conta que se partiu de uma situação dramática da última guerra, que o núcleo familiar actual se restringe a pais e filhos, e que os jovens e pessoas idosas tendem a ter a sua própria casa. Um êxito que aliás se insere numa política tendente à liquidação do problema da habitação num prazo relativamente curto. Como é, por exemplo, o «Le Monde», apresenta esta questão?

Pois afirmando que 20% da população ainda vive em residências com outras famílias ou

Nikolai Tikhonov
Primeiro-Ministro da URSS

Na última sessão do Soviete Supremo da URSS o primeiro-ministro, camarada Alexei Kossyguine, solicitou a sua substituição no cargo, que exercia desde 1964, por motivos de doença. Desde Outubro do ano passado que o dirigente soviético vinha sofrendo de problemas de saúde, que nos últimos tempos obrigaram a que tivesse de ser hospitalizado.

Na mesma sessão o Soviete Supremo aprovou a nomeação do camarada Nikolai Tikhonov para o cargo, transitando assim das funções de primeiro-vice-primeiro-ministro, que exercera nos últimos quatro anos.

Nikolai Tikhonov nasceu em Karkov em 1905, tendo estudado engenharia no Instituto Metalúrgico de

Dnepropetrovsk, uma cidade do sul da Ucrânia. Após ter passado os primeiros anos da década de 50 em postos de crescente importância na área industrial, o camarada Tikhonov foi designado ministro da Metalurgia e logo a seguir, em 1955, vice-ministro do Aço.

De 1960 a 1963 foi vice-presidente do Conselho para a Economia e Ciências junto do Conselho de Ministros, com a categoria de ministro. De 1963 a 1965 foi vice-presidente (como ministro) do Plano Estatal da URSS.

A partir de 1965 e até 1976 foi vice-primeiro-ministro e, a partir de 1976, primeiro-vice-primeiro-ministro do Conselho de Ministros da URSS.

com outros elementos da mesma família...

Pelo letra da Constituição, pela política socioeconómica invariavelmente seguida pelas decisões dos Congressos, pela própria essência do socialismo — a resposta a todos os problemas dos trabalhadores, o homem como preocupação central, está presente em todas as decisões, em todas as intervenções, na prática quotidiana do socialismo. A propaganda burguesa, porém, descobriu agora que tal preocupação — bem patente na reunião plenária do CC do PCUS — se deve aos acontecimentos na Polónia!

Por último, e a par de múltiplas outras formas de deformação dos factos, através das quais se tenta «demonstrar» que também no socialismo o panorama económico seria de decadência (deixando entretanto por explicar, por exemplo, em que assentam as

realizações sociais e, particularmente, um aumento dos rendimentos médios por habitante que ultrapassou o previsto pelo Plano), a propaganda burguesa conseguiu atingir o absurdo ao afirmar, preto no branco, que Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS, teria atacado a planificação, que, como todos sabemos, é base da vida económica no socialismo...

Independente das «análises» da burguesia, destinadas a desviar as massas trabalhadoras da luta pelo futuro, o socialismo vai bem e regista progressos. Debrantando problemas sem dúvida. Por vezes problemas graves. Mas que nada têm a ver com um mundo de exploração em crise. Antes são problemas próprios de uma sociedade de trabalhadores que vive em função dos interesses dos trabalhadores.

Conferência de Berlim,
uma das mais amplas até hoje realizadas

«A luta comum do movimento operário e do movimento de libertação nacional contra o imperialismo e pelo progresso social» foi o tema duma conferência científica internacional realizada em Berlim, de 21 a 24 de Outubro, por iniciativa do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, em conjunto com a «Revista Internacional, Problemas da Paz e do Socialismo».

«Considero que a Conferência foi muito importante, útil e positiva», declarou ao «Avante!» o camarada Albano Nunes, membro do CC e responsável pela Secção Internacional do Partido, presente na conferência como representante do PCP. Ela permitiu um muito amplo e rico intercâmbio de experiências e opiniões, possibilitando assim um melhor conhecimento e compreensão recíproca e contribuindo — a meu ver fortemente — para o fortalecimento da unidade de todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas, para o fortalecimento da amizade, cooperação e solidariedade entre as três grandes forças revolucionárias».

— Que aspectos consideras mais importantes nesta Conferência?

— Nesta Conferência participaram 116 delegações de partidos comunistas e operários, outros partidos revolucionários e movimentos de libertação nacional.

Ela foi sem dúvida das mais largas, se não mesmo a mais larga, de quantas Conferências do género foram até hoje realizadas.

Pode dizer-se que em Berlim estiveram de facto presentes as três grandes forças revolucionárias da época contemporânea: os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional; que nela se fizeram representar a esmagadora maioria dos partidos e movimentos que se encontram nas primeiras linhas do

combate contra o imperialismo e pelo progresso social.

Alguns aspectos gostaria de salientar como tónicas das intervenções realizadas nesta Conferência, sem nenhuma preocupação de sistematização valorativa.

A firme denúncia do imperialismo e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano — e da sua política de exploração, opressão e agressão nos cinco continentes; os graves perigos para a paz e a segurança internacional decorrente da sua estratégia de posições de força, de corrida aos armamentos, de agravamento da tensão internacional e a necessidade de lhe fazer frente pela acção unida de todas as forças revolucionárias e amantes da paz. O inimigo comum foi clara e firmemente apontado, assim como a determinação de lhe fazer frente.

Um balanço impressionante dos êxitos alcançados nos últimos anos na luta de emancipação nacional e social dos povos, num processo sem dúvida complexo e irregular, onde a par de grandes vitórias se registam também recuos e derrotas temporárias, mas em que é muito nítida uma linha ascendente, no sentido da democracia, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

A atmosfera que se respirava na Conferência era sem dúvida de uma grande confiança no desenvolvimento do processo revolucionário, na possibilidade de derrotar os projectos de aventura e agressão imperialista, de



O plenário da Conferência de Berlim. A luta armada continua a impôr-se como uma forma necessária para a conquista da independência da Namíbia

alcançar a breve trecho novas grandes vitórias na luta contra o fascismo, o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, o racismo e o apartheid.

O testemunho exaltante das novas revoluções que na África, na Ásia, na América Latina, desbravaram novos caminhos de revolução, enriquecendo o património revolucionário com novas experiências e ensinamentos, mas mostrando ao mesmo tempo que a crescente riqueza e diversidade do processo revolucionário, longe de contradizer as leis gerais do desenvolvimento social, de pôr em causa a doutrina científica do marxismo-leninismo, o confirmam e enriquecem como a mais segura bússola da revolução. Particular destaque foi dado à transformação de movimentos de libertação nacional em partidos orientados pelo marxismo-leninismo

e a escolha do socialismo por povos ainda há pouco sujeitos à dominação colonial e imperialista, factos que consideramos de grande alcance e significado histórico.

A importância decisiva de coesão das forças revolucionárias e anti-imperialistas no combate libertador, o papel da URSS e dos países socialistas — pela nova realidade criada, pela força do exemplo, pela sua política de activa solidariedade internacionalista, pela política de paz e de contenção à política de agressão imperialista — foram colocados em destaque em praticamente todas as intervenções.

Houve vozes discordantes do tom geral. Tiveram naturalmente todas as possibilidades para se exprimir. Mas o facto se realça a tendência dominante, em que se aponta com clareza o inimigo imperialista; se exprime

firme confiança no futuro, se aponta a unidade das forças revolucionárias como factos decisivos da vitória à escala de cada região e no plano mundial.

— Que pensas da nossa participação?

— O representante do Partido Comunista Português foi o primeiro a usar da palavra na 3.ª secção — «As experiências e problemas da luta pela libertação nacional e social». Participámos nesta Conferência guiados essencialmente por algumas ideias fundamentais em que acho serem de destacar.

A primeira, levar à Conferência o testemunho da nossa própria experiência — e sobretudo da experiência viva e concreta da revolução portuguesa — procurando destacar tanto o que nela confirma as leis gerais da revolução e reflecte a experiência acumulada pelo movimento operário e revolucionário mundial,

quanto o que lhe é específico e original, constituindo uma nova contribuição para o enriquecimento do património revolucionário.

A segunda, contribuir para o fortalecimento da unidade de todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas e, em particular, para o fortalecimento da aliança de combate do movimento operário (em que o PCP se insere) com o movimento de libertação nacional.

A terceira: consideramos naturalmente da maior importância a troca de experiências e de opiniões sobre novos problemas surgidos no desenvolvimento impetuoso do processo revolucionário, que necessitam exame e reflexão comum. Pelo nosso lado seguimos com especial atenção e respeito a acção e opinião das forças que conduzem novos e profundos processos de transformação da sociedade, guiados pela ideia de que são essas forças — que melhor conhecem a realidade respectiva e têm sobre ela directa intervenção e responsabilidade — que melhor poderão avançar para a sua compreensão teórica e dar uma contribuição viva e criadora à elaboração comum sobre as novas questões colocadas pelo desenvolvimento revolucionário.

Desejava salientar o bom acolhimento que teve a nossa participação, confirmando o prestígio de que o nosso Partido disfruta no movimento comunista internacional e no movimento revolucionário e anti-imperialista mundial.

Até ao fim, desejava salientar as excelentes condições criadas pelo PSUA à realização com êxito desta Conferência em Berlim, testemunho dos profundos sentimentos de internacionalismo proletário do povo trabalhador da República Democrática Alemã.

Solidariedade com a Namíbia

Esta semana foi assinalada a nível internacional, e também em Portugal, por manifestações de solidariedade com o povo da Namíbia e o seu movimento de libertação, a SWAPO. Uma oportuna iniciativa num momento em que Pretória se esforça por protelar uma real solução por temer muito claramente não conseguir impor as suas "soluções".

A Namíbia é uma antiga colónia da Alemanha, baptizada de Sudoeste Africano pelos colonialistas. Na divisão da África em 1920, a Sociedade das Nações entregou o mandato da administração da Namíbia à África do Sul. Por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, tal mandato chegaria ao seu termo em 1966. Em 1967, foi criado o Conselho da ONU para a Namíbia, com a missão de preparar a independência deste território. Entretanto, as exigências da ONU, como as resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança, têm pura e simplesmente sido ignoradas pela África do Sul.

Que obstáculos se colocam no caminho da independência da Namíbia?

Em recente conferência de imprensa em Bona, capital da RFA, San Nujoma, dirigente da SWAPO,

movimento de libertação do povo da Namíbia, afirmou: «Na prática o governo de Pretória tem designios e planos para estabelecer uma nova forma de regime neocolonialista, envolvendo o estabelecimento do apartheid como na África do Sul». Nesta perspectiva a África do Sul tem todo o empenho em protelar o mais possível o acesso à independência da Namíbia, tanto mais que tem razões de sobra para recuar que os fantoches da «Aliança Democrática» colocados por Pretória no poder, não obtenham, em eleições, minimamente sérias, qualquer apoio popular. Assim, vai jogando com o tempo que na prática lhe está a ser concedido para acentuar mais e mais a repressão e tentar destruir militarmente a SWAPO. Neste contexto se inserem também as constantes agressões ao território de Angola.

Mas se é possível à África do Sul fazer isto, se é possível arrastar uma solução que se impõe com urgência, não podemos procurar as responsabilidades desta situação unicamente na política conduzida pela África do Sul. O governo de Pretória não age só, não conta apenas com as suas próprias forças. Tem os seus apoios internacionais — ainda que camuflados. Como justamente referiu Sam Nujoma,

também em Bona, «a SWAPO está convencida que Pretória só aceitará uma resolução do Conselho de Segurança da ONU apelando para eleições livres se os Estados Unidos e os países do Mercado Comum europeu impuserem sanções económicas eficazes contra a África do Sul». De facto, sem o apoio internacional do grande capital, do imperialismo, Pretória não só teria que aceder a uma independência real da Namíbia, como seria outra a posição do governo racista face à luta crescente do povo da África do Sul contra o regime.

As principais exigências apresentadas pela SWAPO como condição para uma solução política:

— o reconhecimento por parte da África do Sul do direito do povo da Namíbia à independência e à soberania nacional;

— a sua renúncia às tentativas de divisão do território;

— a libertação de todos os presos políticos;

— o regresso livre dos emigrados políticos ao país;

— a retirada das tropas e polícia sul-africanas do território da Namíbia.



«Na prática, o governo de Pretória tem designios e planos para estabelecer uma nova forma de regime neocolonialista (na Namíbia) envolvendo o estabelecimento do apartheid como na África do Sul

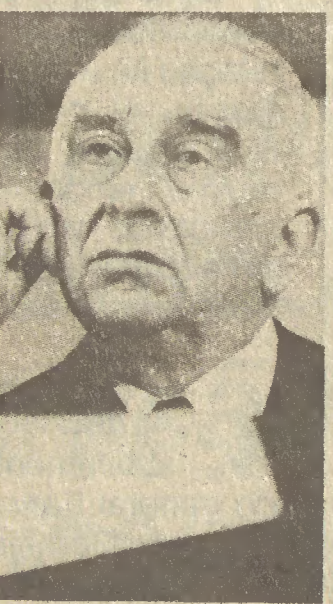
O funeral de Luigi Longo

Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, esteve em Roma como representante do nosso Partido no funeral do destacado dirigente comunista italiano, camarada Luigi Longo. No diálogo havido a propósito com o «Avante!», o camarada Joaquim Gomes destacou duas questões: a participação internacional e a participação nacional nas cerimónias fúnebres.

«O número de delegações estrangeiras presentes e o seu nível mostra a importância que, a nível internacional, se deu aos funerais de Luigi Longo — declarou Joaquim Gomes. Posso dizer que estavam representados todos os partidos comunistas da Europa, quer da Europa capitalista, quer da socialista, havendo também forte representação dos outros continentes».

«Na homenagem nacional que foi prestada a Longo — prosseguiu Joaquim Gomes — parece-me importante destacar dois aspectos:

«Primeiro, a presença da classe operária, dos trabalhadores, quer na câmara ardente, na sede do Partido Comunista Italiano, quer na concentração final. Muitas delegações de trabalhadores numa multidão de dezenas de milhares de pessoas. Muitas delegações operárias com faixas a realçar, significativamente, o passado



revolucionário de Luigi Longo — «Comandante Gallo, não te esqueceremos» (Gallo foi pseudónimo de Longo) era uma afirmação sempre presente.

«Segundo, a presença de todas as destacadas figuras da vida política italiana. Desde o presidente da República e o chefe de governo indigitado, até aos dirigentes dos diversos partidos políticos mais representativos».

RESOLUÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A Conferência Nacional do Partido Comunista Português, na sequência do amplo debate travado em todo o Partido, aprova a seguinte Resolução Política:

1. As eleições presidenciais adquirem um novo e importante significado face às condições criadas pelos resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro.

Tendo consolidado as suas posições na Assembleia da República e no Governo através nomeadamente da viciação do carácter democrático das eleições, as forças reaccionárias lançam-se agora ao assalto dos dois outros órgãos do poder político, visando tomar conta de um (Presidência da República) e liquidar o outro (Conselho da Revolução).

Nesta situação as eleições presidenciais adquirem ainda maior importância.

2. Por detrás da candidatura de Soares Carneiro encobrem-se os objectivos da conquista de todo o poder político pelo grande capital e pelos grandes agrários e a criação de condições para a revisão inconstitucional da Constituição, para a restauração do capitalismo monopolista de Estado, para a imposição de crescentes limitações às liberdades e direitos, para a liquidação das conquistas de Abril, para a crescente submissão ao imperialismo, para a instauração de uma nova ditadura.

Este plano constitui um perigo real. A Conferência Nacional do PCP reafirma que a tarefa central, decisiva e prioritária das forças democráticas e de todos os antifascistas é derrotar este plano, é, no imediato, concentrar esforços e energias para impedir a eleição do candidato da reacção Soares Carneiro.

É possível alcançar este objectivo. No seu conjunto, as forças da democracia são mais amplas e mais fortes que as forças da reacção.

3. A Conferência Nacional do PCP apreciou o significado, características e possibilidades da candidatura do General Ramalho Eanes.

Considerando necessário e oportuno formular um juízo global sobre a actuação do Presidente da República, a Conferência Nacional sublinhou a existência de numerosos aspectos negativos, tanto no plano político como no plano militar, que suscitaram e suscitam a viva oposição do movimento operário e popular, mas salientou também que, numa apreciação geral, o mandato de Ramalho Eanes, nas condições concretas da ofensiva das forças reaccionárias, teve um papel positivo, embora insuficiente e contraditório, na defesa do regime democrático.

O PCP é sem dúvida, dos grandes partidos políticos, aquele cujo programa e objectivos mais se distanciam da orientação e objectivos programáticos do actual Presidente da República. O PCP não promoveu a candidatura do General Ramalho Eanes, não foi sobre ela consultado, não a apoiou.

Entretanto, examinando objectivamente as possibilidades e as perspectivas políticas em relação às eleições presidenciais, a Conferência Nacional concluiu que Soares Carneiro é a ameaça do fascismo e da liquidação do regime democrático e Eanes é o candidato que, combatido activamente pela «AD» e por toda a reacção, se apresenta em melhores condições para derrotar Soares Carneiro.

4. A decisão de Mário Soares de retirar subitamente o seu apoio à recandidatura do general Eanes, constitui uma ajuda efectiva a Soares Carneiro.

O coro de elogios e o regozijo com que as forças reaccionárias receberam esta atitude e as censuras que lançaram contra a direcção do PS por não acompanhar o seu secretário-geral na tentativa de inviabilização da candidatura de Eanes, desfazem as aparências de esquerda com que Mário Soares quer revestir a sua

actuação e não deixam dúvidas que ela serve de facto os planos da reacção.

5. Da mesma forma servem os planos da reacção as candidaturas de fachada radical esquerdista de Otelo Saraiva de Carvalho e Aires Rodrigues. Tais candidaturas, pondo no mesmo plano as candidaturas do general Ramalho Eanes e do general Soares Carneiro, não visam manifestamente contribuir para a derrota do candidato da reacção mas apenas, a coberto de uma fraseologia pseudo-unitária e populista, prosseguir objectivos divisionistas, hostilizar o PCP, dar satisfação a ambições pessoais e ultra-sectárias, lançar a confusão e inutilizar votos indispensáveis à defesa da democracia.

6. A Conferência Nacional, examinando a situação política e todas as questões contraditórias relativas às eleições presidenciais, decide promover a apresentação de um candidato do PCP.

Os objectivos fundamentais dessa candidatura são:

1.º – Conduzir uma campanha de esclarecimento da opinião pública acerca da situação política e da importância das eleições presidenciais;

2.º – Contribuir activamente para a mobilização do eleitorado antifascista, lutando contra a abstenção de democratas, com vista à derrota do candidato da reacção Soares Carneiro;

3.º – Contribuir para criar condições mais favoráveis à unidade dos trabalhadores, das forças democráticas e antifascistas e à luta do Povo português na situação resultante das eleições presidenciais;

4.º – Contribuir para o reforço do PCP, que tem um papel fundamental na defesa da democracia.

A Conferência Nacional designa como candidato do PCP nas eleições presidenciais de 1980 o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

A Conferência Nacional mandata o Comité Central e a Comissão Política para decidir na altura própria se o candidato do PCP deve apresentar-se ao acto eleitoral de 7 de Dezembro ou deve retirar a sua candidatura antes dessa data, e nesse caso, fazer, eventualmente, apelo ao voto em outro candidato.

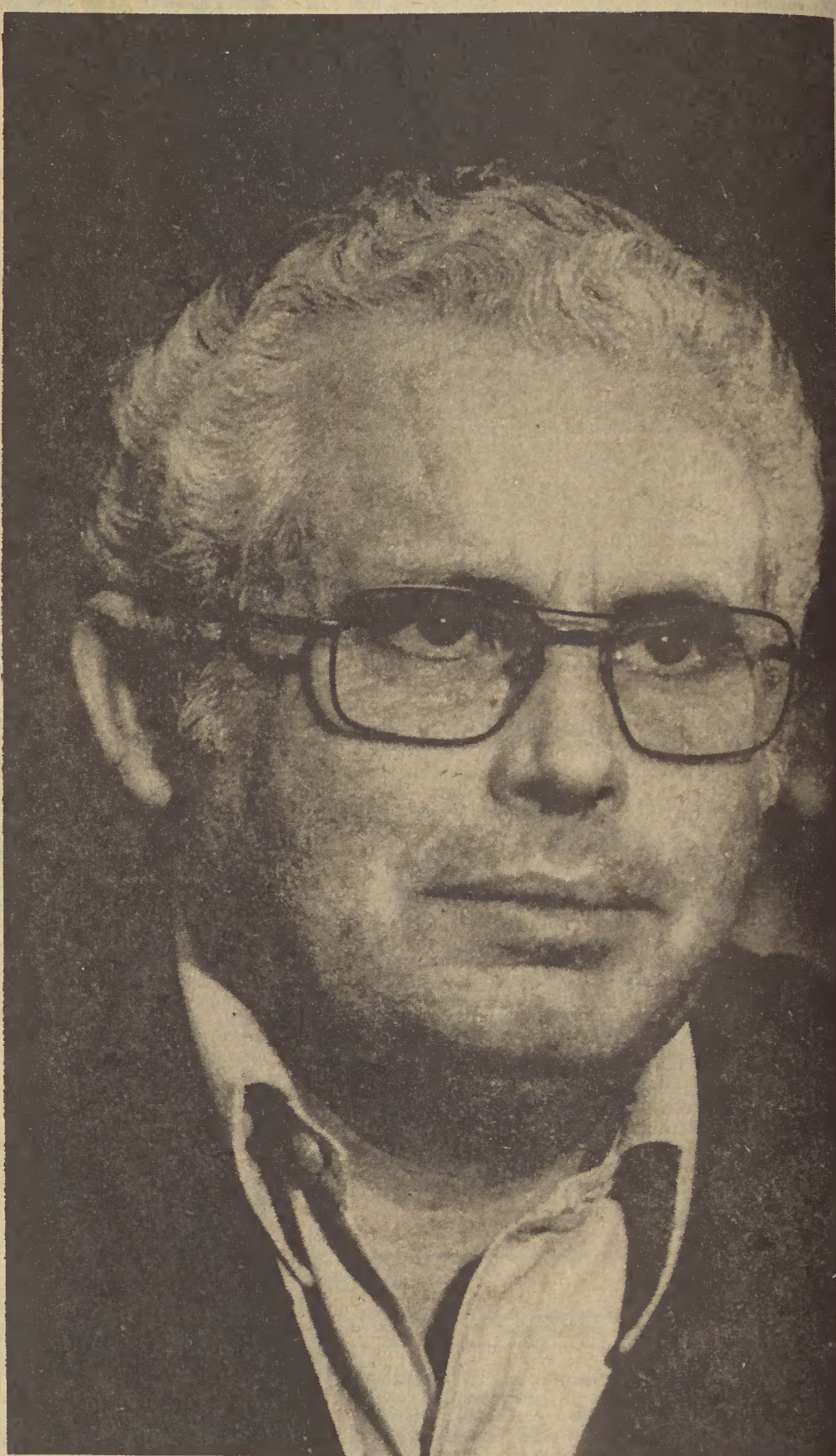
7. Os objectivos definidos pela Conferência Nacional traduzem a vontade colectiva do Partido, expressa no amplo e democrático debate que culminou nesta Conferência, e serão um factor de reforço da unidade, da coesão, do empenhamento e da combatividade de todas as organizações e todos os militantes.

O momento que vivemos é de sérios perigos para a democracia portuguesa. É possível combatê-los com êxito. Mas a situação exige que todos ganhem consciência desses perigos.

A Conferência Nacional do PCP apela a todos os democratas e antifascistas, a todos os que não querem uma nova ditadura, para que unam os seus esforços na batalha eleitoral contra o candidato da reacção Soares Carneiro, em defesa das liberdades e das outras conquistas do 25 de Abril, em defesa do Portugal democrático.

Lisboa, 28 de Outubro de 1980

A CONFERÊNCIA NACIONAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



«A Conferência Nacional designa como candidato do PCP nas eleições presidenciais de 1980 o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português».

(Da Resolução Política aprovada na Conferência Nacional)

O camarada Carlos Brito é membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, e tem 47 anos de idade.

Iniciou a sua actividade política em 1951 como activista do MUD-Juvenil. Fez parte da Direcção Universitária de Lisboa daquele movimento antifascista. Membro da Comissão Nacional da Paz em 1954-55, participou na campanha contra a entrada de Portugal na NATO e pela interdição das experiências com bombas atómicas.

Foi preso pela primeira vez com 20 anos.

Membro do PCP desde 1953, passou a lutar na clandestinidade em 1955, como funcionário do Partido.

Em Outubro de 1956 foi preso pela PIDE, evadindo-se da Cadeia do Aljube em Maio de 1957 para retomar a luta contra o fascismo.

Em meados de 1959 foi novamente preso quando fazia parte da Direcção Regional de Lisboa do PCP, cumprindo mais 7 anos de prisão nas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche.

Libertado em 1966, retomou a sua actividade política e passou a fazer parte do Comité Central do PCP em Agosto de 1967.

Fez parte da redacção do «Avante!». Foi responsável pela Direcção da Organização Regional do Norte entre 1967-1970. Pertenceu à Comissão Executiva do CC do PCP em 1970-1972, data em que passou a ser responsável pela Direcção da Organização Regional de Lisboa, tendo, no desempenho das tarefas do Partido, um papel destacado na condução das grandes lutas políticas e reivindicativas de 1973 e 1974.

À data do 25 de Abril de 1974 lutava na clandestinidade, em Lisboa, sendo também responsável pela actividade do Partido no Oeste e no Ribetejo e pelo acompanhamento político da União dos Estudantes Comunistas.

Após o 25 de Abril continuou à frente da Direcção da Organização Regional de Lisboa, tendo tipo papel destacado como membro da Comissão Política na estruturação e desenvolvimento da actividade do Partido nas novas condições de liberdade democrática.

Nas eleições de Abril de 1975 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Faro, tendo tido uma intervenção activa na contribuição do Grupo Parlamentar do PCP para a elaboração da Constituição da República.

Eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo de Lisboa em Abril de 1976 e Dezembro de 1979, foi durante todo este período Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, tendo dado uma contribuição destacada para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, na consolidação do regime democrático, na defesa das liberdades e das outras conquistas do 25 de Abril.

Foi eleito deputado pelo Algarve à Assembleia da República, nas últimas eleições.